



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Janaína Hermínio Gonçalves

**Subúrbios, favelas e a cidade em disputa: narrativas sobre o bairro de  
Costa Barros**

Duque de Caxias

2018

Janaína Hermínio Gonçalves

**Subúrbios, favelas e a cidade em disputa: narrativas sobre o bairro de Costa Barros**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre ao Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula Alves Ribeiro

Duque de Caxias

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CEHC

G635      Gonçalves, Janaína Hermínio  
Tese      Subúrbios, favelas e a cidade em disputa: narrativas sobre o bairro de  
Costa Barros / Janaína Hermínio Gonçalves – 2018.  
112f.

Orientador: Ana Paula Alves Ribeiro.  
Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada  
Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Geografia humana - Rio de Janeiro (RJ) - Teses. 2. Costa Barros –  
Rio de Janeiro(RJ) - Teses. I. Ribeiro, Ana Paula Alves . II. Universidade  
do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada  
Fluminense. III. Título.

CDU 911.3(815.3)

Bibliotecária: Lucia Andrade CRB7/5272

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Janaína Hermínio Gonçalves

**Subúrbios, favelas e a cidade em disputa: narrativas sobre o bairro de Costa Barros.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre ao Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 20 de agosto de 2018

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula Alves Ribeiro (Orientadora)  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

---

Prof. Dr. Mauro Henrique Amoroso  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Danielle Ribeiro de Moraes  
Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz

---

Prof. Dr. Rodrigo de Araújo Monteiro (Suplente)  
Universidade Federal Fluminense

Duque de Caxias

2018

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus, que tem me dado discernimento para encarar todos os desafios que surgiram nos meus caminhos ao longo desta empreitada em busca de um novo empreendimento que tem me possibilitado a melhorar minhas condições sociais e profissionais. Contudo também não posso deixar de expressar minha enorme gratidão, à meus familiares filhos, mas em especial à minha filha Scarlet que sempre me apoiou muito ao longo da vida, ao meu marido e companheiro Lucas Cesar Santos Silveira que mesmo quando eu estava desanimada nunca me abandonou e meus amigos, que um dia cruzaram essa história e de várias maneiras me ajudaram a acreditar que seria possível chegar até aqui.

## **AGRADECIMENTOS:**

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pois o Seu cuidado contínuo me conduziu a este lugar de destaque onde acredito piamente que não poderia alcançar sozinha e graças a Ele tenho a oportunidade de estar neste espaço ao qual jamais pensei chegar.

Nesta jornada, com a ajuda de muitas pessoas que participaram dessa passagem da minha existência, consegui quebrar uma série de paradigmas sobre as origens principalmente.

Quero agradecer aos professores do Pré-Vestibular Social de São João de Meriti/ PVS (turma de 2010), que foram muito importantes para que eu chegasse até esta oportunidade.

Agradeço também aos meus amigos do PVS da turma de 2010, Cláudio Manuel e Isis que me apoiaram muito.

Mas, em especial, preciso deixar registrado o carinho de todos desta unidade da UERJ, como a atenção da coordenação do curso.

A todos os professores que trouxeram várias visões contributivas para minha vida e meu desenvolvimento intelectual.

Agradeço os funcionários do Programa de Pós-Graduação e em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - PPGCEC, especialmente ao coordenador do Programa ao Drº Ivanildo Amaro e à Coordenadora Adjunta Drª Flávia Faissal de Souza.

Os meus agradecimentos também ao pessoal da limpeza da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - FEBF.

Agradeço muito aos secretários Leonardo Barbosa e Fernanda Araújo que nunca mediram esforços para me alertar sobre questões administrativas que eu desconhecia e pelo carinho e paciência.

Agradeço à minha orientadora Drª Ana Paula Alves Ribeiro, que buscou me direcionar ao longo desta jornada.

Agradeço pelo carinho e dedicação do professor Drº Mauro Clayman e de seu orientando de Pós Doutorado André Luiz Bezerra da Silva, do Instituto de Pesquisa de Planejamento Urbano – IPPUR - da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ que com suas duas disciplinas “Metrópoles e Planos”, e “Projetos Urbanos” trouxeram um novo olhar para a construção desta dissertação.

Agradeço à Cristiane Wenceslau do Instituto Pereira Passos – IPP que teve muita paciência comigo em minha pesquisa nos documentos sobre o Projeto Urbanístico Favela Bairro em Costa Barros.

Agradeço aos seguranças da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – FEBF em especial à Rose.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro concedido.

Aos professores que participaram da comissão examinadora por todos os seus apontamentos, meu muito obrigada.

Aos meus queridos amigos e amigas Ana Kelly, Vinícius, Risonete e Tamara agradeço pelas palavras de incentivo e apoio.

Agradeço aos meus colegas deste curso, que me ajudaram com suas percepções sobre meu trabalho, o meu muito obrigada.

Agradeço também e não poderia deixar de agradecer ao meu amigo Fernando Fernandes que nos processos administrativos da Universidade sempre me ajudou prontamente principalmente no momento de minha conclusão da graduação e ingresso neste curso de Mestrado.

Agradeço a todos os meus interlocutores que se dispuseram de um momento seu para me ceder informações e também aconselhamentos.

De fato não tenho como descrever a experiência desta construção, só posso dizer que foi uma enorme satisfação poder vivenciar essas experiências.

## Mais Uma Vez

Mas é claro que o sol vai voltar amanhã  
Mais uma vez, eu sei  
Escuridão já vi pior, de endoidecer gente sã  
Espera que o sol já vem

Tem gente que está do mesmo lado que você  
Mas deveria estar do lado de lá  
Tem gente que machuca os outros  
Tem gente que não sabe amar  
Tem gente enganando a gente  
Veja a nossa vida como está  
Mas eu sei que um dia a gente aprende  
Se você quiser alguém em quem confiar  
Confie em si mesmo  
Quem acredita sempre alcança!

Mas é claro que o sol vai voltar amanhã  
Mais uma vez, eu sei  
Escuridão já vi pior, de endoidecer gente sã  
Espera que o sol já vem

Nunca deixe que lhe digam que não vale a pena  
Acreditar no sonho que se tem  
Ou que seus planos nunca vão dar certo  
Ou que você nunca vai ser alguém  
Tem gente que machuca os outros  
Tem gente que não sabe amar  
Mas eu sei que um dia a gente aprende  
Se você quiser alguém em quem confiar  
Confie em si mesmo  
Quem acredita sempre alcança!

*Flávio Venturini e Renato Russo.*



## RESUMO

GONÇALVES, Janaína Hermínio. *Subúrbios, favelas e a cidade em disputa: narrativas sobre o bairro de Costa Barros*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2018.

Esta dissertação tem como objetivo pesquisar a relação dos moradores com o bairro de Costa Barros, subúrbio do Rio de Janeiro, suas narrativas sobre o bairro e perceber por meio de suas memórias, aspectos de uma cidade em disputa. Para refletir sobre tais questões com maior apropriação, a saber, as transformações urbanas em seus cotidianos, lembranças e anseios sobre o futuro, realizei uma análise baseada no tripé que examina obras clássicas sobre a questão das áreas urbanas que circundam o grande centro da cidade do Rio de Janeiro, as categorias de subúrbio e a favela, entrevistas de cunho qualitativo e pesquisas em bases de dados sobre a cidade, como o Instituto Pereira Passos e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Palavras-chave: Costa Barros. Desigualdade social. Espaço urbano. Favelas. Subúrbio.

## ABSTRACT

GONÇALVES, Janaína Hermínio. *Suburbs, slums and the city in dispute: narratives on Costa Barros' neighborhood*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2018.

This dissertation aims to search the list of residents with the Costa Barros district, a suburb of Rio de Janeiro, their narratives about the neighborhood and realize through their memories, aspects of a city. To reflect on these issues with greater ownership, namely the urban transformations in its quotidian, memories and anxieties about the future, I performed an analysis based on the tripod which examines classical works on the issue of urban areas that surround the great downtown Rio de Janeiro, the categories of suburbs and slums, qualitative oriented interviews and searches in databases about the city, such as Pereira Passos Institute and the Brazilian Institute of Geography and Statistics.

Keywords: Costa Barros. Social inequality. Urban space. Shanty towns. Suburb.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Hierarquia da violência no Chapadão.....	17
Figura 2	Em protesto por morte de jovem no Chapadão, moradores queimam cinco ônibus. ....	18
Figura 3	Mapa de zoneamento do Decreto 1.185/1918. Fonte: AGCRJ, 1931.....	37
Figura 4	Mapa de zoneamento do Decreto 2.087/1925. Fonte: AGCRJ, 1931.....	48
Figura 5	Mapa Turístico da Cidade do Rio de Janeiro. Aqui aparecem partes das APs 1, 2 e 4. Reparar que após a Linha Vermelha, ao fundo, aparece Subúrbios do Grande Rio / Área industrial. E para além, São Paulo, Petrópolis e Teresópolis .....	61
Figura 6	Mapa Turístico do Rio de Janeiro .....	62
Figura 7	Estação de trem de Costa Barros Fonte: A autora, 2017 .....	65
Figura 8	Estrada Botafogo – Sentido passagem de nível de trem que dá acesso a Barros Filho e Guadalupe. Fonte: A autora, 2017.....	65
Figura 9	Avenida Martin Luther King (antiga Avenida Automóvel Clube) que corta o bairro de Costa Barros, sentido Pavuna.....	66
Figura 10	Avenida Martin Luther King,( antiga Avenida Automóvel Clube) sentido Acari e Coelho Neto, 2016.....	66
Figura 11	Passagem de nível da linha férrea de Costa Barros que faz a ligação com o bairro de Guadalupe. ....	68
Figura 12	Mapa capturado pelo Google Maps, ao solicitar Pavuna pelo mecanismo de busca. Aqui percebemos que Pavuna faz divisa com Costa Barros, Anchieta, Coelho Neto, Vigário Geral e São João de Meriti.....	70
Figura 13	Mapa capturado pelo Google Maps, ao solicitar Costa Barros pelo mecanismo de busca. Costa Barros faz divisa com Pavuna (no mapa), Anchieta, Guadalupe, Barros Filho (no mapa), Coelho Neto e Acari (ambos no mapa). ....	71
Figura 14	Documento sobre a obra Favela Bairro .....	80
Figura 15	Documento sobre a obra Favela Bairro .....	81
Figura 16	Documento sobre a obra Favela Bairro .....	82
Figura 17	Documento sobre a obra Favela Bairro .....	83
Figura 18	Documento sobre a obra Favela Bairro .....	84
Figura 19	Documento sobre a obra Favela Bairro .....	85
Figura 20	Documento sobre a obra Favela Bairro .....	86
Figura 21	Documento sobre a obra Favela Bairro .....	87
Figura 22	Monica Correa, mãe de Cleiton, morto aos 18 anos .....	90
Figura 23	Projeto Recriando Raízes .....	96

Figura 24	Lateral da estação de trem, e entrada da rua que dá acesso à ONG Recriando Raízes, localizada na Rua Cândido Macedo Júnior,13 em Costa Barros, autoria própria. ....	99
Figura 25	Trecho da Estrada de Botafogo, um dos principais acessos ao bairro de Costa Barros. ....	103
Figura 26	Conjunto habitacional Minha Casa Minha Vida, localizado na Estrada de Botafogo, em Costa Barros ....	104

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 NO RIO DE JANEIRO: SUBÚRBIOS, FAVELAS E COMO ESTAS CATEGORIAS DEMONSTRAM TERRITORIALIDADES EM DISPUTA. ...</b>	<b>27</b>
1.1 <b>Evolução urbana do Brasil</b> .....	31
1.2 <b>A favela e a construção das divisões sociais</b> .....	32
1.3 <b>A divisão social da cidade e o estigma urbano da AP3</b> .....	34
1.4 <b>O Decreto 1.514 De 1914 – apresenta a estrutura da Ap3 urbana e suburbana</b> .	35
1.5 <b>O decreto 2.087 de 1925 – a ap3 suburbana e rural</b> .....	36
1.6 <b>Os paradoxos do espaço social contemporâneo e seus processos de fragmentação</b> ..	52
<b>2 LOCALIZANDO COSTA BARROS</b> .....	61
2.1 <b>Dados do IBGE e IPP</b> .....	79
2.2 <b>Reconhecendo o campo a partir dos moradores</b> .....	86
<b>3 OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DO PERCURSO DE PESQUISA</b> .....	88
3.1 <b>Os relatos das mães de Costa Barros</b> .....	89
3.2 <b>Intervenções de ONGs podem conduzir à mudanças eficazes dentro de nossa sociedade ou são apenas ações utópicas? Conversas com Tia Ilma</b> .....	92
3.3 <b>ONGs: qual sua importância efetiva como entidade na sociedade brasileira?..</b>	94
3.4 <b>As intervenções das ONGs nas políticas públicas e sociais direcionadas aos sujeitos</b> .....	97
<b>CONCLUSÃO</b> .....	106
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	104

## INTRODUÇÃO

### **Como cheguei a este tema de pesquisa**

Costa Barros, bairro localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, que de forma recorrente aparece na mídia nos últimos anos, faz limite com os seguintes outros bairros: Pavuna, Anchieta, Guadalupe, Barros Filho, Coelho Neto e Acari. Estes bairros ficam no entorno da estação de metrô Pavuna, localizada na linha 2, fazendo divisa com a Baixada Fluminense.

Passei minha infância e juventude, e parte da vida adulta transitando entre estes bairros e outros da Zona Norte, onde morei e estudei, mas é Costa Barros o bairro que optei por trazer como objeto da minha dissertação de mestrado. Nele muitas questões me intrigam, principalmente pelo tipo de cidade e de projeto que é dado à ele, e o que tem representado.

Cheguei a este projeto de dissertação por ter sido moradora do local durante meus primeiros vinte anos de vida e por ainda manter vínculos familiares e de amizade no bairro, tendo presenciado, como moradora, algumas das mudanças ocorridas e mencionadas neste texto. Por conta de experiência própria, estive bem próxima da realidade vivenciada pelos moradores do local. Acompanhei os vários impactos decorrentes de medidas governamentais implementadas ao longo dos anos, mais especificamente nas décadas de 1990 e 2000, como o projeto Favela-Bairro, e ao longo da primeira e início da segunda década de 2000, como o projeto habitacional Minha Casa Minha Vida, que também fomentou o aumento populacional ocorrido nesse período, entre outras transformações que se tornaram mais visíveis em termos de mudanças urbanísticas e seus impactos.

Depois de entrar para o curso de Pedagogia, tive acesso às ideias de diversos pensadores e estudiosos que abordavam os temas e conflitos sociais a partir do capitalismo e seus impactos, como Karl Marx, que abordou as questões da divisão do trabalho, Gramsci, que trouxe seu conceito de intelectual orgânico, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro. Minha pesquisa de graduação foi sobre a produção acadêmica em torno das políticas de educação e principalmente dos CIEPs.

Ao final do curso, porém, percebi a possibilidade de apresentar um projeto de pesquisa e decidi falar de algo que sempre me incomodou: o fato de que, a despeito da presença do Estado no bairro em que cresci, as mudanças significaram transformações nas

políticas urbanas e sociais que impactaram as demandas da população e inseriram Costa Barros no mapa da cidade, no sentido de estar posicionado como um dos bairros mais violentos da cidade. Um exemplo é a questão do bairro ter crescido relativamente rápido em relação ao seu contingente humano e o fato de não ter havido uma atenção quanto a questão de implementação de políticas direcionadas à segurança dos moradores. Mas este é apenas um exemplo. E aqui me questiono: como sair do lugar da moradora para o de pesquisadora? Como estas questões afetam o fazer da minha pesquisa? As mudanças que aponto aqui se referem às cidades em disputa, as vezes no mesmo bairro. A cidade não é estática, ela pressupõe mudanças de diversas ordens, conflitos a partir da sociabilidade dos moradores e da atuação do Estado. Aqui, a questão principal do trabalho são os projetos de cidades e as cidades em disputa. O recorte apresentado neste trecho, relata as tensões que permeiam a sociedade em meio as modificações no cotidiano dos moradores de áreas de subúrbio das grandes metrópoles e as consequências desses movimentos, que abarcam sincronicamente uma intenção de apagamento das memórias históricas do papel desses fragmentos socioafetivos no decorrer dos processos urbanísticos elaborados pelos governantes. O autor Carlos Fortuna, pesquisador da Faculdade de Economia de Coimbra, no artigo “Velhas Cidades, Novíssimas Metrôpoles: Um outro cânone urbano”, coloca suas observações e percepções acerca das transfigurações urbanas, verificadas nas pequenas e grandes cidades e traz apontamentos a respeito da falta de interpretações da realidade social nestes locais, bem como da consequente interação entre os indivíduos e o panorama de conflito existente entre as várias classes, à luz das perspectivas sociológicas relativas à inexistência de relações interdisciplinares de conhecimento dentre as diversas áreas, que não alcançam a devida elucidação junto à academia. Ele apresenta a necessidade da produção de análises que transitem no terreno sociológico, introduzindo uma discussão acerca das desigualdades entre os indivíduos dentro da esfera urbana e que conduzam à uma compreensão quanto ao desenvolvimento de um olhar para além daqueles elaborados nos moldes que se fundamentam nos estudos realizados e que tinham como base norteadora as cidades industriais europeias e norte-americanas, de meados do século XIX, desprendendo-se dos estudos sobre o processo de transformação socioespacial ao longo das últimas décadas.

As reflexões a respeito do crescimento das cidades ao longo do século XX, contribuíram para a realização de certo número de estudos direcionados à interpretação e identificação dos elementos que compuseram o cenário no qual a academia tem se debruçado (como a luta de classes e a questão da densidade populacional nas metrópoles), no que diz respeito á tentativa de chegar a um entendimento sobre o fator de transitoriedade dos papéis

sociais dentro do contexto urbano das metrópoles, durante as últimas 4 décadas. Tais análises teóricas tem o objetivo de produzir uma gama de conceitos e probabilidades de relações interdisciplinares, no quesito de simplificar ao máximo a absorção do entendimento dessas questões, tão pertinentes ao que seria realmente a realidade sociopolítica das cidades em todo mundo, de um polo a outro. Autores como Kostof comentam que a palavra “cidade” em chinês quer dizer “muro”, *ch’eng*. Em inglês, *town* tem origem na palavra teutônica que significa “enclausuramento”(1992, p.11). A etimologia de “urbano” e “suburbano” mostra que “subúrbio” sempre esteve ligado ao conceito de segregação espacial (Lins, 1998, p.139).

De acordo com o autor, a segregação espacial era condicionalmente estabelecida pela divisão física provocada pela linha férrea, que no início do século vinte pautava a classificação dos indivíduos. Os que moravam circundantes à linha ferroviária eram o proletário segregado. Lima Barreto trouxe em suas crônicas sobre o crescimento da cidade do Rio de Janeiro, observações a respeito de como no final do século XIX e início do XX o subúrbio era a melhor oportunidade de acomodação, um lugar onde se podia comprar uma “casita” para morar. “Vendeu a modesta herança e tratou de adquirir uma casita nos subúrbios em que ainda morava e era dele... estava em plena posse do seu “buraco” como ele chamava a sua humilde casucha.” Lima Barreto (1921-1922) p.11). A *Nouveau Larousse Illustré*, numa edição de 1910, define *urbain* (“urbano”) como palavra de origem latina, com o significado de *cit * (“cidade”); “urbanit ” como a “polidez [educa o] dos antigos romanos”; *suburbain* (“suburbano”) como “aquilo que está na proximidade da cidade” (Aug , s.d., p. 837-1186).

Para Carlos Fortuna, no artigo Cidade e Urbanidade (2009: 86):

“O próprio conceito moderno de “urbano” ganhou novos sentidos em resultado da transforma o da natureza da cidade industrial com origem nas lutas sociais e operário-sindicalis em torno do “direito   cidade” (Lefebvre, 2009). Esta transbordante “re-inven o do urbano” converteu o direito   cidade numa expressão política mais abrangente de direito   vida e   cultura urbana, incluindo também o direito   equidade e   diferença, numa cidade tendencialmente homogeneizadora (idem). O direito   cidade não   mais apenas o direito a aceder e a instalar-se nela, mas a garantia de poder usufruir dos equipamentos, serviços e direitos que a cidade oferece, designadamente a condi o de cidadania política e cultural.

Deste modo não deixa de ser problemático verificar que a cidade continue a ser interpretada de acordo com muitas formula es teóricas iniciais de autores como Simmel, Wirth, Park e outros “clássicos” e se destaquem referências a categorias analíticas como o anonimato, “atitude blas ”, a questão da dimensão, densidade relacional, heterogeneidade dos lugares, por exemplo, que constituíram a base do patrim nio teórico e conceptual dos primórdios do pensamento sobre a cidade e a metrópole modernas. Esta resistência da teoria s  assinalável porquanto a realidade urbana se mostra historicamente relapsa, isto  , nunca inteiramente compaginável ao cânone teórico e, ao invés, geradora de contínuas reformula es e adapta es analíticas e discursivas, revela uma teoria do fen meno urbano que se l  como um palimpsesto”.



O que isso significa? Significa que a cidade não é homogênea. Que um município como o Rio de Janeiro, com a dimensão que tem, e as diversas representações ali existentes, tem representações em disputas do que é esta cidade, e mais ainda, quais projetos e políticas públicas são implementadas nesta cidade, e as desigualdades existentes em cada espaço. Desigualdades no espaço, expressas pelos tipos de moradia, presença de equipamentos urbanos, acesso a equipamentos culturais, índices de criminalidade, projetos de mobilidade urbana e tipos de transportes públicos e em que condições estes podem ser acessados, são algumas das questões trazidas neste contexto. Nesta dissertação, as cidades em disputa, do sociólogo Carlos Fortuna, o conceito de margem, de Veena Das, e com os dados trazidos no processo de pesquisa do Armazém dos Dados, do Instituto Pereira Passos e com os dados do IBGE. Estes autores (e dados) formam o corpo deste trabalho.

Qual é a hipótese deste trabalho? É a de que há projetos distintos de cidade atuando no município do Rio de Janeiro. O conceito das cidades em disputa também se dá no que se constitui como política pública, nas representações reificadas pela mídia em processos de violência, transformando determinados espaços em “perigosos”. É o caso de Costa Barros, incluído na região próxima ao bairro da Pavuna, e que trago aqui neste trabalho.

A hipótese desta dissertação surgiu a partir de inquietações e angústias que sempre observei a respeito da questão da ocupação desordenada que, ao longo das transformações, foram chamando minha atenção por conta do ir e vir de muitas pessoas que conhecia no bairro. Algumas foram embora porque foram conduzidas para outros lugares ou outras partes do mesmo local, devido a mudanças estruturais, como as obras realizadas na década de 1990 (mas iniciadas durante o governo do Prefeito Júlio Coutinho, na década 1980), segundo documentos oficiais do arquivo analisado no Instituto Pereira Passos, ao longo de minha pesquisa. Neste documento encontram-se as listas de planejamentos urbanos de todo o Rio de Janeiro, entre eles, o de Costa Barros.

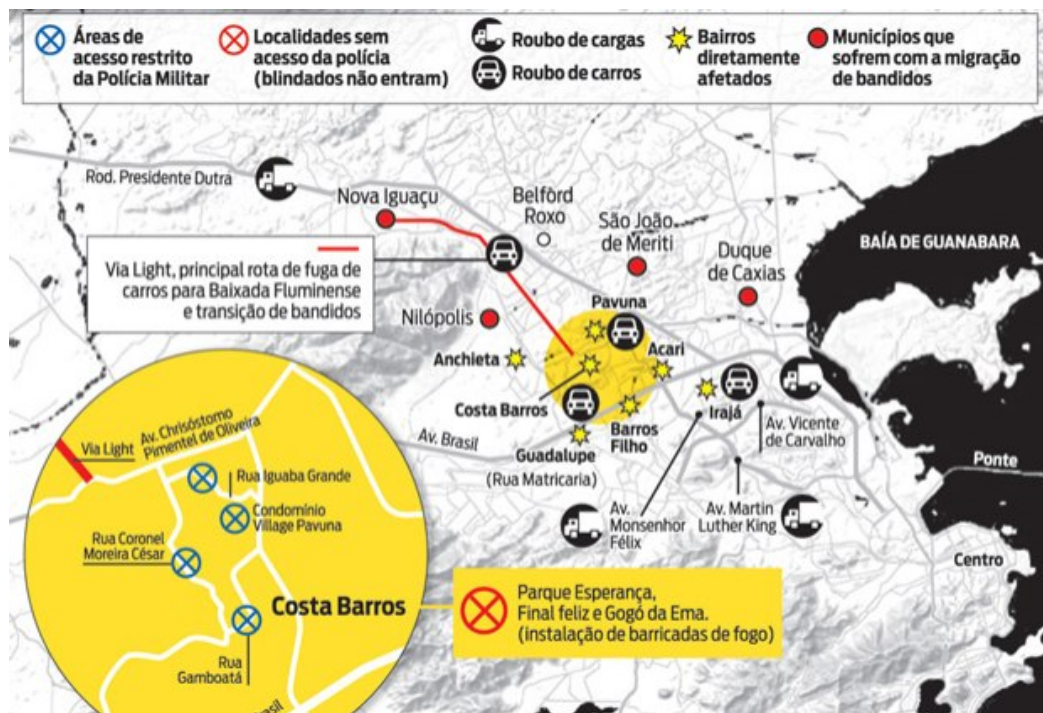
Durante o governo de Cesar Maia (em seu primeiro mandato como prefeito de 1993 à 1996 e retornando em 2001 até 2008), vamos nos ater à década de 1990, com a implementação do projeto Favela Bairro que condicionou uma melhoria relacionada a infraestrutura urbana no bairro. No entanto, muitos moradores tiveram suas moradias desapropriadas ou foram recolocados em outras partes do lugar por conta dessas obras, enquanto outros quiseram ir por causa de diversas situações particulares, principalmente o aumento da criminalidade no local e a falta de políticas públicas de segurança.

Neste sentido, estando em uma das cidades mais procuradas turisticamente do mundo, o Rio de Janeiro, Costa Barros tem se apresentado como outros bairros, a partir da premissa

exposta por Fortuna acima, a de que seus moradores deviam ter a “garantia de poder usufruir dos equipamentos, serviços e direitos que a cidade oferece, designadamente a condição de cidadania política e cultural”. Não tem sido o caso.

Costa Barros recebeu esse nome por conta de um senador da República, Pedro José da Costa Barros (1779-1839). É um bairro caracterizado pela crescente violência e cuja imagem é frequentemente depreciada pela mídia, através de relatos feitos por moradores e constantemente mostrados em telejornais, contribuindo para a formação de uma imagem negativa do cotidiano desse lugar.

Figura 1 Hierarquia da violência no Chapadão.



Fonte: Agência O Dia – Março de 2015.

A partir das informações dos mapas e de noticiários e jornais de grande circulação, como O Dia, pude fazer uma análise sobre a situação de violência no bairro, baseada nas imagens e notícias utilizadas e em minha experiência pessoal como ex-moradora do local, bem como também em meu trabalho de campo. Durante os momentos em que estive no local para realizar a pesquisa, tive muitos problemas com relação à desconfiança dos moradores, pois o fato de estar reunindo informações sobre o local levantava suspeitas sobre minhas reais intenções.

Figura 2 -Em protesto por morte de jovem no Chapadão, moradores queimam cinco ônibus.



Fonte: Carlos Eduardo Cardoso/ Agência O Dia – Abril de 2015.

O bairro é caracterizado principalmente, por ser uma rota do crime organizado, segundo dados dos órgãos de segurança pública (polícias Civil, Militar, Federal e Corpo de Bombeiros). Segundo declaração do Tenente Coronel Antônio Marcos dos Santos, do 41º Batalhão da Polícia Militar - de Irajá), ao jornal O Dia, em reportagem de abril de 2015, a questão da proximidade desse bairro com as principais vias da cidade, como Via Light, Rodovia Presidente Dutra e Avenida Brasil, o tornam uma área de grande fluxo da criminalidade levando em conta seu posicionamento geográfico, pois traz a facilidade de entrada e saída dos produtos, tanto os provenientes de roubos quanto os carregamentos de entorpecentes e armamentos, que são levados por criminosos.

A localidade, que consiste em um bairro popular, é composta por algumas comunidades como Chapadão, Pedreira, Lagartixa, Quitanda, Final Feliz, Mata 4, Terra Nostra, Tom Jobim, Chaves, Ethernit, Joana Dark, Favela do Nego Dengo e uma que ainda não é reconhecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por ser muito pequena, a comunidade conhecida popularmente pelos moradores atuais, segundo relatos, como Obrigado Meu Deus, que é a área mais pobre do bairro.

Também procurei levantar dados e fontes em instituições como o Instituto Municipal Pereira Passos (IPP) e o IBGE, para a análise de dados específicos sobre minha pesquisa. Assim, pude obter uma maior quantidade de conteúdos acerca do arcabouço de informações que seriam necessárias para compor meu projeto, além dos referenciais teóricos de peso no âmbito de pesquisas direcionadas à temática a que tenho me dedicado. Maurício Abreu (1987), trouxe detalhes sobre as mudanças urbanas que geraram os subúrbios. Já Lícia Valladares (2005), trata sobre a marginalização daqueles que se estabeleceram nessas regiões, que aos poucos passaram a ser interpretados como locais para pessoas fora dos padrões impostos pela sociedade, seja por falta de condições financeiras, seja por uma certa atitude rebelde. São estes autores com os quais dialogo no capítulo 1.

Fui adquirindo, no decorrer do curso, um leque de autores que apresentam reflexões sensíveis e base das questões sociais que expressam a formação da sociedade urbana da cidade do Rio de Janeiro e os fatores que levaram às desigualdades sociais, a partir de questões pautadas não apenas na ordem econômica, mas no acesso, nas questões espaciais, nos projetos de cidade e nas políticas urbanísticas que se desenvolvem nestes espaços.

Um desses objetivos é desnaturalizar questões como o fato de que apenas por conta de sua renda baixa, esses indivíduos tenham de se acomodar em lugares desvalorizados imobiliariamente, ou pela distância do Centro do Rio, ou pela falta de infraestrutura urbana. Dessa maneira, somos cada vez mais afetados pelas determinações do Estado, que instala escolas nas em toda cidade, mas que não reflete sobre a heterogeneidade da cidade e dos espaços, não oferecendo o suporte esperado pela população, que todos os dias é obrigada a conviver com todo tipo de implicações relativas à sua subsistência.

Aqui trabalho com o conceito de subúrbio que de acordo com autores como; Nelson da Nobrega Fernandes professor de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e antropóloga Regina Novaes produziu para o Caderno Globo Universidade (2013) um artigo sobre a minissérie Subúrbia, da Rede Globo, que dialogava com a série e com outros pesquisadores da área. Juntamente com o geógrafo Marcio Piñon, o sociólogo João Felipe Pereira Brito, entre outros, desenvolveu reflexões sobre o que é a concepção do universo do subúrbio na construção do imaginário da sociedade a partir de narrativas, seu legado cultural na formação social do brasileiro.

Novaes traz uma discussão sobre a produção dos conceitos e categorias construídas a respeito dos significados das palavras utilizadas para diminuir ou menosprezar aqueles que compõem um determinado espaço geográfico. A questão em si é que uma palavra lançada de forma leviana produz uma identidade excludente, transformando em produto do meio o

indivíduo que tem muitas vezes sua identidade vinculada a uma área identificada com o nome de “subúrbio, favela, periferia ou comunidade”.. Ao longo dos movimentos, como a introdução do rap pela linguagem forte e marcante das letras que traziam à tona as experiências de moradores de periferias da grande São Paulo (principalmente na voz do grupo Racionais MC’s) que surgiram nos anos de 1990, provocaram mudanças na maneira e na forma de como deveriam se posicionar os jovens moradores dessas áreas. Ela relata em seu trabalho, o fato de ter entre seu corpo de alunos uma parte de jovens que viveram ou ainda vivem a experiência de transitarem entre a favela e o asfalto e que alcançaram a universidade. Em seu texto “Quatro jovens, Quatro trajetórias”, de 2013, Novaes apresenta a questão da desigualdade e do racismo que persiste no Brasil e trata da continuidade crescente do quadro de violência contra os jovens negros.

Segundo a pesquisa da autora, o termo “Subúrbio” é originário do latim *suburbium*, que significa subcidade, ou seja, evidencia uma conotação de subalternidade ao lugar e aqueles que são pertencentes à este espaço. Também aponta para o músico Chico Buarque que em suas melodias, nos leva à apropriação carioca do termo subúrbio, como “o lugar onde a chapa é quente”, onde os conflitos emergem a todo momento e as mentalidades e culturas se fundem, ao mesmo tempo em que se confrontam com o resto da cidade, nos remetendo a um ar bucólico, quase saudosista, de amores antigos e lugares como parques que não estão mais lá.

Ao longo de seu trabalho, Regina afirma que desde 1990 aconteceram vários movimentos e intervenções que contribuíram para a construção de uma identidade cultural, apoiadas em histórias de vida parecidas com as dos jovens que são seus interlocutores e que funcionaram como um elemento chave para esse reposicionamento dos jovens negros na sociedade.

Os subúrbios da cidade precisam ser aceitos como parte efetiva do corpo da cidade. Assim, para me aprofundar nas análises sobre as consequências diretas e indiretas desses projetos na vida cotidiana dos moradores de Costa Barros, reflito os relatos dos moradores do bairro sobre quais mudanças implementadas trouxeram avanços reais para a infraestrutura dos bairros – entendidos como favelas ou comunidades – a criminalização destes espaços, e também sobre o quanto o crescimento dos índices de violência causa aflição tanto aos moradores quanto aos que trabalham ou apenas passam pelo local de ônibus, trem ou metrô. Aqui, como consequência da criminalização destes espaços, percebo como afeta a minha própria pesquisa e em alguns momentos, a impossibilidade dela.

Houve discrepâncias estruturais, sociais e culturais presentes no decorrer do processo de crescimento populacional dos bairros suburbanos em relação à cidade do Rio de Janeiro,

devido aos sistemas de implantação industrial em áreas de menor valor imobiliário. Abreu (2013), nos mostra uma série de informações em que estão mapeados os limites territoriais da cidade, vias férreas, índices populacionais, entre outros dados bem específicos como a expansão das empresas metalúrgicas, indústrias têxteis e a valorização de bairros tanto da Zona Sul quanto de locais antes não utilizados.

Segundo dados levantados pelo autor, diversos fatores motivaram o aumento demográfico do Rio de Janeiro entre os anos 1930 e 1950. Mas o que impulsionou esse crescimento foi a instalação de indústrias por toda a cidade, condicionada a um grande contingente de mão de obra vindo, a princípio, de estados que faziam divisa com o estado do Rio. Já na década de 1940, por conta da construção da Rodovia Rio-Bahia e de um significativo fluxo de migrantes do Nordeste, houve um maior excedente de pessoas. Esse processo de migração, por sua vez, colaborou significativamente para a eclosão dos subúrbios, principalmente dos que estavam localizadas junto aos pontos fronteiriços mais próximos do Distrito Federal (Pavuna, Anchieta) e também municípios da Baixada Fluminense.

O autor em sua análise demonstra a importância do emprego industrial para as populações suburbanas. Os reflexos da expansão industrial trouxeram um número elevado de empregos no setor terciário e também cobranças ao poder público por implementações de infraestruturas básicas e investimentos na melhoria dos transportes (ABREU, 2013, p. 96).

A partir de 1930, o Estado começa a dar apoio à expansão industrial, principalmente às manufatureiras, dando novos horizontes aos subúrbios que foram se formando ao longo das malhas ferroviárias, como a Leopoldina, Rio D'Ouro e a linha Auxiliar.

Voltemos a abordar o processo de expansão industrial ainda no primeiro capítulo.

As indústrias situavam-se no centro da cidade e bairros próximos mas que tornavam-se de difícil acesso, considerando o distanciamento da população que migrara para áreas como o subúrbio para comprarem suas moradias próprias.

O governo, após observar essas questões, resolveu implementar duas formas de intervenção. A primeira foi retirar as indústrias manufatureiras das áreas próximas do Centro para dar lugar a indústrias que tinham maior faturamento, produziam em maior escala e precisavam se estabelecer em locais mais espaçosos, como as indústrias de móveis, estas situadas no bairro do Estácio e concentrando-se próximo à Praça Onze de Junho. Em segundo, o Estado passa a intervir a partir da década de 1930 nos processos de localização e estabelecimento das indústrias; assim surge o Decreto-Lei 6000/37, que definiu onde seria instituída a zona industrial na cidade. Alguns bairros que faziam parte importante do sistema industrial, como Laranjeiras, Gávea e Jardim Botânico, teriam novas expansões

inviabilizadas, por conta da valorização dos bairros no decorrer das mudanças urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro (ABREU, 2013, p. 101). Em suma, a estação de trem, a Estrada de Botafogo, e a Av. Martin Luther King Junior, onde está localizada a estação de metrô Engenheiro Rubens Paiva, servem como principais pontos de localização no trajeto ao longo do bairro. Mesmo tendo nascido no bairro, não tenho mais como conhecer muitas pessoas como antes, devido a mudanças ocorridas no local que resultaram na saída de pessoas com quem tinha amizade e devido a falecimentos tanto por idade quanto por outros motivos.

A questão habitacional em áreas consideradas de menor valor é abordada na sociedade contemporânea como um problema social e estrutural. Minha interpretação, diferente dessa e baseada nos autores que li, é que houve uma indução a interpretações errôneas dos verdadeiros motivos que fundamentaram os projetos urbanísticos, que não possuíam apenas intenções inocentes de reestruturação, e sim razões que tinham como base primordial higienizar os locais mais atraentes aos que possuíam os maiores recursos econômicos, ou seja, o vulgar “pobre tinha que ficar com pobre”. Para aprofundar no objeto de pesquisa, encontrei autores clássicos em minha abordagem.

“O subúrbio é o refúgio dos infelizes. Os que perderam o emprego, as fortunas; os que faliram nos negócios, enfim, todos aqueles que perderam sua situação normal vão se aninhar lá; e todos os dias bem cedo, lá descem a procura de seus amigos fiéis que os aparem, que lhes dêem alguma cousa, para o sustento seu e de seus filhos (Lima Barreto, s.d., p.110)”

As complexidades, acerca dos subúrbios a serem percebidas no conjunto das estruturas sociais que se encontram no centro dos eixos metropolitanos e que não recebem a devida atenção por parte do Estado, contribuem para o desequilíbrio social que vemos na atualidade.

Pesquisas desvendam o subúrbio do Rio de Janeiro, fazendo pontuações sobre as interferências de entidades, como ONGs, muitas vezes conveniadas à bases de partidos políticos, que atuavam na área que trata de análises sociológicas sobre a situação da habitação no Brasil.

O capítulo 2 será dedicado a apresentar o bairro de Costa Barros e falar sobre a questão do “apagamento” dos bairros de subúrbio do mapa da cidade.

As perspectivas dos autores mostraram situações onde o capital cultural pode ser proveniente tanto de convívio com culturas diversificadas, quanto fruto de instrução regulamentada ou não, como escolas, cursos renomados, ONGs, entre outros provedores de conhecimento. De fato, o ato do saber não está restrito às paredes de uma instituição escolar, mas é necessário que sejam viabilizados os processos que tendem a afirmar e delimitar essas

construções, que podem também ocorrer por intermédio de relações imediatas, visto que os sujeitos estão em constante posição de remodelamento pessoal e social.

Assim, oferecer subsídios para que essas intervenções aconteçam é ir contra uma imposição histórica disseminada pelas elites em varrer para debaixo do tapete um extenso número de práticas abusivas e injustas, que caracterizaram a construção de nossa sociedade. O Estado, juntamente com a elite, ainda hoje visa estritamente separar os cidadãos pertencentes à camada de menor poder econômico. Por isso, uma parte da sociedade tenta lutar pelos direitos dos que desconhecem seus direitos.

Acredito que as políticas públicas direcionadas a esse tema poderiam ser pensadas de forma mais elaborada, no sentido de tornarem possível a diminuição dos impactos, tanto ambientais como sociais, produzidos ao longo do processo de expansão populacional nos locais em questão e nos anos subsequentes. É necessário que essas políticas determinem um prazo para a apresentação de projetos que conduzam a uma melhoria efetiva e, principalmente, que visem à produtividade de renda e a melhores condições sociais.

Para desenvolver a dissertação, dialoguei com textos e entrevistas com moradores do meu campo de pesquisa, o bairro de Costa Barros e como já pontuei, realizei análises mais aprofundadas dos documentos encontrados nos arquivos do IPP, sobre as mudanças ocorridas no local, e dos arquivos do IBGE, a fim de abordar com maior propriedade os temas pertinentes a esta pesquisa, que trata dos problemas encontrados nos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro e da análise dos impactos na camada menos privilegiada da população durante o processo da industrialização e a expansão dos subúrbios.

### **Objetivos gerais da pesquisa:**

Buscar entender como o bairro de Costa Barros, entre outros bairros de subúrbio, tornou-se um bairro presente nas narrativas sobre o Rio de Janeiro, permeado por disputas e tensões a partir das suas transformações urbanas e processos de ocupação e também a sensação de desigualdade sentida pela população desses locais por conta do apagamento destes do mapa, realizado pelo Estado nas mídias que promovem a circulação de turistas no território carioca.



**Objetivos específicos da pesquisa:**

Fazer uma análise sobre a produção dos subúrbios junto aos processos urbanos da cidade do Rio de Janeiro, que promoveram o aumento dos conflitos sociais relativos à organização dos espaços. Desta forma, trago dados a respeito dessa sistematização do espaço que está localizado em uma área distante do Centro. Muitos bairros de subúrbio tanto da Zona Oeste quanto da Zona Norte, como Costa Barros, Anchieta, Guadalupe, Cidade Alta, Manguinhos, entre outros, não fazem parte dos planos de incentivos de investimentos do Estado em reverter o panorama de crescimento do processo que afasta esses bairros das políticas estabelecidas para a cidade. Para a população suburbana, os problemas são ainda maiores se pensarmos na questão das dificuldades de mobilidade urbana que permeiam o cotidiano de todos, a necessidade de rever certos investimentos em transportes e os equipamentos urbanos disponíveis a essa camada da sociedade.

O que vemos na cidade do Rio de Janeiro é a crescente desigualdade social que é verificada ao longo do surgimento dos subúrbios, onde há pouca abrangência dos mecanismos de beneficiamento por parte do Estado. Apesar disso, sua população continua desenvolvendo-se mesmo em áreas desprovidas ou com pouca infraestrutura, enquanto em outras partes da cidade ocorrem muitos planos de reestruturação. O resultado desse afastamento é a de perpetuar os preconceitos e estigmatizar os indivíduos que fazem parte desse núcleo urbano.

**Metodologia:**

A pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico, análises em documentos oficiais disponíveis no Instituto Pereira Passos sobre os processos urbanísticos elaborados ao longo do século XX, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, material jornalístico e algumas entrevistas com moradores do bairro de Costa Barros, com a finalidade de produzir novas perspectivas sobre os planos panorâmicos que extinguem do mapa os bairros de subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo tentando apagar as memórias históricas e a importância dessas áreas no processo histórico do crescimento da cidade. Para sustentar hipóteses relevantes sobre a evolução urbana desse bairro de subúrbio da Zona Norte, utilizei textos que abordam questões pertinentes a pesquisa e fui construindo minhas análises, em concomitância à algumas entrevistas realizadas com moradores.

Quando se resolve realizar qualquer tipo de estudo sobre a sociedade é necessário tentar perceber suas objetividades nos campos ideológicos e procurar formas de interpretá-las. Nessa prática de pesquisar o que está rente a ele, o antropólogo se coloca em posição de pequeno ou grande grau de exposição, mediante a intensidade dos confrontos com os demais especialistas, tanto de sua área de pesquisa, quanto com os de outras, sendo eles integrantes de dentro do seu meio que possuam investigações parecidas ou totalmente díspares, mas que queiram questionar ou discordar da forma como foi interpretado seu trabalho investigativo.

É uma visão produzida e disseminada na sociedade pelos meios de comunicação das massas, que nos apresentam relatos de fatos e acontecimentos ocorridos em regiões com grupos que podem estar afastados geograficamente, mas que por sua constante periodicidade e veemência, tornam-se familiares devido seu aparecimento. Contudo, há contextos de grupos tanto em nossa cidade quanto em nosso país que desconhecemos. Para a antropologia, o princípio fundamental é procurar ser objetivo, usando o recurso da neutralidade científica. Ao escolher pesquisar a sociedade temos que ter em mente que não se trata de um objeto fácil de se abordar, e suas complexidades são incumbências que apresentam impossibilidades múltiplas, como culturas, credos, etnias, entre outras, muitas vezes desconhecidas. Gilberto Velho (1978) demonstra isso e define algumas formas para podermos atingir nossa meta e sermos objetivos em meio à um ambiente familiar.

Apesar de ter ido poucas vezes ao campo para o desenvolvimento da pesquisa, consegui fazer algumas entrevistas em forma de uma metodologia aberta, visto que devido ao local viver em constante conflito por conta dos embates entre a polícia e os traficantes fixados no bairro ou de confrontos entre os bandidos do lugar e outros que tentam tomar o poder no território, fui alertada pelos próprios moradores a não transitar muito por ali fazendo perguntas, para minha segurança.

“(…) a noção de que os processos literários perpassam qualquer obra de representação cultural é uma ideia recente na disciplina.

Para um número crescente [de etnólogos], a “literalidade” da antropologia – e especialmente da etnografia – aparece muito mais como uma questão de bem escrever ou de um estilo apurado. Os processos literários – como a metáfora, a linguagem figurada, a narrativa – influenciam os modos segundo os quais os fenômenos culturais são registrados, das primeiras “observações” anotadas ao livro acabado, e até os modos como tais configurações “fazem sentido” em determinados atos de leitura” (CLIFFORD, 1986, p. 4).

Quando falamos de distância, qual seria o tipo de distância válida no âmbito social? A cultural, a Geográfica? A diferença em questão são as tensões estabelecidas entre as diversidades culturais, e sociais que estão envolvidas neste jogo antropológico. Para se atingir tal objetivo se requer esse tão debatido distanciamento? Na percepção de Velho (1978), essa divisão do que é familiar para o que é exótico pode ser dissimulada a fim de alcançar objetividade e se você consegue desenvolver uma comunicação você possui uma proximidade. Essa incursão do familiar ao exótico não é fácil nem simples, pois se fizermos o inverso e nos familiarizarmos ao exótico, ele deixa de ser tão exótico. No entanto, no começo desta atividade ao nos confrontarmos com os estranhamentos que causam possíveis naturalizações, trazendo uma outra percepção sobre o desenrolar de todo o processo de se desnaturalizar, o que tempos antes era natural na sua perspectiva passará a exercer um sentido novo a partir de seu aprofundamento teórico durante suas investigações.

No início, me encontrava confusa no tocante ao desenvolvimento do tema central do meu trabalho, pois falar do que lhe parece familiar às vezes torna-se bastante difícil, no sentido de não ter o devido aprofundamento sobre metodologias e técnicas para fomentar, traçar e elaborar formas de observação das próprias vivências.

Contudo, por meio dessa etapa do curso de mestrado, pude desenvolver o percurso de reconhecimento e identificação, tanto dos termos conceituais quanto metodológicos, buscando reconhecer-me como pesquisadora, enquanto realizava as leituras sugeridas nas aulas.

“O conhecimento é uma escolha tanto de um modo de vida quanto de uma carreira; quer o saiba ou não, o trabalhador intelectual forma-se a si próprio à medida que trabalha para o aperfeiçoamento de seu ofício.”

(C. Wright Mills, 2009)

Conseguí assim, ter uma dimensão mais detalhada de métodos adequados, dos quais teria de me apropriar para desenvolver a pesquisa. Entretanto, no transcorrer do curso, com tantas leituras específicas, pude ter uma perspectiva acerca dos caminhos que deveria seguir para a elaboração da pesquisa, aspectos que realmente são elementares na construção de uma pesquisa, como as leituras clássicas apresentadas a respeito dos métodos para produzir uma dissertação, discussão esta trazida no capítulo 3.

## **1 NO RIO DE JANEIRO: SUBÚRBIOS, FAVELAS E COMO ESTAS CATEGORIAS DEMONSTRAM TERRITORIALIDADES EM DISPUTA.**

No primeiro capítulo deste trabalho, dialogaremos com os autores Maurício Abreu e Lícia Valladares, que produziram duas obras clássicas que abordam com veemência os conflitos e impactos que envolveram o surgimento dos subúrbios.

Para conseguir dar conta e poder explicar os processos que ocasionaram a projeção da minha pesquisa, trouxe uma das obras clássicas sobre as questões urbanas, Maurício de Almeida Abreu, geógrafo e historiador. Em sua carreira acadêmica, lecionou no curso de pós-graduação de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), dedicando-se a pesquisas no campo do desenvolvimento urbano no Rio de Janeiro.

Suas investigações abordaram com profundidade a formação da cidade do Rio de Janeiro, os consecutivos projetos implementados pelo Estado e as divisões das terras urbanas da cidade que deram origem à configuração geográfica atual. Em seu estudo, Abreu faz um levantamento sobre o tema a partir do seu início, em 1900, dando continuidade no decorrer século XX, quando ocorreu a eclosão e projeção das favelas, que incomodavam e ainda causam muito desconforto às elites.

“No campo da habitação são criados dois modelos básicos que orientarão a separação das classes sociais na cidade. De um lado a criação de vilas e bairros operários onde se percebe uma alta taxa de ocupação do solo com a utilização quase total dos terrenos localizados próximos as áreas industriais e/ou centros de negócios e serviços. Do outro lado surge o típico bairro burguês, inspirado num anti-urbanismo e na recuperação de elementos da natureza. Este modelo se baseia na produção de bairros onde há ruas arborizadas e largas para facilitar a circulação do ar, sistemas de coleta de esgoto, pavimentação, espaços verdes e uma pequena taxa de ocupação de terrenos com a incorporação de jardins e quintais nas casas construídas em centro de terreno com grandes afastamentos frontais e laterais”.

(SIMÕES, 2006, pg. 78).

A finalidade era explicar o contexto atual por meio do processamento da história, buscando dar visibilidade aos procedimentos de estratificação social dos espaços da metrópole, o que gerou o regime de segregação que foi se desenvolvendo durante toda a formulação da sociedade cidadina. O geógrafo analisa a multiplicação das ocupações urbanas da burguesia na Zona Sul da cidade, o que trouxe muitas oportunidades de colocação no mercado de trabalho e também acarretou a viabilização do surgimento de novas favelas. Nesse sentido de delinear as ações executadas pelo Estado, suscitam-se discussões a respeito das formas usadas para

moldar as características estruturais apresentadas no meio urbano e suas disparidades condicionantes dos paradigmas em que foram produzidas as divisões dos eixos periféricos.

Para explicar o sentido de organização do espaço político e social dentro da Cidade do Rio de Janeiro com relação às áreas de subúrbio e favelas, não poderia deixar de dialogar por meio dos argumentos levantados no livro *Anthropology in the Margins of the State* organizado por Veena Das e Deborah Poole, que ainda não teve publicação no Brasil. “a etnografia do Estado enquanto práticas, lugares e linguagens consideradas à margem do Estado-nação.” (p.3).

A construção dos argumentos dos antropólogos direcionam a uma série de reflexões a respeito do transcorrer das ações do Estado e das táticas utilizadas no planejamento e execução desses projetos que produzem as margens da sociedade por meio de sutilezas estratégicas que conduzem a manutenção da divisão social orquestrado por meio territorial e geográfica.

“uma forma de organização política administrativa racionalizada enfraquecida ou menos articulada” (p.3)

Nos textos deste livro derivados de uma coletânea de ensaios apresentados em um seminário Das, Veena; Poole Deborah. *Anthropology in the Margins of the State: Comparative Ethnographies*. Santa Fé, Oxford: School of American Research Press. (2004) os autores dos ensaios enfatizam que as margens trabalhadas são as margens do que é permitido no território de modo a seguir as regras de controle “incontestáveis” impostas pelo Estado. Em seus argumentos, os autores nos conduzem a uma visão mais ampla dos esquemas utilizados pelo Estado na propagação das desigualdades sociais, através da reestruturação dos espaços urbanos que ocasionaram as dicotomias encontradas na cidade. Esses esquemas eram orientados da seguinte forma: os pobres deveriam se estabelecer nos centros para ficarem próximos aos seus trabalhos, assim reduzindo custos com transporte, enquanto os ricos se fixavam nas áreas periféricas.

Entretanto, uma visão capitalista e tendenciosa considerava que esse excedente de trabalhadores, juntamente com suas famílias, transformaria a estética da cidade em um panorama desagradável de pobreza, o que, conseqüentemente, conduziria a uma desvalorização do espaço urbano dessas áreas. Já nos Estados Unidos ocorria um fenômeno contrário: os que possuíam os maiores recursos financeiros estabeleciam suas moradias nos centros.

“O Rio de Janeiro vestiu-se de luxo e modernidade à medida que as elites urbanas especializaram os espaços, reprimiram os costumes tradicionais, esconderam a pobreza e os vícios na periferia, e procuraram manter sob vigilância e controle as vozes discordantes no conjunto dos excluídos. Acima de tudo, a cidade travou contato com a linguagem da civilização, à medida que os poderosos negaram o

passado colonial, jogando o véu da interdição e da discriminação sobre a escravidão e os tempos coloniais” (MENEZES, 1996, p. 29).

Aqui no Rio de Janeiro, acerca das novas formatações urbanas implementadas durante a transição do século XIX ao XX, o autor pontua a formação social como ponto de ignição das questões que permeiam a sociedade e as formações urbanas na metrópole carioca. De forma bastante objetiva, o autor buscou apresentar o passado e seus elementos de maneira a explicar as formações atuais e o surgimento da estratificação social dentro do espaço urbano. Assim, utilizou-se de conceitos elaborados e categorizados em bases teóricas que se utilizam das formulações que trabalham as fundições de formações sociais sistematizadas ao longo do tempo, construindo através das representações dessas estruturas associadas.

Esse estudo nos direciona a compreender o processo de desenvolvimento estrutural dos espaços urbanos fundamentado no sistema capitalista. Este não deve ser separado das circunstâncias e nem das controvérsias efetivas atuais sobre as condições sociais representadas dentro do espaço urbano. Além disso, esse sistema reflete-se na metodologia da segregação e a instituição das periferias urbanas, que são identificadas não apenas por sua posição de distanciamento do centro, mas também por sua falta de proximidade aos acessos de serviços e bens de consumo.

Em comparação com as teorias desenvolvidas com base na realidade dos centros metropolitanos de países desenvolvidos, podemos detectar e compreender que a extensão metropolitana da cidade do Rio de Janeiro encontra-se tomada em uma ordenação do espaço contrária às desses centros, colocando as classes mais afluentes aglutinadas no centro metropolitano em altas concentrações. Devemos levar em consideração (1) que os melhores recursos urbanísticos são mais raros à medida que nos afastamos dos centros metropolitanos e (2) que os altos investimentos são direcionados às classes de maior poder aquisitivo, que recorrem a métodos para impedir a transição de indivíduos de classes pobres e manter a perpetuação da estratificação social dentro da metrópole. Assim, dá-se a expulsão desta camada social por conta das especulações imobiliárias e implementações de empresas privadas, que, condicionadas legalmente, favoreciam as elites e expurgavam as favelas a fim de fazer uma suposta reforma do espaço urbano, com suas taxas de níveis crescentes e políticas habitacionais que reforçariam o segregacionismo (ABREU, 2013, p. 17, 145).

Sobre a situação anterior ao século XIX, o autor levanta considerações a respeito das parcimônias intervencionais, da pouca disposição de meios de transportes que suprissem as necessidades coletivas e da grande parte da população que vivia em condições de escravidão,

com sua formação de densidade heterogênea e sua diferenciação das elites no tocante à forma estética das moradias e sua localização (ABREU, 2013, p. 35).

As fragmentações e as aplicabilidades das questões de classes sociais deram-se após a inserção dos transportes coletivos (bondes de tração animal em 1859 e trem a vapor em 1870), trazendo uma definição de cidade capitalista e conseqüentemente dando início a uma divisão em três pedaços: o eixo principal, onde prevaleciam as práticas não domiciliares e as moradias denominadas cortiços; os bairros da Zona Sul, compostos pelas pessoas nobres e contando com o serviço dos bondes direcionado à camada rica; e os subúrbios da Zona Norte, que contavam com as linhas ferroviárias que eram utilizadas também pelas indústrias.

A associação entre a implantação das linhas de bondes e os novos loteamentos fica clara, assim como a aplicação dos lucros da aristocracia cafeeira em propriedades urbanas (ABREU, 2013, p. 44, 140). A primeira grande intervenção estatal é realizada no início do século XX pelo prefeito Passos (o "Hausmann carioca"), visando dar uma nova imagem à capital do Brasil (1902-1906), dando continuidade à guerra aos cortiços, iniciada pelo prefeito Barata Ribeiro em 1893, o que vem resultar, além da modernização das áreas centrais e "nobres", no aparecimento das primeiras favelas (1897). Com o aumento dos fluxos migratórios, desde o início do século, amplia-se o número de favelas e de seus habitantes (1988, p. 161-163).

“O modelo do Rio tende a ser o de uma metrópole de núcleo hipertrofiado, concentrador da maioria da renda e dos recursos urbanísticos disponíveis cercado por estratos urbanos periféricos casa vez mais carentes de serviços e de infraestrutura à medida em que se afastam do núcleo, e servindo de moradia e de local de exercício de algumas outras atividades às grandes massas de população de baixa renda.” (ABREU, 2013, p. 17).

Nos períodos mais recentes, a atuação do Estado continua a reforçar a estrutura núcleo-periferia do Rio, através de investimentos públicos que sempre privilegiam os locais que asseguram o retorno financeiro, como o núcleo hipertrofiado e rico (ABREU, 2013, p. 11), e de ações que resultam nas primeiras configurações de segregação social dos pobres – erradicação de favelas no núcleo e construção de conjuntos habitacionais nas áreas periféricas.

O trabalho, em suma, conclui que a estruturação espacial do Rio de Janeiro reflete os sistemas de divisão do poder político, as conseqüentes formas de distribuição de renda no país e a preocupação do Estado de garantir, sobretudo, a reprodução do capital (ABREU, 2013, p. 144).

A primitiva função residencial da área central do núcleo foi gradativamente sendo substituída. Em seu lugar implantaram-se as zonas comercial e financeira centrais da

Metrópole, cercadas por áreas decadentes que sofrem, no momento, processo de renovação urbana por parte do Governo. (ABREU, 2013, p. 25).

## 1.1 Evolução Urbana do Brasil

O livro escrito em 1968 por Nestor Goulart “Evolução Urbana do Brasil” (1500-1720), realiza uma demonstração do plano de ocupação seguido pelo Estado, e que não é aleatória. Para isso, leva-se em conta vários exemplos históricos que comprovam essa análise, como o condicionamento do traçado, a existência de um plano de ocupação, e a relação ocupação e plano, ou seja, se a comunidade aceitava ou não o plano e como se relacionava com ele.

Analisa as funções urbanas como componentes do sistema global, conexão típica da função urbana. Contando que os centros urbanos são apenas componentes nucleares que, por isso, sua função está associada a esse contexto e a forma com que o indivíduo materializa essas funções urbanismo moderno (REIS FILHO, 1968. Apud. SOUSA, Daniel Mendes de M, 2007).

Dado que o espaço reflete, a cada momento, as características da organização de uma sociedade, a ordem espacial de uma cidade, ou seja, sua estrutura ou seja, sua estrutura urbana, refletirá também o resultado do confronto, reajuste ou recomposição, dos sistemas que constituem a sociedade [...]. Como diz Castells, o espaço não é independente da estrutura social; é, isto sim, a expressão concreta de cada fase histórica na qual uma sociedade se especifica. (ABREU, 2013, p. 31).

Posteriormente, o autor discorre sobre como os núcleos urbanos se desenvolveram, uns pela dispersão, outros pela centralização e que esse sistema estava ligado ao sistema colonial internacional. E, que isso, gerou uma organização espacial específica, onde se aplicou a regularidade do traçado, ruas e praças que ligavam os domicílios aos edifícios públicos, preocupação com a aparência das praças e ruas (século XVII, por causa da maior utilização das ruas), quadras e lotes, bairros e zoneamento, construções e até a necessidade de monumentalidade, conseqüente dos edifícios militares e religiosos que desenharam o Brasil colonial.

Portanto, Goulart (1968) afirma que “a urbanização no Brasil assumiu configurações específicas que não podem ser explicadas com empregos de modelos constituídos para análise da urbanização europeia”. Seu estudo é bastante importante para caracterizar a dominação do espaço público pelos colonizadores. Na intenção de organizar e preparar as cidades para o seu futuro desenvolvimento.



## 1.2 A favela e a construção das divisões sociais

A obra *A invenção da favela - do mito de origem a favela.com* serve como fundamental norteador na busca de atualizações nos estudos sobre o surgimento da favela brasileira e de sua expansão ao longo do último século. Valladares (2005) traz em sua abordagem pesquisas sobre o processo de expansão das favelas cariocas e o contato entre as favelas virtuais e as verdadeiras. A autora usa como base as favelas cariocas, fazendo um detalhamento delas, desde seu surgimento até a atualidade, demonstrando o estudo de uma favela considerada problema. Ao realizar análises dos modelos representativos no contexto panorâmico, ela dá visibilidade à favela como infundável produtor de objetos para pesquisas na área das ciências sociais, um campo que favorece a aplicação das metodologias aprendidas na academia. Numa linha discursiva, a autora traz referências de grande importância no tocante às atuações de instituições como a do escritório de planejamento da Sociedade de Análise Geográfica e Mecanografia Aplicada a Complexos Sociais (SAGMACS), instituída em 1947 nos moldes da instituição francesa de mesmo nome, colocando em evidência as interferências metodológicas nesse desenvolvimento por parte de um padre chamado Leuret, que fazia a representação de um movimento no Brasil, o *Économie et Humanisme*. No intuito de estabelecer uma explicação de seus estudos, Valladares deixa explícitas as discussões levantadas em sua obra, cujo tema já se mostra visível no título.

O apanhado de informações recolhidas pela autora nos fornece um conteúdo muito rico em detalhes analíticos e cronológicos, que condicionam uma melhor compreensão de como se estudar o tema urbano, principalmente as favelas. Por meio de uma retrospectiva histórica, ela nos contextualiza a respeito do surgimento das favelas, originadas também com a chegada dos soldados que lutaram na Guerra de Canudos esperando o pagamento de seus soldos. Nesse contexto histórico se sinaliza o aparecimento das localidades definidas posteriormente como favelas, sendo realizada pela autora uma descrição das condições das habitações reservadas às classes com rendimentos variados.

Nesse período, o advento da abolição trouxe o surgimento de formas de moradias que pudessem ser construídas usando poucos recursos como os casebres, palhoças e mocambos, pois os escravos, que antes eram submetidos às senzalas, agora encontravam-se entregues à própria sorte, não que isso fosse pior do que ser subjugado a um senhor.

Tais circunstâncias deram início ao aparecimento das favelas e ao mesmo tempo podemos observar a chegada da industrialização no Brasil. Partimos de análises realizadas por autores que afirmam que, para obtermos um entendimento sobre a historicidade desses processos, é necessário fazer uma leitura mais detalhada dos elementos apresentados nos marcadores históricos de nosso país, tais como a Abolição da Escravidão em 1888, a Proclamação da República, entre outros. Também não podemos deixar fora da lista processos históricos que servem como orientadores na busca do pesquisador em conceber a sociedade brasileira e as complexidades em relação à maneira desigual de divisão e ocupação dos espaços urbanos. Dessa forma, foi possível chegar a uma compreensão, ainda que parcial, a respeito dos diversos aspectos da sociedade brasileira atual, como a distribuição desigual de renda e a falta de atenção governamental com relação às parcelas pobres da população e o crescimento geral dos índices de miséria.

Tratada como um problema de cunho social, a favela representa o retrato da pobreza e da desorganização na visão de muitos que desconhecem o seu cerne. Elas abrigam centenas de indivíduos e seus familiares que não tiveram acesso a terras no meio urbano, devido à falta de recursos financeiros. São consideradas pelo Estado e por algumas elites como um dos principais produtores de conflitos e confrontos dentro dos territórios urbanos. No que tange às questões habitacionais, elas surgiram como remediadoras de questões profundas na construção da história brasileira. Contudo as favelas são interpretadas pela sociedade como lugares onde a ilegalidade, as práticas clandestinas e ações de invasão são comuns e em que o poder de intervenção do Estado é quase nulo na questão do controle territorial. Esse elemento fragmentado consiste na demonstração das divisões que compõem uma localidade desmembrada desde sua origem, mas que integra o cenário da cidade e traz consigo uma gama de culturas e identidades sociais existentes em suas representações.

Segundo a autora, o surgimento das favelas foi produzido a partir das discrepâncias sociais, evidenciadas ao longo das mudanças urbanísticas movidas pelo capitalismo e que trouxeram um alargamento nas margens sociais, estereotipando seus moradores, que, na percepção da sociedade, estariam fadados a ocupar esses locais por não possuírem condições financeiras para estabelecerem suas moradias em lugares mais valorizados imobiliariamente. Valladares coloca a favela real numa perspectiva diferente das anteriores nessa nova interpretação virtual, que é mostrada como uma propaganda positiva no contexto atual

urbano, sem deixar de lado o seu aspecto de desassistência por parte do Estado, mas descaracterizando-o, transformando-o em local de acesso turístico, tanto por suas construções de arquitetura rudimentares fora dos padrões, quanto por serem relatos físicos da história humana.

Este capítulo abordou o mapeamento do panorama urbanístico que condicionou o surgimento dos subúrbios na cidade do Rio de Janeiro, realizado pelo geógrafo Maurício Almeida de Abreu, ao longo da segunda metade do século XX. Também trouxe uma análise das perspectivas sobre as divisões sociais produzidas a partir dessas mudanças, baseada na pesquisa feita por Lícia Valladares. Acerca do processo de desenvolvimento deste trabalho, apoiado no estudo das metodologias científicas empregadas na construção dos elementos socioculturais incorporados pelos indivíduos, na tentativa de realizar a resolução de questões pertinentes ao aprofundamento do conhecimento das técnicas e metodologias a serem usadas para o refinamento das informações.

### **1.3 - A divisão social da cidade e o estigma urbano da AP3**

Os subúrbios, atualmente são tratados num sistema fragmentado e receberam o nome de Área de Planejamento e a área organizacional correspondente à Costa Barros é a AP3. Neste capítulo, trago uma análise das técnicas dos sistemas de zoneamento da cidade em conformidade com as leis instituídas em várias circunstâncias ao longo do século XX, onde todos esses zoneamentos foram designados como áreas que adiante viriam a tornar-se a AP3, objeto desta pesquisa. Durante os processos urbanos na cidade do Rio de Janeiro, vimos sinais da destruição provocada pela expansão, e em diversas partes a área rural praticamente desaparecer e o subúrbio tornar-se um local de produções estigmatizadas. Na visão dos especialistas urbanos esse sistema de plano de zoneamento é uma representação simples de disposições legais que apenas concluem as práticas de organização da expansão da cidade, considerada possível e executável segundo suas análises, isso pautando-se em cidades bem estruturadas. A partir de estudos elaborados por meio de especialistas técnicos em urbanização, foi possível observar de vários ângulos as determinações que seriam favoráveis ou desfavoráveis para o desenvolvimento do Rio de Janeiro.

Simultaneamente a esse plano tido como legal, ocorreu o fato de que este território era considerado quase que perfeito aparentemente, mas impreterivelmente não obedecia às concepções dos conceitos urbanos tradicionais. A partir de prismas ideológicos, que

exerceram papéis bastante influenciadores nos desdobramentos urbanos, foram pensadas quais as áreas a serem organizadas no território (no sentido administrativo) e as modificações deveriam acontecer de acordo com as necessidades identificadas no território carioca. No decorrer de um século, a AP3 galgou várias intervenções urbanas, que eram percebidas como uma zona rural, urbana e também suburbana, mais adiante tendo sua área usada por indústrias, plantios agrícolas, comércios, entre outros. Essa forma operacional das áreas foi firmada de acordo com o legislativo sobre as regras instituídas a serem obedecidas pelo corpo das administrações municipais para os projetos urbanos.

Nada obstante, a ascensão urbana ainda encontra-se no Rio de Janeiro, que trata de perpetuar o senso ideológico de divisão de classes e o esquema segregador, que colabora para à estigmatização dessas áreas da cidade, deteriorando ainda mais sua evolução. O estigma torna-se uma circunstância instável de alcance do poder social, político e econômico que nos autoriza o reconhecimento das diferenças, contribuindo para a edificação dos estereótipos, promovendo a divisão de pessoas por conta dos rótulos imputados a elas, trazendo a exclusão.

Os sociólogos Erik Olin Wright e John H. Goldthorpe falam sobre as relações desiguais de poder e direito e a produção da estratificação social, que são os principais geradores e caracterizadores das categorias sociais, divididas por beneficiamento econômico e por apropriação do resultado do trabalho de outro grupo (Wright,1994-2005). Segundo eles o esquema da elaboração do conceito de classe baseia-se na obtenção da propriedade de capital, que determina a colocação do indivíduo na sociedade, princípio que se apoia em perspectivas teóricas levantadas por Marx (1974) e Weber (1977).

O esquema de classes é o ponto de partida, embora essencial para o estudo da mobilidade social, uma vez que sua análise de classes baseia-se na ideia de identidade demográfica de classe. As cidades são vistas como: “coletividades que são identificadas através do grau de continuidade com que, em consequência dos padrões de mobilidade e imobilidade de classe, seus membros estão associados com grupos particulares de posições no tempo”(Goldthorpe,1983, p. 467).

#### **1.4 O Decreto 1.514 de 1914 – Apresenta a estrutura da AP 3 urbana e suburbana**

No início do século XX, a ideia do zoneamento da cidade do Rio de Janeiro, foi exposta de maneira primária, onde foram descritas as leis, decretos e editais referentes a

organização estrutural dos espaços urbanos, neste mesmo século foi elaborado o primeiro Código de Posturas Urbanas, onde estabeleceram-se duas zonas a da cidade e a rural no espaço municipal. Somente no século XX, foram elaborados os primeiros decretos dentro das perspectivas no âmbito urbano que formularam e instituíram as normas de expansão e delimitações das zonas na cidade, desenvolvendo o panorama urbano do município do Rio de Janeiro. Ainda em 1914 ocorreu o Decreto 1.594, trazendo uma nova divisão de duas para três zonas municipais, então recebendo as seguintes nomenclaturas urbana, suburbana e rural, entretanto em 1918, houve a publicação do Decreto 1.185, onde foi instituído o sistema de zoneamento definitivo e produzindo a subdivisão do município em três extensas áreas: zona urbana, suburbana e rural, de acordo com o documento que traz as determinações de divisão territorial. (Além, 2010).

Até o início do século XX, o termo “subúrbio” era utilizado por jornais e cronistas da cidade para se referir a qualquer área em expansão na cidade, o que incluía Botafogo, Leme, Copacabana, entre outros. Portanto, não era o tipo de ocupação e uso do espaço urbano que qualificava o espaço suburbano, mas o fato de ele se situar distante do centro, não possuir infraestrutura e os símbolos do poder econômico que então caracterizava esse centro: transportes, iluminação pública, água, arruamento, estilo arquitetônico, etc. Progressivamente habitados por moradores bem-nascidos, os então subúrbios ao sul da área central foram incorporados à cidade, transformando-se em bairros, enquanto as regiões ocupadas pelos pobres continuaram a ser chamadas de subúrbios, mesmo após a aquisição de infraestrutura urbana (MACIEL, 2010, pg.1996).

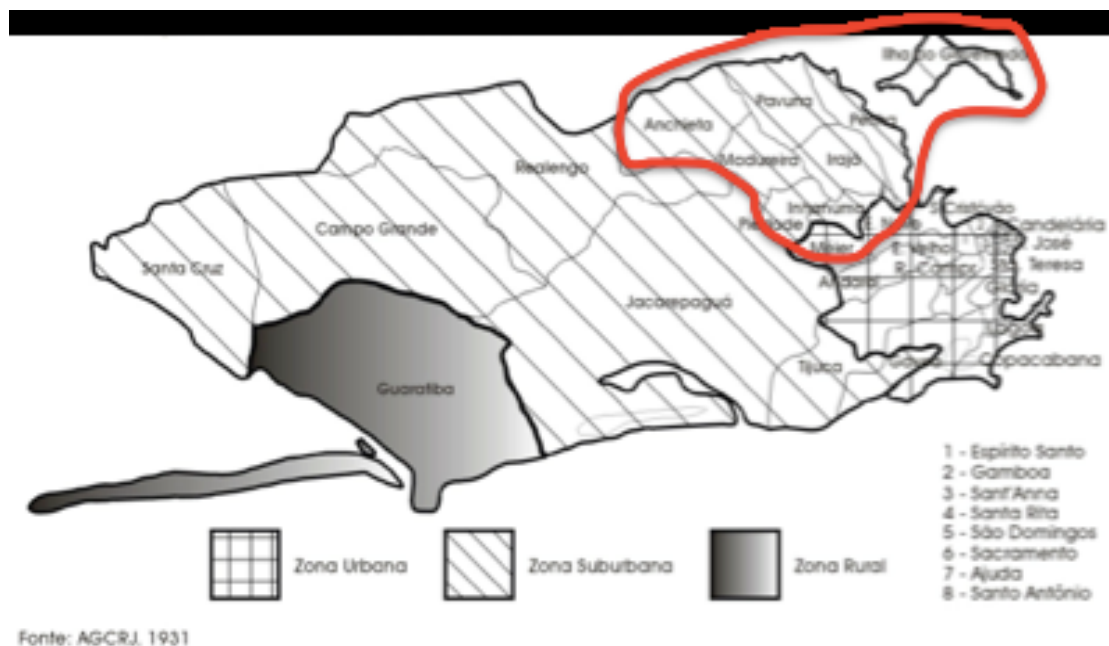
### 1.5 O Decreto 2.087 de 1925 - A AP3 suburbana e rural

Alguns anos depois, em 1925, ocorreu outro decreto de zoneamento, que trouxe um novo parâmetro para a melhoria das regulamentações anteriores e a utilização do solo urbano. Sendo o Decreto 2.087, de 19 de janeiro de 1925, trazendo à divisão do Rio de Janeiro, que no momento era o Distrito Federal, então foi dividido em quatro zonas principais: central, urbana, suburbana e rural.

O rpto ideológico a tradução de uma noção segundo significações que são estranhas à sua extração original, constitui uma possibilidade constante, provavelmente inerente ao processo objetivo de produção do conhecimento sociológico. Com isto essas noções atendem, na verdade, quando reinterpretadas, às necessidades ideológicas das sociedade capitalista, sendo que aí essa reinterpretação adquire até mesmo um caráter político (Martins, 1982, p.52).

Fazendo uma breve análise percebemos que a parte da zona urbana do Rio não continha-se dentro dos limites do centro da cidade, mostrando uma maior densidade nos municípios originariamente ativa. Essa dinâmica apresentava-se através dos núcleos urbanos que ficam bem marcados, por conta do avanço dos subúrbios no entorno dos bairros adjacentes das zonas urbanas que só cresciam e tinham a representação rural dos bairros da Restinga Marambaia e Guaratiba.

Figura 3 - Mapa de zoneamento do Decreto 1.185/1918. Fonte: ACRJ, 1931.



Fonte: SANTOS, 2012. .

Para compreendermos as divisões dos limites territoriais dos bairros na cidade do Rio de Janeiro que sofreram, uma série de modificações ao longo do século XX. Levando em consideração que detêm a segunda colocação no ranking do país, no quesito extensão de área com 1224,56 km<sup>2</sup> que divide-se em quatro regiões administrativas geográficas que são mais conhecidas como: Centro, Zona Norte, Zona Sul e Zona Oeste.

### **Decreto 6.000 de 1937 - A AP 3 industrial, residencial e agrícola**

Passados dez anos após a publicação do Decreto no 2.087/1925 e com a não implantação do Plano Agache, a cidade continuava a se expandir e, em paralelo, novas tecnologias de construção foram surgindo, assim como as necessidades intrínsecas ao seu desenvolvimento. Essas transformações exigiram uma releitura do tecido urbano e sua adequação à nova realidade. Para suprir essa necessidade, em 1935 foi homologado o Decreto no 5.595, projeto desenvolvido por técnicos da Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, apresentando um zoneamento diferenciado do seu antecessor, com a especialização por ramo de atividade (BORGES, 2007)

Foi promulgado pelo prefeito Cônego Olímpio de Melo (04/04/1936 – 02/07/1937) que registrou a codificação da legislação urbanística do Rio de Janeiro, mantendo a orientação do zoneamento adotada anteriormente, porém, aumentando o número de categorias de algumas zonas, suprimindo a ideia de hierarquia e introduzindo a defesa dos aspectos paisagísticos e do patrimônio histórico da cidade (BORGES, 2007).

O documento foi elaborado considerando que a cidade até então tinha uma ocupação menos dispersa e de pouca complexidade urbana. Até aqui a cidade era mais compacta, tendo praticamente apenas sua parte leste para residência, indústria e comércio e o restante era rural. Foi dada ênfase à preservação e desenvolvimento das áreas mais densamente ocupadas e as de interesse paisagístico como a região central, a do bairro de São Cristóvão e as adjacências e da faixa litorânea até a Leblon (BORGES, 2007).

Segundo dados coletados por meio eletrônico do Instituto Pereira Passos (IPP), onde encontram-se os documentos que relatam a necessidade dessas modificações e todos os seus tramites do processamento. O Período das modificações e formação das divisões administrativas ocorreu a partir do ano de 1961 até 2010, segundo artigo de Adriano Além (Breve relato sobre a formação das divisões administrativas na cidade do Rio de Janeiro: Período de 1961 a 2010).

O autor fala sobre os sistemas organizacionais da divisão administrativa da cidade do Rio de Janeiro a partir de 1961 até o ano de 2010, onde ele trata tais modificações fazendo a

relação entre os limites administrativos ocorridos devido a essas transformações que foram trazendo questões a respeito do espaço físico da Cidade por décadas. Após a primeira instituição de divisão regional, houve o senso de organização dos serviços locais. Sendo assim podendo gerar os devidos subsídios necessários para uma reconfiguração dos futuros dos limites, numa base gráfica digitalizada podendo dar suporte geo-referencial das notícias e esclarecimentos de cada tempo, consonante aos limites esboçados nos documentos oficiais. A partir daí pode-se obter uma base gráfica para cada época de duração das divisões administrativas. Contudo, tanto as divisões setoriais tributário quanto o de limpeza e conservação já estavam instituídas. Mas foi em 1961 que houve a disposição de implementar a divisão administrativa com a especificidade de “Coordenar os Serviços Locais” contexto histórico de Estado da Guanabara, sob o governado de Carlos Lacerda que determinou em cunho experimental as Regiões Administrativas em primeiro plano somente três regiões da Cidade foram agraciadas, Lagoa, São Cristóvão e Campo Grande. (Decreto 353 de 30 de janeiro de 1961).

**Abaixo A relação de decretos e leis que registraram as alterações dos limites Administrativos ao longo do período de 1961 a 2010.**

**Decreto Nº 353 de 30 de janeiro de 1961 -- (Total de 3 RA)**

Dispõe sobre uma experiência limitada de administração regional, mediante coordenação de serviços locais existentes.

Fica instituída, em caráter experimental, nos termos deste Decreto a coordenação regional dos estabelecimentos e serviços de natureza local ou distrital, compreendendo as seguintes áreas:

Área de Campo Grande;

Área de São Cristóvão;

Área da Lagoa, abrangendo os bairros que circundam a Lagoa Rodrigo de Freitas.

**Decreto Nº 898 de 9 de março de 1962 -- (Total de 19 RA)**

Dispõe sobre a organização territorial do estado da Guanabara e dá outras providências

Institui as Regiões Administrativas:



I – Portuária; II – Zona Comercial (Zona Central); III – Rio Comprido, Santa Teresa e Catumbi (Zona Residencial Alta e Intermediária); IV – Botafogo; V – Copacabana; VI – Lagoa; VII – São Cristóvão; VIII – Tijuca; IX – Vila Isabel; X – Ramos (Zona da Leopoldina); XI – Penha; XII – Méier (Zona da Central); XIII – Engenho Novo; XIV – Irajá (Zona do Rio D’Ouro); XV – Madureira; XVI – Jacarepaguá; XVII – Bangu; XVIII – Campo Grande; XIX – Santa Cruz.

**Decreto Nº 1.584 de 18 de março de 1963 -- (Total de 20 RA)**

Cria e delimita o Distrito Administrativo de Santa Teresa e dá outras providências.

I – Portuária ; II – Centro; III – Rio Comprido; IV – Botafogo; V – Copacabana; VI – Lagoa; VII – São Cristóvão; VIII – Tijuca; IX – Vila Isabel; X – Ramos; XI – Penha; XII – Méier; XIII – Engenho Novo; XIV - Irajá; XV – Madureira; XVI – Jacarepaguá; XVII – Bangu; XVIII – Campo Grande; XIX – Santa Cruz; XX – Ilha do Governador; XXI – Paquetá; XXII – Anchieta; XXIII – Santa Teresa

**Decreto “N” Nº 943 de 5 de outubro de 1967 -- (Total de 23 RA)**

Atualiza e retifica limites das Regiões Administrativas, dando o limite das RA

**Decreto “N” Nº 1.092 de 11 de julho de 1968 -- (Total de 23 RA)**

Retifica limites da III - Rio Comprido e a VIII RA –Tijuca

**Decreto “E” Nº 5.891 de 11 de dezembro de 1972 -- (Total de 24 RA)**

Cria a XXIV Região Administrativa (Barra da Tijuca), alterando os limites das Regiões Administrativas fixados pelo Decreto “N” nº 943, de 5 de Outubro de 1967, na forma constante do anexo que acompanha o presente decreto, e dá outras providências.

(OBS: Retifica as RA da Lagoa, Jacarepaguá e Campo Grande)

**Decreto “E” Nº 6.105 de 12 de abril de 1973 -- (Total de 24 RA)**

Retifica limites da VI RA - Lagoa e XXIV RA - Barra da Tijuca

**Decreto Nº 3.157 de 23 de julho de 1981 -- (Total de 24 RA)**

Retifica limites das Regiões Administrativas, definindo os limites das 24 RA.

OBS – 1 Ainda apresenta partes de bairro na composição das RA;

OBS – 2 Apresenta 6 APs – (ver deliberação 114 de 8 de Abril de 1981 da COPLAN)

**Decreto Nº 3.158 de 23 de julho de 1981 -- (Total de 6 AP; 24 RA e 153 Bairros)**

Estabelece a denominação, a codificação e a delimitação dos bairros, Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas da cidade do Rio de Janeiro.

OBS – 1 Ainda apresenta partes de bairro na composição das RA;

OBS – 2 Apresenta 6 APs – (ver deliberação 114 de 8 de Abril de 1981 da COPLAN)

OBS – 3 Contém 153 bairros.

**Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985 -- (Total de 5 AP; 26 RA e 153 Bairros)**

Cria a XXV e a XXVI Região Administrativa (Pavuna e Guaratiba), modifica a denominação e a delimitação das Regiões Administrativas constantes no Decreto nº 3158, de 23/07/81, altera a codificação e a delimitação dos bairros constantes do Decreto nº 3158 de 23/07/81, o Regulamento de Parcelamento da Terra aprovado pelo Decreto “E” nº 3800 de 20/04/70, e o Regulamento de Zoneamento aprovado pelo Decreto nº 322 de 03/03/76 e dá outras providências.

OBS 1 - Primeira Divisão Administrativa plena sem divisão de bairros nas RA

OBS 2 – Contém 26 RA e 153 Bairros.

**Delimitação do bairro Anchieta, Código 107, segundo o Decreto Nº 5.280 de 23 de agosto de 1985.**

“Da Divisa do Município no encontro do prolongamento do alinhamento da Rua Lúcio José Filho com o Canal do Rio Pavuna, seguindo pelo leito deste, até a Linha de Transmissão Fontes-Frei Caneca); por esta, até encontrar a Rua Javatá; por esta (incluída) até a Rua Capri; por esta (incluída, incluindo a Rua Francisco de Andrade) até a Rua Morais Pinheiro; por esta (excluída) até a Rua Alcobaça; por esta (excluída) até a Rua Sargento Rego; por esta (incluída) até o Ramal Principal da RFFSA; pelo leito deste, até a Praça Inácio Gomes (excluída); Rua Inácia Gertrudes (excluída) até a Rua Rebelo da Silva; por esta (excluída); Rua Adolfo Coelho (excluída); Estrada do Engenho Novo (excluída, excluindo Praça Professora Santinha) até a Rua Gilson Rezende; por esta (excluída) até a Rua Lúcio José Filho; por esta (excluída) e por seu prolongamento ao ponto de partida.”

**Delimitação do bairro Acari, Código 111, segundo o Decreto Nº 5.280 de 23 de agosto de 1985.**

“Da confluência do Rio Sapopemba ou Acari com a Linha de Transmissão (Paraíba-Cascadura), seguindo por esta até a Rua Belini (excluída desde seu início); Rua Raul Azevedo (excluída); Rua Canudos (excluída) até a Avenida Brasil; por esta (incluído apenas o lado par) até a Avenida Automóvel Clube; por esta (incluído apenas o lado par) até o Rio Acari; pelo leito deste ao ponto de partida.”

**Delimitação do bairro Barros Filho, Código 112, segundo o Decreto No 5.280 de 23 de agosto de 1985.**

“Do encontro do prolongamento da Rua Agenor Porto com o Rio Sapopemba ou Acari, seguindo pelo leito deste, até o Ramal Auxiliar da RFFSA; pelo leito deste, até a Avenida Brasil; por esta (incluído apenas o lado par) até a Linha de Transmissão (Frei Caneca-Fontes); por esta, até a Estrada de Camboatá; por esta (excluída) até a Travessa Camboatá (N.R.); por esta (excluída) até o Ramal Auxiliar da RFFSA; atravessando o Ramal Auxiliar e a Avenida José Arantes Melo, até a Rua Sargento Sílvio Hollembach; por esta (incluída) até o Rio Acari; pelo leito deste ao ponto de partida.”

**Delimitação do bairro Costa Barros, Código 113, segundo o Decreto No 5.280 de 23 de agosto de 1985.**

“Do entroncamento da Avenida José Arantes Melo com a Rua Sargento Sílvio Hollembach; por esta (excluída) até a Rua Jornalista Darwin Brandão; por esta (incluída) até a Estrada de Botafogo; por esta (incluída) até a Rua Virgílio Filho; por esta (incluída) até o Ramal Auxiliar da RFFSA; atravessando o Ramal Auxiliar e a Rua Mogiqui; pela Rua Mogiqui (incluída) até a Rua Grumatá; deste ponto, subindo e descendo o espigão do Morro de Botafogo, em direção ao final da Rua Laís dos Reis; por esta (incluída) até a Rua Antônio Alves; por esta (incluída) até a Rua Javatá; por esta (incluída) até a Linha de Transmissão (Fontes-Frei Caneca); por esta, até a Estrada de Camboatá; por esta (incluída) até a Travessa Camboatá (N.R.); por esta (incluída) até o Ramal Auxiliar da RFFSA; atravessando o Ramal Auxiliar e Avenida José Arantes de Melo ao ponto de partida.

**Delimitação do bairro Guadalupe, Código 106, segundo o Decreto No 5.280 de 23 de agosto de 1985.**

“Do entroncamento da Avenida Brasil com a Rua Loasa, seguindo por esta (incluída) até o Rio Sapopemba ou Acari; pelo leito deste, até o Ramal Auxiliar da RFFSA; pelo leito deste, até a Avenida Brasil; por esta (incluído apenas o lado ímpar) até a Linha de Transmissão (Frei Caneca-Fontes); por esta, até encontrar a Rua Javatá; por esta (excluída) até a Rua Capri; por esta (excluída, excluindo a Rua Francisco de Andrade) até a Rua Morais Pinheiro; por esta (excluída) até a Rua Pedra Rasa; por esta (excluída) até a Rua Fernando Lobo; por esta (excluída) até o Largo de Camboatá; por este (incluído); Estrada de Camboatá (incluída); Rua Marcos de Macedo (incluída); Rua Condor (incluída); Rua Argos (incluída) até a Avenida Brasil; por esta (excluída) ao ponto de partida.

O Decreto em questão constituiu no cerne do município do Rio, uma prática bastante dinâmica no contexto urbano, que apresenta uma sequência hierárquica e básica: o meio da cidade, o ambiente do subúrbio e a parte rural, todos fazendo parte dos limiares municipais. Sendo uma legislação, teve um papel significativo como ferramenta para conduzir e verificar a evolução da cidade, após aquele instante, essa atuação apresentou de que forma deveria funcionar a administração pública com relação a divisão territorial e o poder exercido sobre ele. Sendo a terceira AP uma das maiores áreas do município, em comparação com as demais, perdendo somente em extensão para as APs 4 e 5. Esta área foi fixada e fragmentada em treze regiões administrativas, alcançando um total de 2.399.159 habitantes ou seja um quantitativo de (37,96% dos habitantes da cidade, com isso sendo considerada a região com maior índice populacional), e subdividindo-se em 79 bairros, de acordo com dados do Censo de 2010.

**Decreto N° 6011 de 04 de agosto de 1986 -- (Total de 5 AP; 30 RA e 153 Bairros)**

Altera a estrutura da Secretaria Municipal de Governo e dá outras providências.

OBS: Cria as Regiões Administrativas descritas abaixo e a delimitação é feita em norma legal posterior

XXVII RA – Rocinha;

XXVIII RA – Jacarezinho;

XXIX RA – Complexo do Alemão;

XXX RA – Maré.

**Decreto Nº 7980 de 12 de agosto de 1988 -- (Total de 5 AP; 30 RA e 153 Bairros)**

Delimita a XXX Região Administrativa – Maré, criada pelo Decreto nº 6011 de 04 de Agosto de 1986, e altera os limites da X Região Administrativa – Ramos e dos Bairro de Manguinhos, Ramos, Bonsucesso e Olaria, constantes do Decreto 5280 de 23 de agosto de 1985.

**Decreto Nº 8095 de 08 de setembro de 1988 -- (Total de 5 AP; 30 RA e 153 Bairros) Lei Complementar Nº 17 de 29 de julho de 1992 -- (Total de 5 AP; 30 RA e 154 Bairros)**

Delimita a XXVIII Região Administrativa – Jacarezinho, altera a delimitação da XII Região Administrativa – Inhaúma e da XIII Região Administrativa – Méier, cria e delimita o bairro do Jacarezinho e altera a delimitação dos bairros do Jacaré, Maria da Graça, Engenho Novo, Sampaio e Benfica, e da outras providências.

(OBS: O Caput não se refere à alteração de delimitação da VII Região Administrativa – São Cristóvão, porém como altera o bairro de Benfica esta também se vê alterada).

**Lei Nº. 1995 de 18 de junho de 1993 -- (Total de 5 AP; 30 RA e 155 Bairros)**

Delimita a XXVII Região Administrativa – Rocinha, criada pelo Decreto nº 6011, de 04 de Agosto de 1986, cria e delimita o bairro da Rocinha, altera a delimitação da VI Região Administrativa – Lagoa e dos bairros da Gávea, São Conrado e Vidigal, subdivide o bairro da Rocinha em áreas segundo especificidades e dá outras providências.

OBS: Não há alteração do limite da VI RA – Lagoa de forma descrita, rua a rua. Apenas é citado: “fica excluída desta VI Região Administrativa – Lagoa, a área correspondente à XXVII Região Administrativa – Rocinha”

**Lei Nº 2055 em 09 de dezembro de 1993 -- (Total de 5 AP; 30 RA e 155 Bairros)**

Delimita a XXIX Região Administrativa do Alemão, criada pelo Decreto nº6011, de 04 de Agosto de 1986, cria o bairro do Complexo do Alemão e dá outras providências.

(OBS: Altera os limites das X RA – Ramos e da XII RA – Inhaúma, alterando a delimitação dos bairros de Olaria, Ramos, Bonsucesso, Inhaúma e Higienópolis).

**Lei Nº 2119 de 19 de janeiro de 1994 -- (Total de 5 AP; 30 RA e 156 Bairros)**

Cria o bairro da Maré na XXX Região Administrativa, altera o limite dos bairros de Olaria; Ramos; Bonsucesso e Manguinhos e dá outras providências.

(OBS: Delimitação do Bairro da Maré corresponde à delimitação da XXX RA – Maré)

**Decreto Nº 12791 de 11 de abril de 1994 - (Total de 5 AP; 30 RA e 156 Bairros)**

Retifica a determinação dos Bairros do Tanque e Taquara, constante no anexo II do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985.

**Decreto Nº 13448 de 01 de dezembro de 1994 - (Total de 5 AP; 30 RA e 156 Bairros).**

Retifica a delimitação dos bairros do Tanque e da Taquara, constante no anexo II do Decreto nº 5280 de 23 de agosto de 1985.

**.Lei Nº 2652 de 03 de junho de 1998 - (Total de 5 AP; 31 RA e 156 Bairros)**

Cria a XXXIV Região Administrativa – Cidade de Deus e dá outras providências.

OBS: A XXXIV RA – Cidade de Deus fica excluída da XVI RA – Jacarepaguá, que tem sua delimitação alterada. A XXXIV RA – Cidade de Deus passa a ser delimitada pelo bairro homônimo Retifica os limites entre a XVI RA – Jacarepaguá e a XVII RA – Bangu.

OBS: A XXXIII RA – Realengo fica excluída da XVII RA – Bangu, que tem sua delimitação alterada. Os bairros que integram a XXXIII RA – Realengo mantém a denominação e delimitação anterior.

**Lei Nº 2672 de 08 de setembro de 1998 - (Total de 5 AP; 32 RA e 157 Bairros)**

Cria o bairro de Vasco da Gama, pela subdivisão do bairro de São Cristóvão, área da AP1, VII Região Administrativa – São Cristóvão e altera a delimitação do bairro de São Cristóvão.

**Lei Nº 2787 de 23 de abril de 1999 - (Total de 5 AP; 32 RA e 158 Bairros)**

Cria e delimita o bairro de Parque Colúmbia, e altera a delimitação do bairro da Pavuna, na XXV Região Administrativa – Pavuna.

**Delimitação do bairro Pavuna, Código 114, segundo a Lei No 2.787 de 23 de abril de 1999.**

“Da divisa do Município do Rio de Janeiro com a linha de transmissão (Frei Caneca - Fontes); seguindo por esta, até a Rua Javatá; por esta (excluída) até a Rua Antônio Alves; por esta (excluída) até a Rua Laís dos Reis, por esta (excluída) até o seu final; deste ponto, subindo e descendo o espigão do morro de Botafogo, em direção ao final da Rua Grumatá; por esta (excluída) até a Rua Mogiqui; por esta (excluída), atravessando o ramal auxiliar da RFFSA em direção à Rua Virgílio Filho; por esta (excluída) até a Estrada de Botafogo; por esta (excluída) até a Rua Jornalista Darwin Brandão; por esta (excluída) até a Rua Sargento Silvío Hollembach; por esta (excluída) até o Rio Acari; pelo leito deste até a Av. Automóvel Clube, por esta, incluindo apenas o lado par, até a Rua Embaú; por esta, incluindo apenas o lado par; até a Linha Verde; pelo eixo desta até a Av. Coronel Phidias Távora; por esta, incluindo apenas o lado par, até a Rodovia Presidente Dutra; pelo eixo desta até a confluência com o

**Lei Nº 3155 de 13 de dezembro de 2000 - (Total de 5 AP; 33 RA e 159 Bairros)**

Cria a XXXI Região Administrativa – Vigário Geral, com o mesmo nome do bairro Vigário Geral, retirando os bairros Cordovil, Parada de Lucas, Vigário Geral e Jardim América da XI Região Administrativa da Penha.

**Lei Nº 3852 de 23 de novembro de 2004 - (Total de 5 AP; 33 RA e 160 Bairros)**

Cria o bairro de Gericinó e altera a delimitação do bairro de Bangu na XVII Região Administrativa – Bangu.

**Decreto Nº 28302 de 14 de agosto de 2007 - (Total de 5 AP; 33 RA e 160 Bairros)**

Altera o nome do bairro de São Cristóvão para bairro imperial de São Cristóvão

**Lei Nº 5.149 de 14 de abril de 2010 - (Total de 5 AP; 33 RA e 160 Bairros)**

Altera os limites do bairro de Cidade de Deus, retificando ainda os limites do bairro da Freguesia, Rio Acari; pelo leito deste até o Rio São João de Meriti; pelo leito deste e do Rio Pavuna, ao ponto de partida.”

Tabela 1 - Divisão das APs em subáreas.

<b>Área de Planejamento</b>	<b>Sub-área</b>	<b>Regiões Administrativas</b>
<b>1</b>	<b>1.1</b>	<b>I- Portuária, II Centro, III - Rio Comprido, VII -São Cristóvão, XXI - Paquetá e XXIII - Santa Tereza</b>
<b>2</b>	<b>2.1</b>	<b>IV - Botafogo, V - Copacabana, VI - Lagoa e XXVII – Rocinha</b>
	<b>2.2</b>	<b>VIII - Tijuca e IX - Vila Isabel</b>
<b>3</b>	<b>3.1</b>	<b>X - Ramos e XXX - Complexo da Maré</b>
	<b>3.2</b>	<b>XIII - Méier e XXVIII – Jacarezinho</b>
	<b>3.3</b>	<b>XIV – Irajá e XV – Madureira</b>
	<b>3.4</b>	<b>XII - Inhaúma e XXIX - Complexo do Alemão</b>
	<b>3.5</b>	<b>XI - Penha e XXXI -Vigário Geral</b>
	<b>3.6</b>	<b>XXII - Anchieta XXV – Pavuna</b>
	<b>3.7</b>	<b>XX - Ilha do Governador</b>
<b>4</b>	<b>4.1</b>	<b>XVI - Jacarepaguá (parte) - excluída a área do Decreto No 3.046,de 27 de abril de 1981 e XXXIV - Cidade de Deus</b>
	<b>4.2</b>	<b>XXIV - Barra da Tijuca</b>
<b>5</b>	<b>5.1</b>	<b>XVII - Bangu e XXXIII – Realengo</b>
	<b>5.2</b>	<b>XVIII - Campo Grande</b>
	<b>5.3</b>	<b>XIX - Santa Cruz</b>
	<b>5.4</b>	<b>XXVI – Guaratiba</b>

Fonte: Portal Georio.



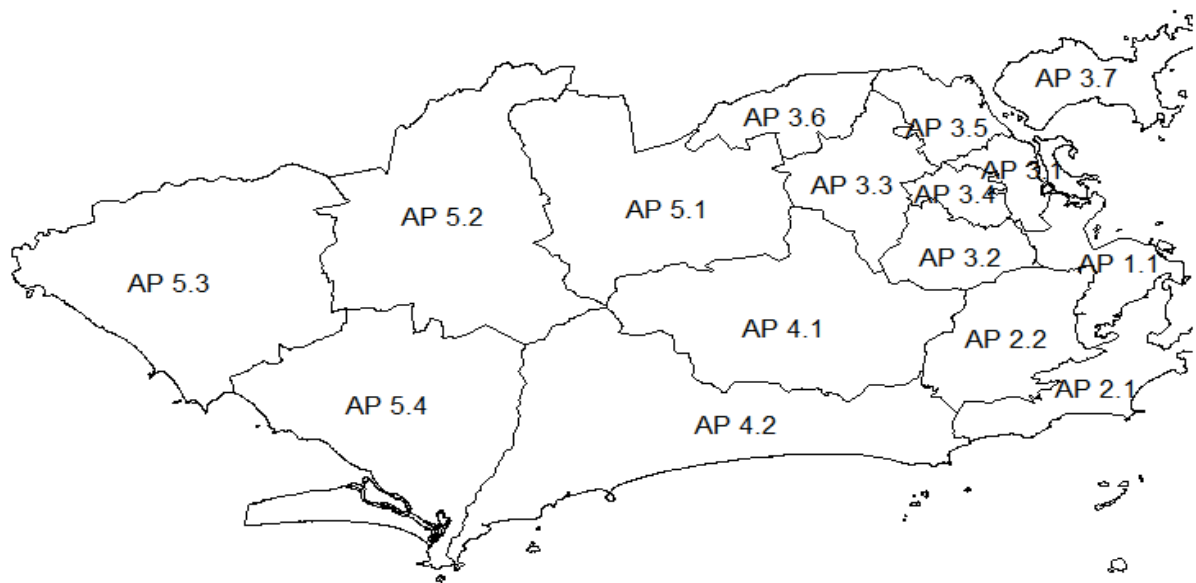
## MAPA DAS ÁREAS DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A SUA OCUPAÇÃO TERRITORIAL

Tabela 2 - Áreas de Planejamento organizadas por Regiões Administrativas, seus percentuais por quantitativo habitacional e área municipal ocupada.

Área de Planejamento	Área (Km <sup>2</sup> )	Percentual do território município (%)	Habitantes da cidade (%)
1	34, 39	2,8	4, 71
2	100, 43	8,2	15, 97
3	203, 47	16,6	37, 96
4	293, 79	24,0	14, 39
5	592, 45	48, 4	26, 97
Rio de Janeiro	1224, 53	100	100

Fonte: Armazém de dados da Prefeitura do Rio.

Figura 4 – Divisão territorial das APs em subáreas.



Fonte: Portal Georio.

Estigmatização é uma condição totalmente incerta de acesso ao poder social, econômico e político, o que permite a identificação das diferenças, a construção de estereótipos, a separação de pessoas rotuladas dentro de uma categoria, o desaprovar, a rejeição, a exclusão e a discriminação (LINK & PHELAN, 2001, p.367).

Para compreendermos as divisões dos limites territoriais dos bairros na cidade do Rio de Janeiro que sofreram, uma série de modificações ao longo do século XX. Levando em consideração que detêm a segunda colocação no ranking do país, no quesito extensão de área com 1224,56 km<sup>2</sup> que divide-se em quatro regiões administrativas geográficas que são mais conhecidas como: Centro, Zona Norte, Zona Sul e Zona Oeste.

Segundo dados coletados por meio eletrônico do Instituto Pereira Passos (IPP), onde encontram-se os documentos que relatam a necessidade dessas modificações e todos os seus tramites do processamento. O Período das modificações e formação das divisões administrativas ocorreu a partir do ano de 1961 até 2007.

Tais modificações com relação aos limites administrativos ocorreu devido as transformações que foram trazendo questões a respeito do espaço físico da Cidade do Rio de Janeiro por décadas. Após a primeira instituição de divisão regional, houve o senso de organização dos serviços locais. Sendo assim podendo gerar os devidos subsídios necessários para uma reconfiguração dos futuros dos limites, numa base gráfica digitalizada podendo dar suporte das notícias e esclarecimentos de cada tempo, consonante aos limites esboçados nos documentos oficiais. A partir daí pode-se obter uma base gráfica para cada época de duração das divisões administrativas. Contudo, tanto as divisões setoriais tributário quanto o de limpeza e conservação já estavam instituídas. Mas foi em 1961 que houve a disposição de implementar a divisão administrativa com a especificidade de “Coordenar os Serviços Locais” contexto histórico de Estado da Guanabara, sob o governo de Carlos Lacerda que determinou em cunho experimental as Regiões Administrativas em primeiro plano somente três regiões da Cidade foram agraciadas, Lagoa, São Cristóvão e Campo Grande. (Decreto 353 de 30 de janeiro de 1961).

Essa divisão regional pretendia coordenar as atividades das companhias, indústrias, bares, entre outros estabelecimentos e serviços de espécie distrital ou local, acreditando-se que isso pudesse conduzir a um grau de efetiva eficiência na assistência à população, de tal maneira a estender-se aos termos saúde, assistência social, educação e recreação na mesma proporção que aos Departamentos de Abastecimento da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. A primeira mudança ocorreu em 1962, onde foram instituídas 19 Regiões Administrativas e no ano de 1963, a partir da criação (RA) de Santa Tereza alcançaram o número de 20. No decorrer de alguns anos foram sendo instituídas outras regiões administrativas (RAS), até alcançarem 23 unidades em 1967, chegando a contagem de 24 Regiões administrativas em 1972, dentro deste momento da história nacional, onde o Rio de Janeiro ainda era chamado de Estado da Guanabara encerra-se um ciclo.

No entanto, as modificações na estrutura do espaço urbano só retornam em 1981 quando, neste momento a Cidade do Rio de Janeiro dá início em suas modificações que foram estruturando o espaço urbano de nossa Cidade até hoje, apesar de seguidas alterações. A partir de estudos desenvolvidos pela então Comissão do Plano da Cidade – (COPLAN) institui-se a divisão territorial da Cidade, com a estrutura organizacional de Áreas de Planejamento, conhecidas por ‘AP’, e Regiões Administrativas conhecidas por ‘RA’ e os Bairros (Decreto N.3157 e Decreto N° 3158 de 23 de julho de 1981).

Neste momento institui-se a codificação institucional das Áreas de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros, tendo pela primeira vez sido oficializada os limites dos bairros. Temos então 6 (seis) Áreas de Planejamento, 23 (vinte e três) Regiões Administrativas e 153 (cento e cinquenta e três) bairros. No entanto a estrutura ainda não se encontra completa, pois há bairros que se dividem para compor mais de uma Região Administrativa. Apenas em 1985 temos uma estruturação plena, criando-se mais duas Regiões Administrativas, passando para 26 (vinte e seis), alterando-se o número de Áreas de Planejamento para 5 (cinco) e mantendo o número de bairros em 153 (cento e cinquenta e três). Deste momento em diante não ocorrem mais alterações no número de Áreas de Planejamento, havendo somente a criação e ou revisão de limites de Regiões Administrativas ou referente aos bairros. Cabe ressaltar que no período 1985 a 2006, ocorreu a criação de bairros e de Regiões Administrativas em áreas consideradas de Favelas, como Rocinha; Jacarezinho; Alemão e Maré. Por conta disso ocorreram alterações em bairros representativos da área da Leopoldina em especial e da Região Administrativa da Lagoa.

Outras modificações peculiares foram instituídas como a criação do bairro Vasco da Gama, e com a criação de Gericinó, bairro com pequena população, mas que contém complexos penitenciários e áreas institucionais das Forças Armadas. Além destas a mudança de nome do bairro de São Cristóvão, que passa a denominar-se de bairro Imperial de São Cristóvão. Encerra-se nesse momento as modificações dos limites administrativos na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente são organizadas da seguinte forma 5 (cinco) áreas de Planejamento, 16 Regiões de Planejamento, 33 (trinta e três) Regiões Administrativas e 162 Bairros.” O reconhecimento destas áreas dentro da cidade trará a compreensão de como se deu sua inserção no contexto de expansão e apresentará questões pertinentes a percepção deste estudo sobre subúrbio. Neste sentido o objetivo é de mostrar princípios urbanos usados na inserção da AP3 e não me ater aos fenômenos urbanos que ocorreram neste período no território carioca. No entanto minha área de interesse de estudo a AP3 encontrava-se na dimensão das partes mais urbanas e suburbanas do município.

O conceito de subúrbio no sentido carioca foi constituído por uma reinterpretação da palavra subúrbio, que atribuiu - lhe um novo significado exótico à sua retirada original como um todo, o fato de uma representação dos espaços que traz o seu conteúdo e localização, estando fora do espaço totalmente urbano. O uso da palavra subúrbio para as áreas urbanas estaria vinculada ao esvaziamento, rapto e o sacrifício relacionados na analogia entre as palavras com a realidade. Assim podemos reconhecer que existe dialética entre as representações, os discursos e as ideologias referentes ao espaço e as determinações de ordem material que constituem seu processo social de produção. O discurso sobre o espaço é tomado aqui não apenas como um reflexo da produção do espaço, mas como uma condição essencial à sua realização e reprodução. Em outras palavras, o discurso sobre o espaço é “um produto histórico e cultural, pré-ideação básica na produção do objeto sobre o qual se exercita” (MORAES, 1991, p.24-5).

A mudança do significado da palavra subúrbio no Rio de Janeiro teve início ainda no século XIX e foi interpretada como um lugar idealizado para a habitação da camada proletária e seu lugar no espaço da cidade capitalista que estava sendo determinado, segundo a instituição dos projetos de reforma urbana implementados por Pereira Passos (1903-1906).

A estas normas metodológicas vamos focalizar a respeito do signo e sua expansão social que não separa ideologia de realidade material, não dissociando as maneiras concretas de diálogo junto às análises da concepção carioca de subúrbio, englobando a evolução do signo ao termo subúrbio no tocante ao desenvolvimento social e histórico da cidade. Tais mudanças capitalistas na estrutura urbana trouxeram a segregação socioespacial no Rio de

Janeiro, principalmente na questão do surgimento dos bairros que ficavam às margens das ferrovias, sendo considerado o lugar ideal para o proletário. A análise em questão trata do princípio das ideologias que formam “um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores), norma ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar” (Chauí, 1983, p.113). Então, podemos examinar que o conjunto de justificativas ideológicas são bastante racionais e coerentes, pois sua composição possui uma parte de seu contexto histórico. Chauí constata “a ideologia não pode dizer tudo, pois, se dissesse tudo, perderia sua coerência e se quebraria por dentro” (Chauí, 1983, p.115).

“Os subúrbios do Rio de Janeiro guardam dessas belas coisas roceiras, destroços como recordações. A rua do Barão do Bom Retiro, que vem do Engenho Novo à Vila Isabel dá a quem por ela passa uma amostra disso. São restos de bambuzais, de jasmineiros que se enlaçam de cerca em fora, são mangueiras isoladas, tristonhas, saudosas de suas companheiras que morreram ou forma mortas [...] nossos olhos podem contemplar esses vestígios das velhas chácaras de gente importante de antanho que tinha esse amor fidalgo pela casa e que deve ser amor e religião para todos (LIMA BARRETO, 1956, p.227-8)”.

### **1.6 Os paradoxos do espaço social contemporâneo e seus processos de fragmentação.**

O autor francês Henri Lefebvre, foi um dos adeptos das teorias marxistas, dando grande contribuição para o desenvolvimento do pensamento social. Seus princípios têm mais divulgação no espaço acadêmico brasileiro e sua dialética é usada como parâmetro de pesquisa e análise no que se refere ao tema dos paradoxos existentes com relação à fragmentação entre as classes sociais. Em sua obra “Espaço e política”, o autor descreve o pensamento e as discussões envolvidas na sociedade contemporânea, chamando a atenção para questões como as mudanças na sociedade moderna. Suas críticas aos categóricos de Marx custaram-lhe sua carreira no meio acadêmico.

Sua dedicação às suas pesquisas sobre o cotidiano, o espaço urbano, a contemporaneidade e o Estado, tiveram um significado importante principalmente na explicação a respeito das controvérsias que permeiam a sociedade moderna, onde propôs novos olhares sob os conceitos marxistas e sistematizou um ponto de vista para assimilar as questões complicadoras no âmbito social na atualidade, em suas percepções traz uma elaboração de hipóteses relativas ao processo de produção do espaço, determinando as

relações minunciosamente entre a vida cotidiana e o espaço urbano, sendo simultaneamente, produção e produto desse espaço.

(...) o capitalismo conseguiu atenuar (sem as resolver) durante um século as suas contradições internas e, conseqüentemente, conseguiu realizar o crescimento durante esse século posterior ao Capital. Qual o preço disso? Não há números que o exprimam. Por que meios? Isso, sabemos-lo nós: ocupando espaço, produzindo o espaço. (LEFEBVRE, 1973: p.21)

Como eixo principal de sua investigação, está a ideia da reprodução dos tratos das relações sociais de produção, tanto na vida cotidiana, quanto em ações de lazer ou de moradia, sendo dinâmicas que promovem a reprodução e são aplicada no uso dos espaços. O autor propôs o levantamento de questões sobre a sustentação de ideologias urbanísticas relativas a produção do espaço, que em sua perspectiva, esta dividida em três argumentos. Em primeiro lugar, há uma dinâmica harmônica chamada urbanismo, que em alguns momentos é utilizada empiricamente na produção de dados para obtenção de entendimento de resultados científicos como: estudos demográficos, geográficos e de economia política, entre outros, por muitas vezes, levando em consideração as práticas científicas e técnicas, compostas de várias metodologias, como na economia política. Numa segunda abordagem, ele apresenta as argumentações dos urbanistas que possuem uma visão metódica sobre as teorias de organização do conhecimento obtidos dentro desses grupos, que também designam reflexões embasadas nos termos epistemológicos. Como um terceiro foco, a reflexão dessas teorias torna possível a obtenção do exercício de análise urbanística a partir da linguagem teórica e o acesso aos conceitos, proporcionam uma consistência acerca da compreensão da ciência do estudo dos espaços, sejam globais ou locais, na sociedade.

“Os que acreditam no sistema incorrem em erro, pois não há totalidade completa, consumada. E, contudo, há, sem dúvida, um ‘todo’ que absorveu as suas condições históricas, assimilou os seus elementos, dominou algumas contradições, sem aceder por isso à coesão e homogeneidade que buscava. É isso que dá ao modo de produção, tal como ele se reproduz, o seu bem curioso aspecto: partes distintas e, contudo, formação de conjuntos, subsistemas acompanhados de choques no todo, níveis conjuntos e disjuntos, conexões, conflitos, coerências e contradições, táticas e estratégias, fracassos e vitórias.” (LEFEBVRE,1973:p.9)

No texto “Rio como um bazar, a conversão da ilegalidade em mercadoria política”, de 2002, o autor Michel Misse tem como grande preocupação realizar uma análise acerca das práticas ilegais que circulam pela cidade, do ponto de vista social especialmente, mas também levando em conta uma visão política, sempre presente em torno dos processos de

desenvolvimento e expansão de práticas ilícitas (tanto as totalmente rechaçadas pelo governo e pela sociedade, como também aquelas que detêm aceitação por parte de alguns setores). Por exemplo, com relação ao tráfico de drogas, cita o fato da antropóloga Alba Zaluar (1985) ter sido a pioneira no estudo deste quadro, tendo percebido em seu trabalho de campo na Cidade de Deus para sua pesquisa de doutorado, a transição da tradicional atuação criminosa, voltada mais diretamente a assaltos, para o sistema do tráfico (mantido pelos usuários dos diversos tipos de entorpecentes, e que pertencem a variadas classes sociais) e também o consequente aumento no número de crimes para sustentar este novo mercado de consumo.

Este processo não se iniciou de forma repentina, tendo sido articulado durante décadas (a partir do final de 1950) a cada nova geração de criminosos que se firmava no contexto social, com relação à manutenção das referidas práticas de cunho ilegal, como o mercado de serviço da prostituição, jogos de azar, drogas, mercadorias contrabandeadas, entre outras. O autor procura fazer surgir na mentalidade do leitor um senso crítico, voltado para a percepção deste processo de mudança quanto às atividades ilícitas, contextualizadas dentro de um continuado movimento de transformação do cenário histórico-social carioca. Ele traz apontamentos que não estão efetivamente direcionados ao aumento da violência urbana e sim fazendo o mapeamento das percepções sociais que trouxeram a temática sociológica de acumulação social, por meio de modelos distintos sobre as relações de poder e a sociabilidade ao longo desse processo histórico. Um dos tópicos principais para que se chegue ao entendimento sobre a acumulação social da violência, tanto no Rio de Janeiro como em qualquer outra capital brasileira, principalmente nos últimos anos, engloba a frequente existência de dois mercados não formais e fora da legalidade, onde um realiza tratos comerciais de mercadorias de maneira ilícita, e o outro utiliza um modelo de transação que tira proveito do primeiro modo, de uma forma voltada à um viés político, que tem expiração na teoria do “capitalismo político” de Max Weber e que referia-se às transações econômicas fundamentadas no poder como principal fator de sustentação e não na relação de troca feita com a concordância de ambas as partes.

Embora esses mercados de natureza ilícita sempre tenham existido na cidade do Rio de Janeiro, eles apresentaram uma notável expansão a partir da década de 1970, sendo absorvidos pelo cenário social, deixando de fazer parte apenas de áreas antes consideradas como “submundo”, trazendo à tona uma visão mais realista e perceptiva no cotidiano desses espaços.

O mercado dito como formal seria o que obedece as regras do Estado por meio do pagamento de impostos e taxas, sendo sujeito à fiscalização governamental; no entanto o

mercado informal traz uma vertente transversa que trafega num quadrante passível de criminalização, principalmente por conta das ligações perigosas das relações envolvidas em ações ilícitas.

“As ligações “perigosas” possíveis entre a oferta de mercadorias políticas e o mercado informal ilegal de mercadorias criminalizadas abrem assim, um leque de opções quanto ao emprego da violência (MISSE, 1997; 1999).

O oligopólio dessas redes relacionais que fazem a conexão entre as mercadorias ilegais, como drogas e armas, por intermédio de agentes do Estado, trazem uma noção de política estruturada no cerne destas ligações que conduzem esse mercado. Essas interligações produzem grandes e lucrativas relações de poder por conta dos altos ganhos em cima desse nicho de ilicitude que não é regulamentado pelo Estado.

A autora Cibele Saliba Rizek, em seu texto “A produção da cidade e de suas representações: das ideias clássicas às inflexões recentes”, traz uma mescla de duas pesquisas que apresentam diálogos a partir de averiguações sobre os modelos de representação dos processos de urbanização e o desenvolvimento da vida urbana no Brasil e a interpretação sociológica na visão das Ciências Sociais, mas com maior destaque nos processos de crescimento da escola populista e de outras escolas, que produziram consideráveis perspectivas a respeito do quadro sociológico brasileiro, sendo a primeira uma alusão a leituras mais simples de autores brasileiros para a melhor compreensão sobre a cidade e as metodologias de urbanização e modernização na cidade. A outra, fala sobre a criação de grande número de habitações pelo mercado imobiliário, por intermédio de conexões com o Estado, apoiadas pelo capital financeiro e que foi mobilizada, especialmente, a partir de meados da década de 2000.

Embora não abordem o mesmo tema, tratam de uma questão em comum, de cunho essencial: as estagnações e as modificações com referência aos modelos de representação da estrutura, tanto física quanto social, da cidade do Rio de Janeiro e das condições inerentes aos seus processos produtivos, abarcando o período que se estende desde a década de 1960 até a atualidade. No primeiro momento, ela procura deixar explícito o processo de análise de leituras a respeito da cidade e seus aspectos de mudança, baseados em textos da área sociológica dentro dessa mentalidade de autores nacionais busca explicar os movimentos.

Após a elaboração deste estudo, temos como objetivo demonstrar novas concepções, que são derivadas de um quadro estabelecido a partir da compreensão do setor social carioca, em termos analíticos a respeito de seus principais aspectos e também baseadas na obtenção de dados de natureza empírica com relação a sociedade em questão (violência, aumento da



pobreza, desigualdade social, aumento populacional, corrupção, ampliação do controle das facções criminosas, etc.), ocasionadas pela noção contemporânea existente a respeito dos modelos de configuração social atuais na cidade do Rio de Janeiro, que conseqüentemente geram mudanças significativas quanto às noções e perguntas clássicas sobre o tema, trazendo novos parâmetros de reflexão acerca da realidade urbana na cidade.

Os estudiosos voltados aos estudos desse quadro social urbano carioca, encontram-se na atualidade diante da necessidade de realizar estudos que permitam a assimilação e compreensão do cenário urbano e a construção da cidade do Rio enquanto espaço de representatividade de questões relativas a temática social, durante o decorrer do século XX, pondo esta análise em contato com o modelo de estruturação urbana contemporâneo. Durante este processo, é levado em conta o argumento de que os modos pelos quais são constituídas as diferentes esferas da população urbana são deslocados da mentalidade dominada pelo processo de formação e da luta de classes (apoiados pelo conceito de modernização) para outra concepção, que une a participação do setor empresarial e da informalidade e também a divisão que existe entre os processos e serviços dentro da legalidade e os setores que praticam ações ilegais, todos como sendo constituidores da realidade social atual.

No cerne desses processos estão principalmente os conflitos de classe, que foram surgindo a partir das interpretações relacionadas aos engajamentos de indivíduos e suas participações no meio urbano.

Cabe ressaltar, que as camadas de menor poder aquisitivo tinham divisões bem específicas que apontavam a classe a qual pertenciam: havia “a classe trabalhadora”, “a classe operária” e os que ocupavam uma dimensão marginalizada, eram os indivíduos que realizavam ações ilegais não criminosas, por não estarem regulamentadas pelo Estado.

A questão da crescente prática dos serviços precários diminuiria com a instituição das regras que trouxeram o início das associações trabalhistas e o modelo de trabalho assalariado e sindicalizado, com a ideia de modernização que foi apresentada, dando uma configuração de cidadania diante do quadro pelo qual o país atravessava, com o regime da ditadura militar. A partir desse momento histórico, pode-se observar a inclinação que traria o surgimento de concomitante mudança com relação ao significado do processo modernizador, que apresentaria uma estruturação que alavancaria o desenvolvimento do Brasil, mas que foi desarticulado com a implementação reacionária da ditadura militar, o que atrasou o processo de modernização das condições trabalhistas que se arrastaram até a década de 1970. Autores como Maria Celia Paoli (1974) e Luís Pereira (1965), abordaram a questão do desenvolvimento do pensamento sociológico brasileiro sobre o subdesenvolvimento e as

complexidades desses fenômenos junto às mudanças que poderiam melhorar a qualidade de vida dos brasileiros que encontravam-se em situação precária no mercado de trabalho.

Com a chegada dos anos de 1980, foram aparecendo outros autores que se debruçaram nas temáticas das dinâmicas e percepções novas sobre os movimentos sociais urbanos, que ao longo de discussões debatiam questões que aos poucos foram ganhando força, por tratarem de assuntos como o atraso nas áreas rurais, a expansão do trabalho industrial e as regulações a serem realizadas nos setores sindicais, principalmente nas grandes metrópoles brasileiras. Juntamente a esse processo de modernização que surgia, viria a quebra de paradigmas como a integração das classes e a diminuição das diferenças sociais, a partir de grupos que organizaram-se ao longo da década de 1980 e começaram a levantar debates pertinentes à sociedade trabalhadora, que tinha sua fala silenciada por conta da falta de uma participação no âmbito social e político que pudesse interceder pelos seus interesses.

No final da década de 1980, com o crescimento dos movimentos sindicais e manifestações que apoiavam o quadro de greves na região de São Paulo, foram se estruturando as relações entre o Estado e a sociedade civil. Juntamente a esses processos, surgiram mapeamentos de novas ideologias e a partir dessa visão de movimentos sociais atrelados à organização da sociedade civil, que viu-se como um novo provedor de ação política que contribuiria para a análise de problemáticas, visando a consolidação do processo democrático e da diminuição das desigualdades no território urbano nacional.

Um dos autores que também debateram, a situação da ampliação do panorama político e a inserção de sujeitos coletivos, que foram criando um protagonismo dos integrantes da sociedade civil em relação ao Estado, no sentido de agentes modificadores das diferentes esferas do meio social, foi Eder Sader, sociólogo brasileiro que tratava dos estudos relacionados às desigualdades sociais e movimentos direcionados ao lugar dos sujeitos da classe proletária na sociedade contemporânea. O mapeamento realizado sobre essas lutas e os debates levantados, unidos a leituras sociológicas da cidade dariam uma visibilidade mais compreensível acerca de questões pertinentes à mulheres pobres, movimentos reivindicatórios por moradia, indivíduos pertencentes às comunidades das zonas periféricas, ou seja, todos os que não tinham o devido direito à participação nos assuntos de natureza política junto à sociedade e que produziam impacto direto em suas vidas. Em meio a todos esses movimentos surge o Partido dos Trabalhadores (PT), que foi percebido como um marco histórico dentro do quadro político brasileiro e latino americano, por apresentar uma plataforma que expressava e defendia as perspectivas dos trabalhadores e das classes subalternizadas, a partir de experiências no âmbito trabalhista no território das metrópoles.

Ao longo desse processo, as interlocuções e ações desses novos atores que trouxeram um senso de protagonismo dos sujeitos coletivos em contraponto as ideias de imersão dos indivíduos no meio social e de relações políticas (vistos antes apenas como massa de força de trabalho), ocasionaram uma compreensão mais simples referente ao papel dos sujeitos sociais no cerne da sociedade civil brasileira, no contexto histórico. Contudo, os movimentos tanto dos trabalhadores quanto dos populares, traziam as dinâmicas conturbadas das lutas de classe pelo espaço urbano e a sociabilidade, compreendidas por esses indivíduos, o que contribuía para uma maior visibilidade das estruturas que constituíam as bases dos indicadores sociais, facilitando as constantes análises desse campo pelos estudiosos da área sociológica.

“Assim, duas concepções ganhavam centralidade: a ideia de sociedade civil e as classes, não como lugares vazios, mas como experiência da exploração, da cidade, do conflito. (RIZEK, 2016, p. 24)”.

Na década de 1990, houve a transição do conceito de protagonismo da sociedade civil, marcado pela diminuição da legitimidade e da centralidade dos movimentos sociais (que encabeçavam as principais leituras feitas a respeito da cidade) para o quadro de institucionalização da democracia formal, com isso trazendo um distanciamento entre o Estado e a sociedade civil. Entre a passagem dos anos de 1990 para a década de 2000, novos temas foram levantados sobre as questões urbanas e sociais dentro da cidade, como os sistemas de governabilidade e gestão corporativa, de políticas sociais e urbanas, da perturbatória dinâmica existente entre o Estado e o mercado, por intermédio do sistema de parcerias que tinha como objetivo intervir junto aos processos relativos às ações de cunho filantrópico, direcionadas a pessoas em situação de pobreza, da divisão dos espaços urbanos e as perspectivas inerentes à violência e às ilegalidades em seus vários aspectos e interpretações na cidade.

Os fenômenos sociais e políticos ocorridos nas últimas três décadas do século XX, produziram transformações significativas acerca dos núcleos associativos entre os indivíduos, modificando a sua atuação enquanto agentes dos processos políticos que influíam diretamente em suas vidas, sendo gradativamente transformados em organizações não governamentais (como as ONGs), e mais tarde em empresas que promoviam a urbanização nas favelas, tornando a questão habitacional na cidade do Rio de Janeiro em um grande e lucrativo setor de mercado, que contava com a participação do Estado, tirando o foco das questões de conflito de classes dentro da cidade.

Autores como David Harvey (1982) trouxeram um mapeamento do espaço urbano da cidade no campo das ciências sociais, fazendo apontamentos a respeito da organização dos mercados imobiliários nas metrópoles, trazendo uma perspectiva a respeito do papel do capital, que impactou nas características das divisões do solo. Isso trouxe uma distinção em relação aos grupos beneficiados por este e quanto ao que buscavam, como os que tinham interesse na apropriação de renda (empresas imobiliárias, investidores); os que visavam o lucro (os construtores dos diversos espaços); o capital que pretendia gerar um ambiente que produzisse um crescente índice de valores e o que se utilizava da força de trabalho para tornar maior sua produtividade. Podemos dizer que em algumas destas descaracterizações dos territórios urbanos em prol do capitalismo produziram sim em parte um desenvolvimento, mas o que temos que perceber e analisar são os métodos hegemônicos muitas vezes tão sucintos utilizados para alcançar objetivos concretos.

No transcorrer dessas ações a sociedade foi se dividindo por áreas geograficamente demarcadas não só por classes, mas também determinando quem poderia ocupar tal local, fosse por cor, poder aquisitivo ou posição social. As empresas imobiliárias e seus investidores juntamente com as elites, foram se apropriando de todos os espaços que consideravam ser mais valorizados. Ao longo dos últimos séculos os subúrbios deixaram seu charme de refúgio dos nobres para ganhar a configuração de lugar dos malditos e fracassados como apontou Lima Barreto.

Levando em consideração, a época desta análise descrita por Lima Barreto em seu Romance *Clara dos Anjos*, publicado 1948, finalizada em 1922, ano de sua morte, onde o autor faz menção aos preconceitos raciais, sociais e de gênero explícitos na sociedade do início do século XX e que ainda é recorrente em nossa atualidade. Neste capítulo, estou apresentando observações a respeito dos conceitos aos quais me debrucei no processo de construção desta dissertação, onde a partir das análises de autores que transitam no cerne de questões bastante relevantes no reforço e esclarecimento dos conceitos e da percepção que tinha antes de começar a pensar sobre subúrbio, favela, periferia e os verdadeiros signos e significados do chão (ao dizer quero descrever o chão mesmo, às vezes de barro ou concretado deste lugar por onde transitei e vi tanta coisa) social do lugar tão explorado pelas mídias por conta da violência exposta e retratado para a sociedade com relação a este do bairro. Costa Barros, nas perspectivas que desenvolvi, não pode apenas ser definido como bairro de subúrbio, mas que também traz em sua configuração urbana uma menção de favela e periferia principalmente por sua distância do centro da Cidade do Rio de Janeiro ao qual faz

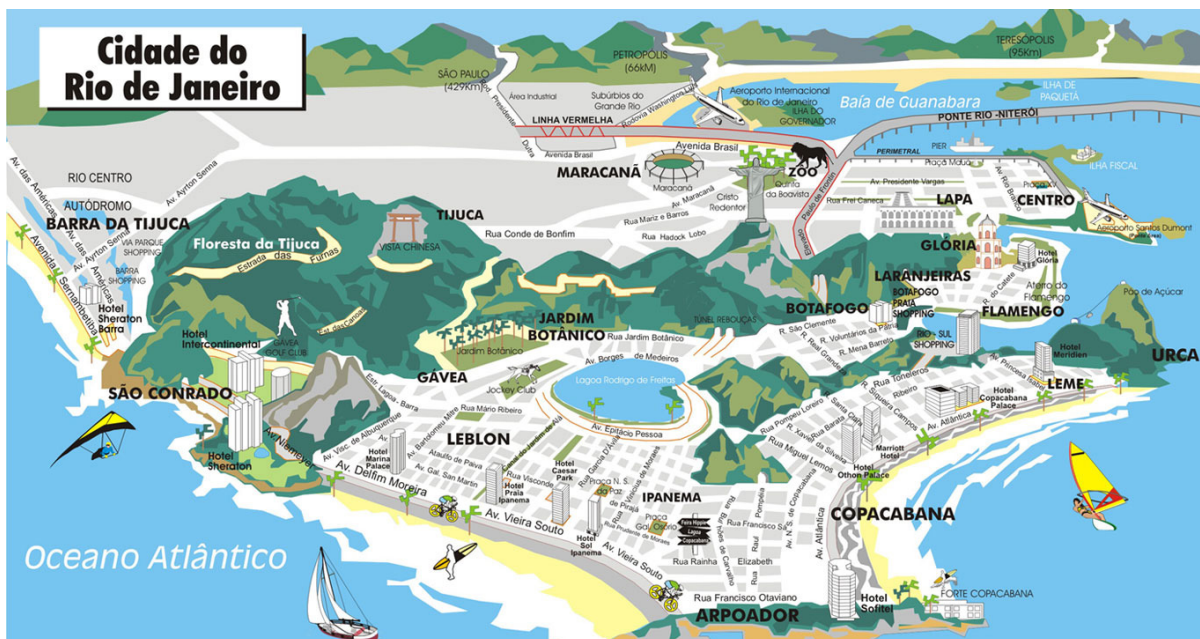
parte. Dentro desse território encontrei realmente um ambiente hostil ao qual me deparei diversas vezes com situações muito desconfortáveis, tais como:

- Inúmeras tentativas de contato com moradores bem antigos que cresceram no bairro e presenciaram todas as mudanças urbanas no bairro;
- O fato de a violência ser tão pungente, escrachada e tirânica no lugar e não fazer a mínima questão de se esconder;
- A desconfiança dos moradores quando eu dizia que estava pesquisando sobre o crescimento do bairro e alguém me perguntava o porquê de estar fazendo essa pesquisa.

## 2 LOCALIZANDO COSTA BARROS

Costa Barros é um bairro na Zona Norte do Rio de Janeiro. Dizer isso, significa pouca coisa, já que são muitos os bairros que compõe a Zona Norte do Rio de Janeiro. Para chegar ao bairro, saindo de Metrô e pegando a linha 2, Costa Barros fica mais próxima da Estação Rubens Paiva. De trem, a estação é Costa Barros. Faz parte da área de planejamento 3, da subárea de planejamento 3.3 e da região administrativa da Pavuna. É um dos X bairros que compõe o município do Rio de Janeiro. E não está necessariamente no mapa, como muitos outros bairros também não estão. Para o fazer turístico, há um apagamento de uma parte considerável da cidade. Este apagamento não é materializado apenas pelo apagamento no mapa, ele é pensado em termos de políticas urbanas, políticas de segurança pública que muitas das vezes criminaliza territórios, no processo de circulação destas cidades existentes em uma só. A maneira como o poder público municipal se insere neste processo. Aqui, antes de falar das políticas municipais, apresento mapas, para apresentar o bairro.

Figura 5 – Mapa Turístico da Cidade do Rio de Janeiro. Aqui aparecem partes das APs 1, 2 e 4. Reparar que após a Linha Vermelha, ao fundo, aparece Subúrbios do Grande Rio / Área industrial. E para além, São Paulo, Petrópolis e Teresópolis.



Fonte: Rio de Janeiro here, 2017

Figura 6 – Mapa Turístico do Rio de Janeiro.



Fonte: Rio de Janeiro here, 2017.

De acordo com dados do IBGE de 2010, a renda média da população da AP 3 é de 1.198,08, sendo chamada de (classe C ) e desse modo consequentemente ocupam a conotação de classe média baixa, mas que mesmo assim são abraçados pelo comércio que investe maciçamente nesse alvo pois segundo especialistas econômicos é uma classe que apesar de possuir baixa renda fazem esforços para obterem bens de consumo; como eletrodomésticos mais modernos, móveis, celulares e realizar o sonho de viajar (Duailib, 2008).

No tocante ao consumo de eletroeletrônicos cerca de 40% dos computadores vendidos no Brasil, a cada 10 linhas de celulares, 4 estão em poder da Classe C, 70% dos apartamentos financiados pela Caixa, 34% possuem carro na garagem e 7 em cada 10 cartões de crédito emitidos vão para esses consumidores. (PESSOA, et al., 2008).



Analisando esses dados podemos concluir que a classe dita média baixa é o foco do comércio e dos setores de prestação de serviços ou seja são a classe que mais consome então porque ainda se perpetua a sensação do estigma por ser pertencente a esta área? Só posso pensar que a resposta é a constância na falta de produção de políticas públicas como; investimentos em escolas, áreas de lazer, segurança e formas de auto sustento que possam realmente apoiar e incentivar os sujeitos que ocupam essas áreas e não apenas tentar encontrar um culpado para o problema.

Para fazer o leitor se situar no meu campo de pesquisa, farei uma descrição do bairro. Como no momento deste trabalho moro em Duque de Caxias, para chegar ao campo, pego o trem na estação de Duque de Caxias e faço a baldeação na estação de trens do Maracanã, onde pego o trem para Belfort Roxo, que passa pelo bairro de Costa Barros. Após cerca de cinquenta minutos, chego ao campo. Descendo da estação, encontro ao meu lado direito o Morro do Chapadão, à minha frente o Morro da Lagartixa, à minha esquerda a Favela do Quitanda e atrás o bairro da Pavuna. Meu foco se aterá aos moradores do Quitanda e da Pedreira, onde consegui realizar algumas conversas informais e entrevistas com autorização; não foi possível obter carta de cessão. Quando comecei a escrever o projeto para entrar no curso de mestrado, em 2015, o bairro contava com uma certa mobilidade para os moradores.

Entretanto, desde o desencadeamento do meu processo de entrada e a sucessão de eventos até chegar ao projeto de dissertação atual, já faz quase um ano.

Em fevereiro de 2017, depois de conversas com moradores do local, fiquei sabendo que o bairro não tem mais linhas de ônibus que faça a rota até o Centro; agora somente as linhas de trem e metrô realizando esse trajeto. O problema é que o bairro não é pequeno e, dependendo da parte em que o morador esteja localizada, não tem como pegar nem um nem outro: ele é obrigado a tomar um ônibus que o deixe em outro bairro próximo que faça essa baldeação. Segundo relatos, pode-se pegar um dos seguintes ônibus que passam pelo bairro: 778 (Pavuna-Madureira); 920 (Pavuna-Bonsucesso); 665 (Pavuna-Tijuca), a terceira linha, não fazia rota pelo bairro de Costa Barros, e somente transitava pelo bairro Parque Colúmbia, saindo de Pavuna, e agora faz parte das duas linhas de transporte que circulam pela Estrada de Botafogo: 942 (Pavuna-Penha), que segue pela Av. Martin Luther King Junior; e 773, que vai da Pavuna a Bento Ribeiro e Marechal Hermes pela Rua Mogiqui, paralela à linha ferroviária. Dessa maneira, as opções de transportes ficaram muito reduzidas, pois até 2015 o bairro possuía mais linhas que davam acesso ao Centro do Rio de Janeiro, onde as oportunidades de trabalho são maiores. As linhas 372, 374 e 377 foram extintas e, segundo os moradores,



fazem muita falta, visto que os dois serviços de acesso ao Centro, trem e metrô, ficam bem distantes um do outro. Assim, para um morador conseguir utilizar um desses recursos, é necessário fazer uma caminhada de mais ou menos uma hora e meia. Dependendo do ponto onde esteja no bairro, é preciso tomar um ônibus para chegar a um desses acessos de transporte. Mas sabemos que as mudanças realizadas no bairro e a extinção de linhas de ônibus não foram específicas em Costa Barros e sim em todas as cidades, por conta das empresas do setor que visam o lucro e não o bem estar social, principalmente se considerarmos que boa parte dos meios de transporte urbano em grande parte são de ônibus e geralmente possuem uma rota específica que não atende as necessidades dos usuários e em muitas vezes sendo obrigados a se sujeitar a transportes com excesso de passageiros, ônibus em péssimo estado de conservação e sem falar de problemas como; assaltos, assédios e o valor das passagens que também são motivo de reclamações. O apontamento que faço neste trecho é o de trazer a percepção de realidade no tocante aos subsídios disponíveis aos moradores do subúrbio do Rio de Janeiro, onde formas de tratamento social também perpassam pelo modo como são estabelecidos os meios de transporte para a locomoção desses moradores. E com isso deixando margem as formas ilegais de transporte que crescem nestas áreas. O Rio de Janeiro é uma cidade cheia de complexidades como qualquer metrópole e na questão dos transportes públicos não poderia ser diferente visto que a sistemática dos transportes que circulam no espaço urbano das áreas do subúrbio são em pouca quantidade e de má qualidade, salvo algumas exceções que já se adaptaram as novas leis do setor e que possuem maior quantidade de carros a serviço do povo.

(...) este conceito tem como ponto de partida a percepção de que transporte não é um fim em si mesmo, mas uma forma da população acessar os destinos desejados na cidade. Desta forma, o sistema de mobilidade urbana pode ser considerado como um conjunto estruturado de modos, redes e infraestruturas que garante o deslocamento das pessoas na cidade e que mantém fortes interações com as demais políticas urbanas. Considerando que a característica essencial de um sistema é a interação de suas partes e não as performances dos seus componentes tomadas em separado, um fator determinante na performance de todo o sistema é exatamente como as suas partes se encaixam, o que é diretamente relacionado com o nível de interação e compatibilidade entre agentes e processos intervenientes no sistema (MACÁRIO, 2003, apud Ministério das Cidades, 2005).

Figura 7 – Estação de trem de Costa Barros,



Fonte: A autora, 2017

Figura 8 – Estrada Botafogo – Sentido passagem de nível de trem que dá acesso a Barros Filho e Guadalupe.



Fonte: A autora, 2017



Figura 9 - Avenida Martin Luther King (antiga Avenida Automóvel Clube) que corta o bairro de Costa Barros, sentido Pavuna.



Fonte: Google Maps, 2016.

Figura 10 - Avenida Martin Luther King,( antiga Avenida Automóvel Clube) sentido Acari e Coelho Neto, 2016.



Fonte: Google Maps, 2016.

As fotos acima mostram os quatro sentidos do sistema de fluxo do trânsito no bairro de Costa Barros, na Avenida Pastor Martin Luther King, trazendo uma perspectiva visual sobre os trajetos percorridos na localidade, em suas principais vias de acesso, que conectam-se à próxima parada, a da estação Fazenda Botafogo, que fica em Acari e que também faz parte da Linha 2 do metrô, juntamente com a estação Engenheiro Rubens Paiva, que fica no bairro.

Costa Barros ganhou a definição de bairro em 23 de julho de 1981, pois até esse momento era um povoado que pertencia à antiga fazenda da família Costa Barros que foi desmembrada ao longo das décadas, principalmente por conta da chegada da linha ferroviária no final do século XIX. À medida que crescia, não podia continuar sendo negado como bairro, então passou a fazer parte do distrito da Zona Norte. Até o último censo, realizado em 2010, comportava uma massa de 28.442 habitantes. Seu índice de desenvolvimento humano (IDH) girava em torno de 0,713, perdendo somente para a área do Complexo do Alemão, ficando em penúltimo no *ranking* feito para calcular a faixa de pobreza, segundo avaliação do documento oficial do levantamento censitário do ano de 2010, que pode ser acessado no site do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000483.pdf>

Todavia, depois desse levantamento, o bairro teve um acelerado processo de crescimento populacional devido a algumas instalações irregulares feitas no local.

É necessário levar em consideração a expansão do bairro, por conta da implantação de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), de creches à beira da Estrada de Botafogo (a via que perpassa boa parte do bairro) e dos prédios do programa Minha Casa Minha Vida. É curioso notar que esse programa utilizou o espaço de um terreno que, há cerca de oito anos, era uma das pouquíssimas áreas verdes da localidade, tentando manter-se como um sitiozinho; no entanto, foi devorado pelo sistema capitalista e agora faz parte de um quadro de aglutinamento urbano imposto pelo Estado.

Figura 11 - Passagem de nível da linha férrea de Costa Barros que faz a ligação com o bairro de Guadalupe.



Fonte: Google Maps, 2016.

Meu objetivo era fazer um levantamento de quem são os indivíduos que fazem parte da construção e crescimento do bairro, compilando um baú de memória a partir de depoimentos conseguidos ao longo da produção deste projeto.

Além disso, lançarei mão de fotos via satélite (obtidas eletronicamente no *site* do Google Maps), para fazer uma demonstração da visão do bairro, e de depoimentos dos moradores sobre todo esse contexto social ao qual foram conduzidos. Dentro de uma perspectiva mais sucinta, analisarei a questão do processo de expansão desse bairro que foi surgindo a partir da linha ferroviária e que, no decorrer de algumas décadas, deixou de ser apenas um bairro afastado da Zona Norte.

Com a vinda da Família Real Portuguesa (1808), houve diversas medidas que condicionaram a construção do cenário histórico do Rio de Janeiro, principalmente nos âmbitos social, cultural, político e econômico. Por conta disto, tiveram que elaborar uma série de modificações no território carioca, com isso dividindo os espaços e trazendo um modelo europeu de organização urbana, visto que o Brasil até então era um país essencialmente rural. Neste momento, surge a ideia de dividir o Rio de Janeiro em regiões administrativas para facilitar os aspectos de governabilidade e a divisão dos espaços entre os moradores da cidade, reservando as áreas mais próximas do centro à camada privilegiada da sociedade (políticos, grandes proprietários de terras, intelectuais, entre outros).

Nas áreas de planejamento - AP1 e AP2, que foi composta por bairros como Glória, Catete, Botafogo, São Cristóvão e outros bairros adjacentes, tiveram uma maior concentração

de investimentos urbanísticos e culturais devido à ocupação daquele espaço essencialmente pela camada nobre da época. No decorrer desta organização, o fluxo de pessoas das áreas mais afastadas somente foi possível quando houve o desenvolvimento dos transportes urbanos, como as ferrovias, que condicionaram a mobilidade destes indivíduos, que aos poucos foram deslocando-se para as freguesias tidas como rurais e dando origem aos subúrbios que conhecemos hoje.

“A população moradora destes espaços encontrará, por conta disso, outros tipos de trabalho e oportunidades de emprego diferentes aos quais as gerações anteriores estavam acostumadas: se antes o comércio e a lavoura eram as oportunidades concretas, a emergência de um operariado modifica a lógica econômica, política e social.” (Ribeiro, 2009)

No entanto, as demais áreas (que ao todo somam o quantitativo total de 5 áreas de planejamento) apresentam uma situação diferente à encontrada nas AP1 e AP2, no quesito desenvolvimento cultural, econômico e principalmente estrutural, dada a menor implementação de políticas públicas direcionadas á essas áreas, que não possuem atrativos turísticos.



**Costa Barros é o segundo bairro mais pobre do Rio de Janeiro segundo pesquisa do IBGE (2010)**

Figura 12 – Mapa capturado pelo Google Maps, ao solicitar Pavuna pelo mecanismo de busca. Aqui percebemos que Pavuna faz divisa com Costa Barros, Anchieta, Coelho Neto, Vigário Geral e São João de Meriti.



**Fonte:** Google Maps, 2016.

Figura 13 – Mapa capturado pelo Google Maps, ao solicitar Costa Barros pelo mecanismo de busca. Costa Barros faz divisa com Pavuna (no mapa), Anchieta, Guadalupe, Barros Filho (no mapa), Coelho Neto e Acari (ambos no mapa).



**Fonte:** Google Maps, 2016.

## 2.1 Dados Do IBGE e IPP

### Dados Abaixo recolhidos do site oficial do IBGE

Costa Barros ganhou a definição de bairro em 23 de julho de 1981, originado de um antigo povoado que pertencia à antiga fazenda da família Costa Barros que foi desmembrada ao longo das décadas, principalmente por conta da chegada da linha ferroviária no final do século XIX. À medida que crescia, não podia continuar sendo negado como bairro, então passou a fazer parte do distrito da Zona Norte.



- **População**

### **Pessoas Residentes**

Total da população	28442	2010
Gênero masculino	13709	2010
Gênero Feminino	14733	2010

Segundo os dados acima apresentados, coletados do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo realizado no ano de 2010, a população de Costa de Barros era de aproximadamente 28442 habitantes, sendo 13709 homens e 14733 mulheres, até então.

- **Habitação e Urbanismo Favelas**

Quantidade	7	2015
População	19823	2010
Domicílios	5922	2010

Com relação à quantidade de favelas que compõem o bairro, somente encontrei o número de 7, sem nomenclatura específico no sistema de informação. No entanto, em entrevista realizada com o líder comunitário do Morro da Lagartixa, em 14 de março de 2018, Jota, de 37 anos, obtive a informação de que na realidade esses dados não estão corretos, pois somente no Complexo do Chapadão existem cerca de 4 ou 5 favelas, não sendo possível mensurar exatamente o número de comunidades no local. E a dificuldade de se conseguir informações sobre o local complicou bastante a execução desta pesquisa visto o bairro nem sequer aparece na nova apresentação dos dados disponíveis sobre a organização administrativa do Rio de Janeiro.

### **Área Territorial**

Total	490385 m2	2015
Quantidade de terrenos	392 m2	2015

- **Área Não Urbanizada**

Percentual	7,68 %	2016
------------	--------	------

- **Área Construída**

Total	89804 m2	2015
Residencial	80955 m2	2015
Não residencial	8849 m2	2015

O território de Costa Barros possui uma área de aproximadamente 490385 m2, e encontra-se localizado na zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, fazendo divisa com os bairros de Pavuna, Anchieta, Barros Filho, Guadalupe, Acari e Coelho Neto. Possui uma área não urbanizada que corresponde a 7,68 % de seu espaço total, sendo que a parte ocupada por construções é de 92,32% desta área, e encontra-se dividida entre domicílios de uso residencial (80955 m2) e os que não são de usos residenciais (8849 m2).

- **Cultura**

#### **Equipamentos Municipais de Cultura**

Total	0	2017
-------	---	------

- **Esporte e Lazer**

#### **Equipamentos Municipais de Esporte e Lazer**

Vilas Olímpicas	0	2017
-----------------	---	------

Os dados acima, que se encontram disponíveis no site oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro, apontam a inexistência de locais destinados ao lazer, à prática de esportes e à realização de eventos culturais, que possibilitem a população usufruir de benefícios voltados à melhoria e qualidade de vida e do mínimo senso de desenvolvimento social. Devido a essa carência, os moradores migram para os bairros próximos, como Pavuna, Madureira, Guadalupe e cidades próximas da Baixada Fluminense, como São João de Meriti, Belford Roxo, Nilópolis e Duque de Caxias em busca de entretenimento, pois estes locais possuem

suporte comercial e estrutural mais elevado. A falta de equipamentos disponibilizados pelo município aos moradores promove uma situação de deslocamento para diversas partes da cidade do Rio e Grande Rio. Numa perspectiva de análise dos dados recolhidos, o bairro apresenta uma condição desfavorável para investimentos principalmente no que diz respeito ao fornecimento de suportes que possam de lazer e promoção do bem-estar dos moradores do bairro de Costa Barros. Em minhas idas e vindas ao campo não vi nenhuma mudança neste quesito, visto que transitava bastante no local mesmo antes de iniciar a pesquisa.

### **Infraestrutura e Saneamento**

- **Abastecimento de Água**

Total (2010):	8675	Domicílio
Rede geral de distribuição (2010):	8616	Domicílio
Poço ou nascente na propriedade (2010):	4	Domicílio
Outra (2010):	56	Domicílio

Na questão saneamento e infraestrutura básicos, o bairro possui, segundo o documento analisado, um total de 8675 domicílios que contam com abastecimento de água. Destes, 8616 encontram-se integrados à rede geral de distribuição; 4 possuem poços em sua propriedade e 56 fazem uso de outros meios para conseguir água. Por falta de dados de cunho específico disponíveis, relacionados ao abastecimento, não foi possível precisar quais seriam esses outros métodos. O estudo apresenta um déficit com relação ao que seriam essas outras formas específicas de obtenção de água, visto que o local não possui afluentes hídricos, levando em consideração esses dados que parte desta camada da sociedade não recebe do estado o acompanhamento necessário para seu desenvolvimento social e humano digno.

- **Total de Domicílios com Energia Elétrica (2010)**

Total	8675	Domicílio
Tinham energia elétrica	8673	Domicílio
De companhia distribuidora	8384	Domicílio
Outra fonte	289	Domicílio
Não tinham	2	Domicílio

Com relação ao fornecimento de energia, de um total de 8675 domicílios, 8673 contam com o abastecimento de energia elétrica. Destes, 8384 a obtém de companhias distribuidoras, 2 não possuíam qualquer fonte e 289 eram abastecidos por outros meios. A amostragem destes dados demonstram os problemas que assolam grande parte da cidade no sentido da fiscalização do uso consciente e responsável da energia elétrica. Não quero dizer que sou a favor ou contra qualquer ação realizada dentro destas localidades, para se obter um benefício básico para a sobrevivência dos seres humanos, como a luz elétrica, principalmente na época atual onde ninguém que viva em sociedade, possa ficar sem energia elétrica. Logo pensa-se em internet, informação entre outras coisas, mas é no mínimo perturbador que estas ações possam provocar sérios acidentes dentro das favelas como incêndios, por conta da sobre carga de energia.

• **Total de domicílios com banheiro exclusivo**

Total	8675	domicílio	2010
Tinham banheiro	8515	domicílio	2010
1 banheiro	7140	domicílio	2010
2 banheiro	1199	domicílio	2010
3 banheiro	149	domicílio	2010
4 banheiros ou mais	27	domicílio	2010
Não tinham banheiro	160	domicílio	2010

Alguém antes de ler este documento pensaria em uma casa urbana ou mesmo rural sem banheiro?

Segundo matéria do site <https://universa.uol.com.br/album/2016/12/15> o lugar tão íntimo que para muitos só é lembrado em momentos de alívio não faz parte da realidade de todos pelo mundo como pensamos, em algumas partes do mundo chega a ser um certo luxo. Na sociedade egípcia os hábitos de higiene e uso do banheiro era quase que um ritual, pois eles acreditavam que ao se banharem além de limparem seus corpos também purificavam suas almas. No cotidiano das sociedades Gregas e Romanas da antiguidade surgiram os banheiros coletivos que tinham o papel socializador as chamadas casas de banho. Mas ao longo do tempo os hábitos e costumes trouxeram a necessidade do uso deste espaço indispensável como um componente de casa.

Acho que não, mas fiquei impressionada ao saber que em pleno século XXI, em pleno 2010 no censo foi constatado o fato de que pessoas não tinham acesso a recursos de higiene

extremamente básicos como um banheiro em sua casa, isso me fez lembrar de leituras sobre povos antigos e suas práticas de higiene, como no livro 1908 que fala da forma como eram descartados os dejetos do nobres naquela época, já em filmes como “Quem quer ser um Milionário” onde em um trecho do filme Jamal Malik, após uma pergunta do apresentador, lembra-se de como ele e os moradores da periferia de Mumbai, Índia, tinham acesso a esse recurso e era coletivo e insalubre, visto que a higiene não era uma coisa possível naquela circunstância de vulnerabilidade e pobreza. O fato de um suporte tão importante não pode ser considerado uma violência.

- **Tipo de esgotamento dos domicílios com banheiro exclusivo**

Total de domicílios	8675	domicílio	2010
Com banheiro exclusivo	8515	domicílio	2010
Rede Geral de Esgoto ou pluvial	7983	domicílio	2010
Fossa Séptica	27	domicílio	2010
Fossa Rudimentar	11	domicílio	2010
Vala	325	domicílio	2010
Rio, lago ou mar	149	domicílio	2010
Outro	20	domicílio	2010

**Total de domicílios desprovidos de banheiro e sanitário**

Total de domicílios	8675	domicílio	2010
Não tinham banheiro ou sanitário	27	domicílio	2010

Em relação ao saneamento básico, os dados coletados podem não representar a realidade atual, visto que fazem parte do censo de 2010. Na época, eles para os apresentados nas tabelas acima.

- **Educação**

**Equipamentos Municipais de Educação**

Centro Municipal de Referência de Educação de Jovens e Adultos	0	2017
CIEP	2	2017
Creche Municipal	2	2017

Escola Especial Municipal	0	2017
Escola Municipal	1	2017
Espaço de desenvolvimento Infantil – EDI	3	2017

- **Matrículas na Educação Infantil**

Total	1007	2015
Creche	665	2015
Pré-escola	352	2015

- **Analfabetismo**

Taxa de Analfabetismo	0,054	2010
-----------------------	-------	------

- **Índice de Educação Básica - IDEB**

Anos Iniciais	4,72	2015
Anos Finais	3,60	2015

- **Equipamentos de Ciência e Tecnologia**

Naves do Conhecimento	0	2017
-----------------------	---	------

- **Matrículas no Ensino Fundamental**

Total	1179	2015
1º ao 5º ano	767	2015
6º ao 9º ano	412	2015

Os dados acima, oriundos do site da Prefeitura do Rio de Janeiro, nos trazem informações acerca do perfil educacional no bairro de Costa Barros, nos anos de 2015 e 2017, com exceção da taxa de analfabetismo, que refere-se ao ano de 2010. O que chama mais atenção nesta amostragem é a falta de unidades escolares que contenham o módulo de Educação para Jovens e Adultos (EJA), o que leva a população que busca esse suporte a se deslocar para outros bairros como Pavuna, e até para outros municípios próximos da Baixada Fluminense, como São João de Meriti, segundo relatos de moradores.

## **2.2 - Reconhecendo o campo a partir do olhar de moradores**

De acordo com relatos de moradores mais antigos do bairro, há cerca de quarenta anos a área possuía poucas casas. Segundo o sr. José, pernambucano de 79 anos, que passou por outra comunidade antes de se fixar em Costa Barros, ele saiu do aluguel para se instalar no local de ocupação, que no princípio era só um barraco de madeira, mas que a polícia derrubava toda hora. “Quando Leonel Brizola tornou-se governador, as coisas mudaram e acabou a história de ser esculhambado pela polícia, pois houve proibição dessas práticas nas favelas”, disse ele. Quando chegou para morar no bairro em 1976, na parte alta do morro com sua mulher e filhos, havia doze casas daquele lado do morro da Pedreira, bem onde fica a entrada principal do bairro quando você vem da Pavuna pela antiga Av. Automóvel Clube. Em sua fala, ele relata que a questão do crescimento não o afeta muito por já ser aposentado, mas que não tem desejo de sair do lugar, pois se sente mais seguro dentro do bairro que já conhece. Disse que já até comprou um terreno em outro bairro, mas que pensou bem, desistiu e vendeu, alegando: “Aqui eu sei o terreno em que estou pisando, sei quem é e quem não é do movimento, enquanto lá fora não teria como saber, por isso não saio daqui”.

Ressaltou ainda a questão de não precisar pagar impostos, pois o terreno lhe foi entregue pela prefeitura por meio de escritura obedecendo a lei do usucapião, que é o direito que o indivíduo adquire depois de alguns anos de ocupação de uma propriedade móvel ou imóvel. O sr. José também disse que de uns meses para cá deixou de pagar a conta da luz, visto que outros vizinhos já não pagam e que, devido ao fato de a área ser considerada de risco, a empresa de distribuição de energia (Light) não fará o corte. Por todos esses motivos, ele diz que só sairá dali quando findar seus dias na Terra, palavras do sr. José, 79 anos.

Por conta de regras de conduta, para continuar transitando no local, resolvi me eximir da abordagem temática da violência para não suscitar tais problemas, visto que sou oriunda do bairro e tenho ainda parentes e amigos morando nesse espaço. Por isso, estou empenhada em tentar desarticular essa tendência que boa parte da sociedade tem, de menosprezar a existência desses grupos de cidadãos, que possuem perspectivas diferentes do que lhes são apresentadas pelas mídias. Nesse sentido, a obra de Maurício Abreu modificou significativamente minha visão sobre o quesito de buscar e perceber os fatores das análises, me levando a uma abordagem mais amplificada e aprofundada do desenvolvimento das áreas urbanas e suas complexidades, que são pungentes no cerne da sociedade.

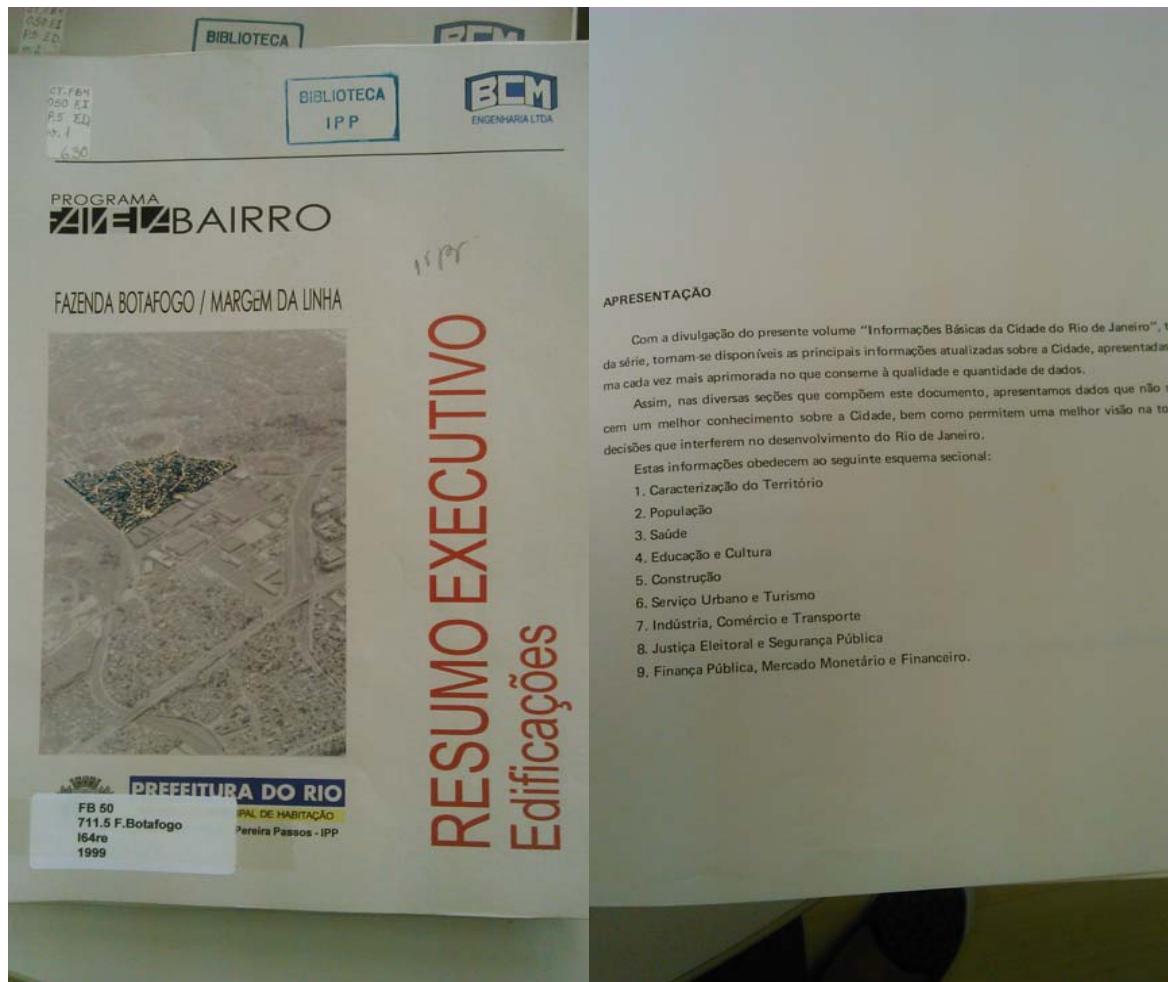
Neste capítulo articulei os dados estatísticos dos órgãos específicos como o Instituto Pereira Passos (IPP) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para materializar os relatos de moradores do bairro de Costa Barros sobre as transformações no lugar e analisar a falta de equipamentos culturais do Estado disponíveis no local, a fim de demonstrar por meio dessas tabelas as modificações estruturais produzidas pelo Estado e a sensação de exclusão da segurança social, visto que a violência decorrente no bairro os expõe na mídia de forma vulnerável.

Também coloco em foco minhas perspectivas sobre as observações que fiz ao andar pelo bairro e conversar com alguns moradores, para unir as pontas soltas desta dissertação todos esses arcabouços teóricos foram fundamentais na produção deste trabalho, pois até então minha visão era meio estreita e rasa sobre tais questões.



**Os Documentos abaixo encontrados no Instituto Pereira Passos sobre as obras do Projeto Favela Bairro ocorridas a partir do final da década de 1990 no bairro de Costa Barros.**

Figura 14 – Documento sobre a obra Favela Bairro



Fonte: Biblioteca do Instituto Pereira Passos (IPP). Foto tirada pela autora, 2016.

Figura 15 - Documento sobre a obra Favela Bairro

IPP

**BCM**  
ENGENHARIA LTDA

**08 - EDIFICAÇÕES**

**08.1 CRECHE**

1) Situação Atual

Na Comunidade de Fazenda Botafogo / Margem da Linha existem 2 creches: Tio Bento e Nº Sª da Paz que funcionam em convênio com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS). A Associação de Moradores cedeu salas e dependências para instalação da Tio Bento e a Capela para a Nº Sª da Paz.

2) Situação Proposta

Considerando que já existe uma creche funcionando no prédio da Associação de Moradores próximo à Av. José Arantes de Melo, a nova creche proposta será localizada no extremo posto, às margens da Rua Jornalista Darwin Brandão, esquina da rua Licuri, ao lado de uma área dedicada às crianças: constituída por play-ground e quadras infantis.

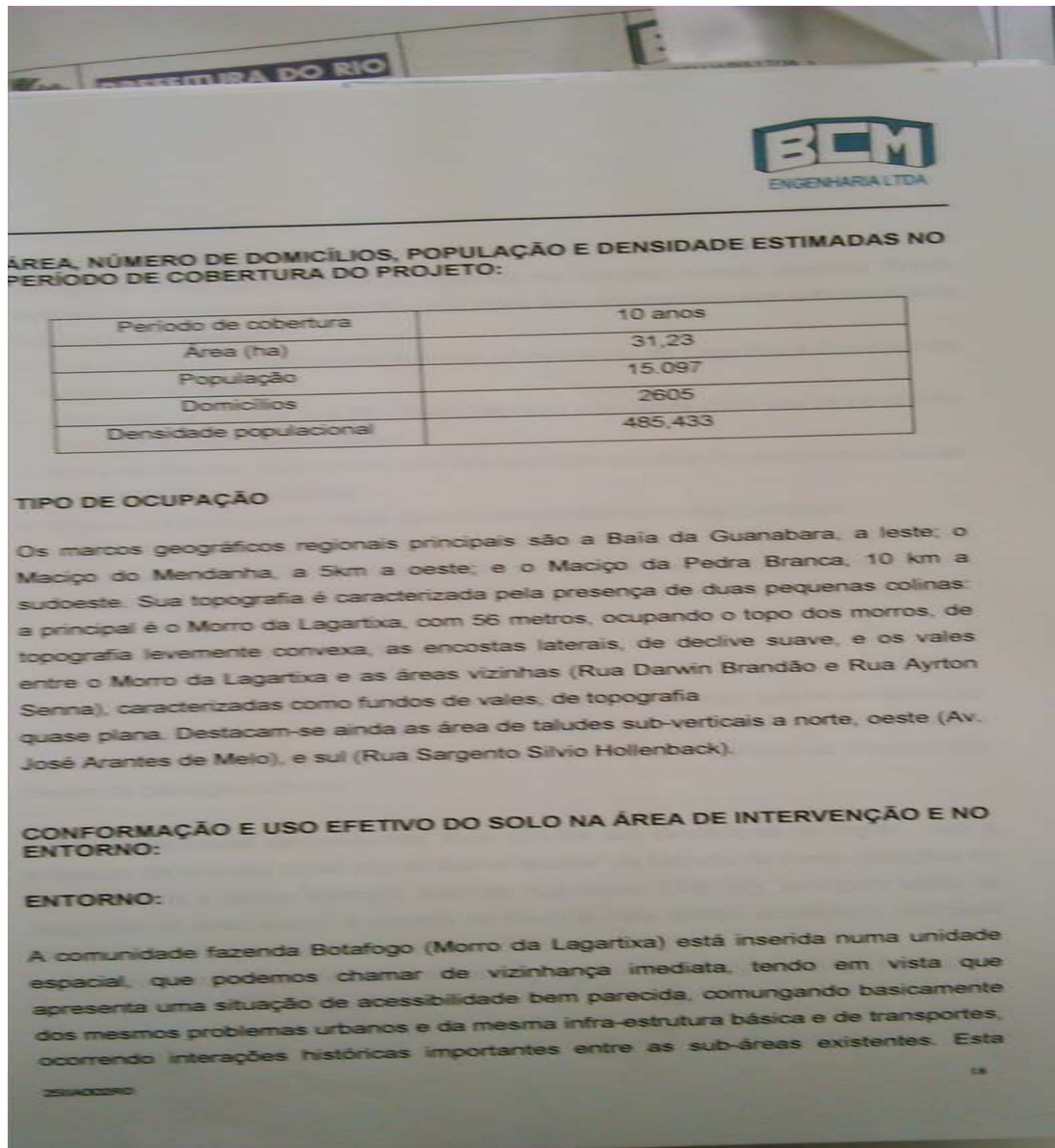
A creche projetada obedecerá aos últimos requisitos e programa físico determinados pela SMDS, devendo atender a 100 crianças, numa edificação de cerca de 420,00 m<sup>2</sup>, em dois pavimentos. Intencionalmente procurou-se dispor os compartimentos destinados ao conjunto berçário, de modo a que possa operar livre de interferências dos demais setores da creche. Por isso está localizado no pavimento térreo, buscando assim também fazer uso de área livre nível do solo e evitar os riscos do uso de escada.

Resumo Quantitativo

Creche	Nº. de Pavimentos	Área Construída (m <sup>2</sup> )	Capacidade de Atendimento
Jornalista Darwin Brandão	02	479,59	100 Crianças

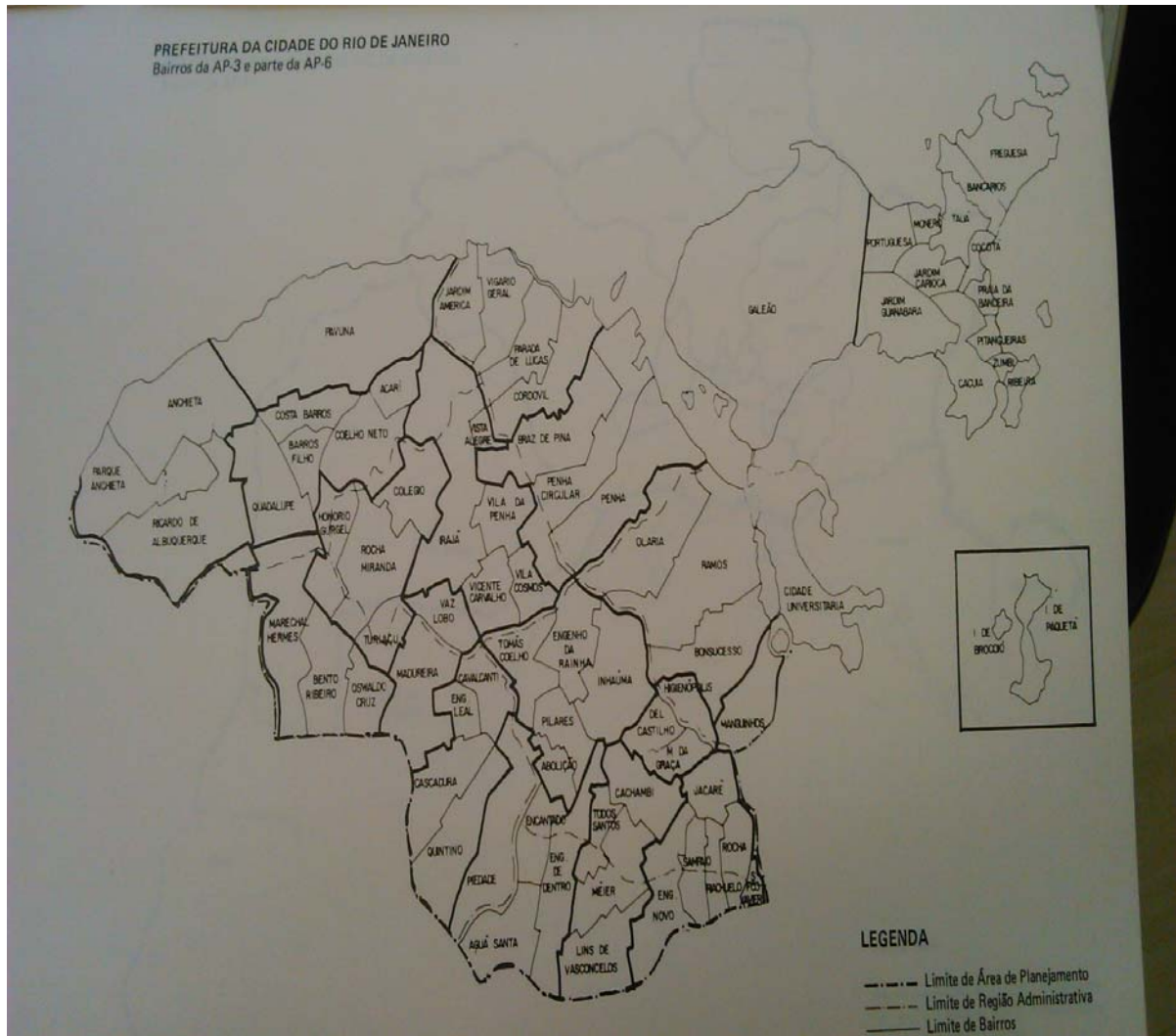
Fonte: Biblioteca do Instituto Pereira Passos (IPP). Foto tirada pela autora, 2016.

Figura 16 - Documento sobre a obra Favela Bairro



Fonte: Biblioteca do Instituto Pereira Passos (IPP). Foto tirada pela autora, 2016.

Figura 17 - Documento sobre a obra Favela Bairro



Fonte: Biblioteca do Instituto Pereira Passos (IPP). Foto tirada pela autora, 2016.

Figura 18 - Documento sobre a obra Favela Bairro

CAPÍTULO 1 – POSIÇÃO E EXTENSÃO 39

1 – Pontos extremos do Município do Rio de Janeiro

COORDENADAS	SITUAÇÃO
Latitude extremo norte	22° 45' 05" S
Latitude extremo sul	23° 04' 10" S
Longitude extremo leste	43° 06' 30" Wgr.
Longitude extremo oeste	43° 47' 40" Wgr.

FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

2 – Distância entre as linhas extremas do Município do Rio de Janeiro

DIREÇÃO	EXTENSÃO
Direção Norte – Sul	
Distância angular	0° 19' 05"
Distância linear (Km)	35
Direção Leste – Oeste	
Distância angular	0° 41' 10"
Distância linear (Km)	70

FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

3 – Limites e extensão da linha divisória do Município do Rio de Janeiro

CONFRONTAÇÃO	EXTENSÃO (Km)	
Norte	Município de Itaguaí, Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias	71
Sul	Oceano Atlântico	74
Leste	Baía de Guanabara	33
Oeste	Baía de Sepetiba	43
<b>TOTAL</b>		221

FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Fonte: Biblioteca do Instituto Pereira Passos (IPP). Foto tirada pela autora, 2016.



Figura 19 - Documento sobre a obra Favela Bairro

CAPÍTULO 1 – POSIÇÃO E EXTENSÃO

6 – Distância, pelo menor percurso, entre as sedes municipais e o Município do Rio de Janeiro. 43

REGIÕES – PROGRAMA E MUNICÍPIOS	DISTÂNCIA (Km)	REGIÕES – PROGRAMA E MUNICÍPIOS	DISTÂNCIA (Km)
<b>Região Metropolitana</b>		<b>Região das Baixadas Litorâneas</b>	
Rio de Janeiro	—	Macas	190
Duque de Caxias	4	Araruama	117
Itaboraí	52	Cabo Frio	158
Itaguaí	53	Cachoeiras de Macacu	100
Magé	50	Casimiro de Abreu	137
Mangaratiba	92	Conceição de Macabú	226
Maricá	61	Rio Bonito	80
Nilópolis	12	São Pedro d'Aldeia	144
Niterói	17	Saquarema	108
Nova Iguaçu	16	Silva Jardim	112
Paracambi	62	<b>Região Serrana</b>	
Petrópolis	40	Nova Friburgo	137
São Gonçalo	34	Bom Jardim	164
São João de Meriti	6	Cantagalo	198
<b>Região Industrial do Médio Paraíba</b>		Carmo	207
Barra Mansa	113	Cordeiro	187
Volta Redonda	113	Duas Barras	188
Barra do Piraí	101	Santa Maria Madalena	236
Engenheiro Paulo de Frontin	72	São Sebastião do Alto	224
Mendes	98	Sumidouro	175
Miguel Pereira	99	Teresópolis	74
Paraíba do Sul	62	Trajano de Moraes	220
Piraí	74	<b>Região Norte</b>	
Resende	164	Campos	286
Rio Claro	111	Bom Jesus de Itabapoana	390
Rio das Flores	182	Cambuci	297
Sapucaia	139	Itaocara	253
Três Rios	116	Itaperuna	336
Valença	135	Laje do Muriaé	323
Vassouras	99	Miracema	307
<b>Região Litoral Sul</b>		Natividade	363
Angra dos Reis	228	Porciúncula	377
Parati	237	Santo Antônio de Pádua	274
		São Fidélis	290
		São João da Barra	326

FORTE: Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico Social do Rio de Janeiro – FIDERJ

Fonte: Biblioteca do Instituto Pereira Passos (IPP). Foto tirada pela autora, 2016.

Figura 20 - Documento sobre a obra Favela Bairro

<b>SEÇÃO V – CONSTRUÇÃO</b>	
Capítulo 27 – Área Construída	
1 – Número de imóveis, por faixa de metro quadrado de área construída, por Região Administrativa e por bairro do Município do Rio de Janeiro – 1980	197
2 – Número de imóveis, por faixa de metro quadrado de área construída, por Região Administrativa e por bairro do Município do Rio de Janeiro – 1980	199
3 – Número de elevadores em funcionamento, segundo o número de pavimentos percorridos – 1980	201
Capítulo 28 – Conjunto Habitacional	
1 – Empreendimentos realizados pela CEHAB, segundo o tipo – 1980	202
Capítulo 29 – Construção Civil	
1 – Índice do custo da construção civil, segundo o número de pavimento – 1977-80	203
2 – Índice de salários na construção civil, por hora de trabalho – 1969-80	204
Capítulo 30 – Habite-se	
1 – Unidades residenciais com “habite-se” – 1975-80	
2 – Salas e lojas comerciais com “habite-se” – 1975-80	
3 – Unidades industriais com “habite-se” – 1975-80	
4 – Áreas das construções com “habite-se” – 1975-80	
Capítulo 31 – Licença	
1 – Número de licenças concedidas a obras diversas – 1980	
2 – Número de prédios licenciados – 1975-80	
3 – Construções licenciadas, segundo o uso – 1980	
4 – Prédios industriais licenciados – 1975-80	
5 – Áreas das construções licenciadas – 1940-80	
6 – Edificações licenciadas, segundo o número de pavimentos e a área – 1980	
7 – Áreas das construções licenciadas, segundo o número de pavimentos – 1980	
8 – Acréscimo de áreas licenciadas – 1980	
9 – Áreas das construções licenciadas, segundo o uso – 1980	
10 – Construções licenciadas, segundo o número de pavimentos – 1980	
Capítulo 32 – Prédio e Domicílio	
1 – Número de prédios e domicílios, por Região Administrativa, segundo os Censos de 1970 e 1980	
2 – Número de domicílios, por situação e por Região Administrativa – Censo de 1980	
<b>SEÇÃO VI – SERVIÇO URBANO E TURISMO</b>	
Capítulo 33 – Correio e Telégrafo	
1 – Número de correspondência transitada – 1975-80	
2 – Número de operações telegráficas efetuadas – 1975-80	
3 – Incremento ocorrido na correspondência transitada – 1975-80	
4 – Incremento ocorrido nas operações telegráficas efetuadas – 1975-80	
5 – Número de agências dos Correios e Telégrafos em funcionamento, por Região Administrativa – 1980	
Capítulo 34 – Comunicação Telefônica	
1 – Movimento ocorrido em telefonia – 1980	
Capítulo 35 – Consumo de Água	
1 – Consumo de água, segundo o tipo de utilização – 1980	
2 – Extensão da rede coletora de esgotos implantada – 1980	

Fonte: Biblioteca do Instituto Pereira Passos (IPP). Foto tirada pela autora, 2016.

Figura 21 - Documento sobre a obra Favela Bairro

CAPÍTULO 2 – DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

45

– Áreas de planejamento, Regiões Administrativas e respectivos bairros do Município do Rio de Janeiro –

– Conclusão –

ÁREAS DE PLANEJAMENTO	REGIÕES ADMINISTRATIVAS	BAIRROS	ÁREAS DE PLANEJAMENTO	REGIÕES ADMINISTRATIVAS	BAIRROS
	XV	Madureira	AP.4	XXIV	Barra da Tijuca
		Piedade (parte)			Camorim
		Turiapu (parte)			Vargem Pequena
		Rocha Miranda (parte)			Vargem Grande
		Honório Gurgel (parte)			Recreio dos
		Quintino Bocaiúva			Bandeirantes
		Cavalcanti			Grumari
		Engenheiro Leal	AP.5	XVII	Bangu
		Cascadura			Deodoro (parte)
		Madureira			Jardim Sulacap
		Oswaldo Cruz			Campo dos Afonsos
		Bento Ribeiro			Vila Militar
		Marechal Hermes (parte)			Magalhães Bastos
	XXII	Anchieta			Realengo
		Irajá			Padre Miguel
		Coelho Neto (parte)			Bangu
		Honório Gurgel (parte)			Senador Camará
		Marechal Hermes (parte)		XVIII	Campo Grande
		Acarí			Santíssimo (parte)
		Barros Filho			Campo Grande
		Costa Barros			Senador Vasconcelos
		Pavuna			Barra de Guaratiba
		Guadalupe			Guaratiba
		Deodoro (parte)		XIX	Santa Cruz
		Ricardo de			Paciência
		Álbuquerque	AP.6	XX	Ilha do
		Anchieta			Governador
		Parque Anchieta			Ribeira
	XVI	Jacarepaguá			Zumbi
		Jacarepaguá (parte)			Cacua
		Anil			Pitangueiras
		Gardênia Azul			Praia da Bandeira
		Freguesia			Cocotá
		Pechincha			Bancários
		Taquara			Freguesia
		Cidade de Deus			Jardim Guanabara
		Curicica			Jardim Carioca
		Tanque			Tauá
		Praça Seca			Moneró
		Campinho			Portuguesa
		Vila Valqueire			Galeão
	XXIV	Barra da Tijuca			Cidade Universitária
		Jacarepaguá (parte)		XXI	Ilha de Paquetá
		São Conrado			Paquetá
		Joá		XXIII	Santa Teresa
		Itanhangá			Glória
		Barra da Tijuca			Santa Teresa

Decreto nº 3.157, de 23/07/81  
 Diário Oficial – Municipalidade, de 24/07/81

Fonte: Biblioteca do Instituto Pereira Passos (IPP). Foto tirada pela autora, 2016.



### 3 OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DO PERCURSO DE PESQUISA

Devido ao alto índice de violência no local e insegurança por parte dos moradores, não foi possível realizar o campo da pesquisa, pois a todo instante havia um fluxo constante de pessoas envolvidas com o tráfico que ficavam observando tanto minhas abordagens quanto a reação dos moradores abordados. Mediante a este ocorrido, não pude observar com o êxito desejado o cotidiano dessas pessoas, o que me levou a ter contato com um número pequeno de moradores.

No capítulo em questão exporei relatos advindos de entrevistas sobre acontecimentos no bairro, como os assassinatos dos meninos moradores do local e os resultados psicológicos destes nos cotidianos das famílias.

Será abordado também a questão das ONG's como agentes incentivadores da transformação de vidas de crianças e jovens do bairro. A ideia de filantropia por parte dessas instituições que nos anos da década de 1990 chegaram ao Brasil desenvolvendo uma perspectiva inovadora na questão de fomentar a mobilização da sociedade civil em busca de melhorias não atendidas pelo Estado, trouxe o vislumbre de futuro no tocante ao combate das desigualdades sociais no país, de acordo com Ruth Cardoso naquele momento histórico tal iniciativa era uma base razoável para tentar resolver questões complexas relativas a mobilização de recursos tanto materiais quanto humanos para que buscassem a valorização das relações humanas e que pudessem diminuir ou até mesmo acabar com os problemas sociais, como à exclusão social e à pobreza (1997, pp. 8-9). Na compreensão de autores como Maria Célia Prates Rodrigues, Rubens Cesar Fernandes, Ruth Cardoso, Francisco Paulo de Melo entre outros apresentam o Terceiro Setor como antítese em comparação ao primeiro setor que é configurado na figura do Estado e também fazendo contraposição ao segundo setor que é o privado. Não há consenso a respeito de quando surgiu o Terceiro Setor efetivamente o que se supõe é de que seu aparecimento tenha sido formulado a partir da situação de crise do Estado do bem-estar social.

Na década de 1970 a situação de crise no Estado a estrutura ineficaz que não conseguia atender as demandas econômicas e a lentidão em solucionar questões que assolavam a sociedade no mundo produziram as mudanças que culminaram no fim do Estado sócio-burocrático para o Estado social-liberal que tinha uma dinâmica mais próxima da nova ordem econômica mundial.

### 3.1 Os relatos das mães de Costa de Barros.

Porque mães das Costas de Barro? Porque a transformação do mineral barro remete ao processo de reconstrução dessas mães que apesar da dor precisam tentar manter-se vivas e sãs após essa tragédia que infelizmente se abateu sobre suas vidas, as forçando a todo instante a tentar se reconstruírem como seres humanos e a continuarem suas existências mesmo que dilaceradas pela dor lancinante de perder um filho. Como manter-se viva depois de tal experiência?.

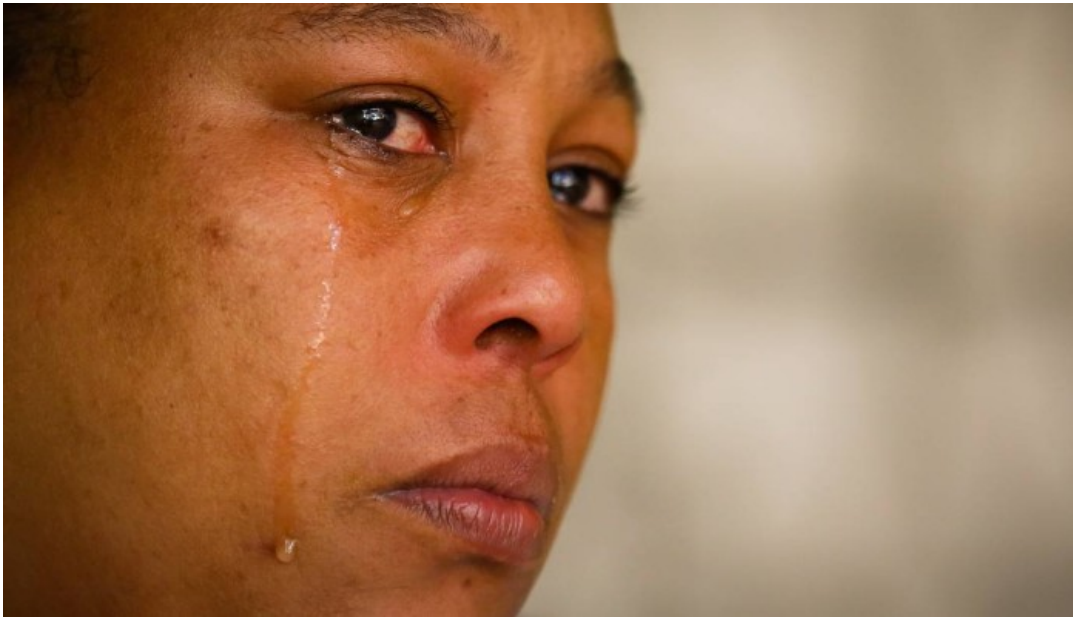
Costa Barros é um bairro caracterizado pela crescente violência e atualmente vem ocupando as manchetes dos jornais e noticiários televisivos e cuja imagem é frequentemente depreciada pela mídia, muitas vezes por conta de casos de incursões realizadas por forças policiais do estado, que acabam causando tragédias, como a chacina de cinco meninos pretos moradores do local, que segundo relatos das mães, parentes e amigos, vinham de um passeio a um parque na zona norte.

Segundo matéria realizada por Caio Barreto Briso em 13/07/2016, para o jornal o Globo, oito meses depois da chacina em Costa Barros, neste artigo ele traz o drama de se enterrar um filho e as consequências dessa ação, que é traumatizante para qualquer mãe, pois nenhuma mãe ou pai espera ter que perder seu filho, principalmente de forma tão brutal e abrupta, como as mães de Costa Barros.

Na matéria em questão uma das mães, chamada Monica Correa, relata o fato de ter escutado de sua casa as rajadas de tiros de fuzil que levaram o fôlego de vida de seu filho Cleiton, o mais velho de seus cinco filhos, com 111 tiros que foram desferidos contra seu filho e seus quatro amigos, Wilton, Carlos Eduardo, Wesley e Roberto que o acompanhavam em um Palio Branco, na noite de 28 de novembro de 2015, na favela da Lagartixa.

Ela desabafou seu sentimento de dor a respeito do ocorrido com seu filho e o trauma de nem mesmo poder vesti-lo para o enterro, visto que estava em estado de dilaceramento, pois seu corpo não suportava movimentos para a realização dessa ação. Ele foi enterrado na conta disso.

Figura 22 - Monica Correa, mãe de Cleiton, morto aos 18 anos.



Fonte: Agência O Globo / Pablo Jacob

A depressão tem sido a companheira constante dessa mãe que pensa em conseguir sair do local com receio de que algo possa acontecer com seus outros quatro filhos. Ela afirmou que quando a tragédia aconteceu apareceram e ofereceram ajuda, mas com o passar dos dias todos desapareceram e ela conseguiu sair para trabalhar como diarista em uma casa na Barra, esse foi sua primeira saída para trabalhar depois do ocorrido.

Já Adriana Pires da Silva mãe de Eduardo, o Dudu que perdeu seu filho mais velho que só tinha 16 anos, mas que tinha comportamento bem responsável, pois auxiliava a mãe no cuidado da casa e também tomava conta da irmã de 6 anos Maria Eduarda. Adriana se pergunta por que tantos disparos 111 tiros, ela acredita que os quatro policiais deviam querer distorcer a cena do crime para não serem responsabilizados pela ocorrência. Segundo o artigo Adriana tem recebido ajuda para o acompanhamento psicológico do escritório de advocacia de Tancredo.

Em seu desabafo diz que desenvolveu síndrome do pânico, tem medo de sair na rua e teme por sua vida, afirma também ter preocupação em ser assassinada por policiais.

Há outros casos das mães que passaram pelo mesmo sofrimento que Adriana, como uma das consequências a médio prazo dessa chacina foi a morte de uma das mães, Joselita de Souza, de apenas 44, que a partir de relatos de familiares gozava de saúde perfeita e era produtiva como pequena empresária, mas que após o fato ocorrido com seu filho adolescente

Roberto não conseguiu se restabelecer do trauma que aos poucos condicionou em sua internação em um posto de saúde em São João de Meriti, acometida por anemia e pneumonia, segundo os seus familiares ela morreu de tristeza devido o trauma da perda de seu filho.

Uma questão que precisa ser observada é se algum órgão por parte do Estado se preocupa em fomentar um planejamento que dê suporte psicológico aos sobreviventes de chacinas e aos seus familiares que ficam a mercê se sua própria sorte e que se recupere desse estado de guerra civil que vivenciamos hoje, não estou me referindo apenas a moradores de favelas e sim a todos os cidadãos que encontram-se em um campo minado onde qualquer um pode ser atingido, e como fica o estado psicológico dessas pessoas após essa situação.

“Os crimes, por conseguinte, assumem características próprias conforme a realidade urbana dessas áreas em contraste com as áreas centrais, dotadas de infra-estrutura e todo o tipo de serviços. Os crimes contra a pessoa, por exemplo, tendem a ocorrer com maior frequência nas áreas periféricas, enquanto os crimes contra o patrimônio têm sua ocorrência aumentada nas áreas centrais, onde a riqueza está concentrada. Esses dados, perceptíveis por aqueles que habitam e vivem na cidade, estão relacionados com a estratificação urbana, imposta por um processo que segrega as populações segundo sua capacidade econômica e as isola em territórios que apresentam uma certa homogeneidade. Como consequência, o crime absorve essas características e desenvolve uma especialização e acaba por se adequar a cada território (FILHO, 2004, p. 66-67)”.

A princípio tinha a intenção de realizar uma metodologia de pesquisa baseada no suporte de textos como de Maria Cecília de Souza Minayo, Clifford Geertz, William Foote White, Gilberto Velho, Roberto DaMatta e C. Wright Mills que contribuíram de maneira muito significativa para o desenrolar dos termos desta pesquisa.

Por meio das observações de cada um desses autores, pude elaborar os segmentos do trabalho em questão, que abarca questões como: os desafios da realização de pesquisas sociológicas e antropológicas, a interpretação de culturas por meio da observação, a necessidade de tornar estranho o que lhe parece familiar, as noções a cerca dos estereótipos, a busca em evidenciar a necessidade de construir redes de contatos que possam ajudar na construção da pesquisa e a importância de uma escrita que ultrapasse os embasamentos teóricos e consigam reportar experiências etnográficas. No entanto as coisas não funcionaram da forma esperada, pois o campo não estava preparado para ser explorado neste momento, devido os conflitos violentos que ocorrem neste território ao qual desejava estudar. Por conta disso tornou-se inviável minha observação do campo devido ao risco à minha segurança no local, sendo obrigada a buscar novas formas para conta dar continuidade ao desenvolvimento do meu projeto como o levantamento eletrônico de dados específicos sobre este espaço e suas peculiaridades.

“Na medida em que reforçou o impulso do antropólogo em engajar-se com seus informantes como pessoas ao invés de objetos, a noção de "observação participante" (GEERTZ, 2008, P.14)

Em seu artigo "O desafio da pesquisa social", do livro “Pesquisa social: teoria, método e criatividade”, o texto apresenta logo na primeira parte a abordagem sobre as questões que se relacionam a ciência e cientificidade, na qual a autora certifica o fato do homem perpetuamente preocupar-se com a lucidez do que considera real. No processo histórico, baseia-se na filosofia, na religiosidade e nas artes para desenvolver seu aprimoramento intelectual, sendo a ciência mais um dos recursos utilizados nessa busca. Contudo, no cerne da sociedade ocidental, a ciência desempenha um papel hegemônico de idealização da realidade, e que poucos críticos acreditam ser um mito, dizendo ser sozinha a fomentadora da verdade.

A hegemonia da ciência foi instituída a partir do momento que passou a responder quesitos técnicos, que foram surgindo com o progresso da industrialização, sendo assim estabelecida uma nova expressão substancial por meio de conceitos, formas, técnicas e metodológicas para interpretar o mundo, suas ocorrências, seus procedimentos e suas afinidades.

“(...) seguir os caminhos das ciências estabelecidas e empobrecer seu próprio objeto? Ou encontrar seu núcleo mais profundo, abandonando a ideia de cientificidade?” (MINAYO, 2008, p.11).

### **3.2 Intervenções de ONGs podem conduzir à mudanças eficazes dentro de nossa sociedade ou são apenas ações utópicas? Conversas com tia Ilma.**

Neste sub-capítulo lançarei mão de uma análise em bancos de dados eletrônicos e textos que relatem experiências das influências positivas de propostas formativas direcionadas aos indivíduos das áreas do subúrbio do Rio de Janeiro. A visita realizada no dia 26 de agosto de 2016 ao Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) não foi muito proveitosa, visto que a documentação que encontrei possui poucas informações sobre o bairro e a população. Por isso resolvi me ater aos dados de outras fontes como o IBGE, que demonstrou melhor a situação demográfica do bairro, que correspondia a um total de 25.922 habitantes, sendo ocupado primeiramente por meio da venda de loteamentos no bairro e por famílias

vindas de lugares diversos como outros estados e também por pessoas removidas de outras partes da cidade. Com o auxílio desses dados colhidos do Censo Demográfico 2010 do IBGE, foi possível traçar uma breve estatística sobre o desenvolvimento ou subdesenvolvimento do bairro com relação ao resto da cidade.

Segundo dados do IBGE, no ano dessa avaliação, a classe alta do local contava com o índice de 7,1%, já a classe intermediária tinha sua composição em 10,7%, enquanto 82,2% ocupavam a colocação classe baixa, referente ao IDH. Segundo a avaliação realizada no ano de 2010, esses índices não tiveram grandes mudanças. Até o momento, foram entrevistados 10 moradores, com a faixa etária variando da casa dos trinta anos até quase 80 anos de idade, sendo 4 deles oriundos de outros estados, como Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia.

No entanto, o meu trabalho de campo apresentou algumas dificuldades no tocante ao cenário de sua localização. Para conseguir efetivamente fazer as entrevistas, fui em busca de algum grupo específico que realizasse atividades com a comunidade, principalmente com a parcela jovem e desassistida no bairro. Nessa procura, encontrei a tia Ilma, que promove um trabalho há cerca de dez anos com adultos, crianças e jovens do bairro que buscam mudar sua história. A maioria dos entrevistados reside no bairro em casas próprias, alguns moram em casas alugadas ou até mesmo em formas de moradias precárias dentro do bairro, como a comunidade chamada de Obrigado Meu Deus, onde indivíduos vivem sem a menor condição sanitária, conforme as informações relatadas por tia Ilma.

A renda dessas famílias gira em média variável de meio salário mínimo e dois salários mínimos. Durante minhas visitas ao campo, poucas pessoas entrevistadas não declararam suas rendas familiares. Alguns dos entrevistados dependem de recursos financeiros provenientes de benefícios que condicionam as formas de renda familiar. Não era o caso de um entrevistado que se encontrava de licença do trabalho e recebia o benefício do auxílio-doença (por ter contraído o vírus do HIV), pois contava com a ajuda de familiares que lhe auxiliavam em despesas extras; ele faleceu pouco depois dessa entrevista, em agosto de 2016. Um benefício citado por uma das pessoas entrevistadas foi o Bolsa Família, que, em muitas famílias, é um componente importantíssimo na renda familiar. Com relação à escolaridade dos moradores de Costa Barros, três entrevistados não frequentaram nenhum ambiente de ensino.

Meu primeiro contato com a entrevistada, tia Ilma, ocorreu no dia 17 de fevereiro de 2017, sexta-feira, às 15 horas, em uma sala da ONG Recriando Raízes. Muitos moradores do bairro exercem atividades informais dentro e fora do bairro de Costa Barros, atividades laborais como: auxiliar de cozinha, faxina, cabeleireiro, servente de obras, mecânico, vendedor, ambulante, explicadora, cuidadora de idosos, babá, balconista, vendedora de cosméticos, auxiliar de serviços gerais e atendente de padaria e lanchonete. Alguns dizem que, pelo fato de morarem em área de risco, já perderam oportunidades de trabalho. Quatro das pessoas entrevistadas estão em situação de desemprego e outras duas encontram-se aposentadas.

### **3.3 ONGs: qual sua importância efetiva como entidade na sociedade brasileira?**

Muitos debates são levantados sobre a importância e a necessidade de instituições que tentam fazer valer esse tipo de organização social e sem fins lucrativos, condicionada em defesa do Estado democrático do direito adquirido pela Carta Magna deste país. Essas entidades fazem um esforço para solucionar ou amortizar situações pertinentes dentro da sociedade, onde muitos dos direitos dos cidadãos não são assegurados pela figura do Estado com relação à defesa dos indivíduos.

Essas organizações não governamentais foram constituídas e organizadas na sociedade pautadas em regimes democráticos. A sociedade teoricamente possui o direito de se organizar segundo suas dificuldades e carências para buscar formas de intervenções no processo de desenvolvimento político do país. Portanto, é lícito que indivíduos que reflitam e estudem dentro de uma perspectiva parecida se mobilizem para buscarem maneiras de intervir da forma mais efetiva possível para modificar e influenciar a existência social. Como uma organização idônea, esse modelo deve ser examinado por suas práticas e projetos de trabalho realizados. Em nosso país, segundo a Associação Brasileira de ONGs (Abong), existem aproximadamente 300 organizações sem fins lucrativos que atuam no auxílio dos direitos humanitários e fazem intervenções para combater injustiças e desigualdades sociais baseadas em convenções e métodos diferenciados (ABONG, 2010). As especificações coletivas dessas organizações são o comprometimento com comunidades marginalizadas ou segregadas com o intuito de realizar ações que possam viabilizar os seus direitos. O conceito jurídico de identidade dessas organizações evidencia ainda diversas objeções.

Por conta disso, uma das demandas da Abong é conseguir instituir um método legal que possa cooperar para a fixação dessa identidade. Essa tese não tem sido argumentada com a atenção e o cuidado merecido, levando em conta algumas complicações. Sua repercussão vai além disso, com relação às ambiguidades que cercam com grande abrangência no âmbito das instituições sem fins lucrativos. No centro do debate estão as entidades que se definem como ONGs, não obstante também surgem as associações comunitárias, organizações ligadas a forças políticas, igrejas e centros sociais, entidades às vezes desenvolvidas com fins duvidosos. Com relação ao Estado, podemos citar a Europa, onde essas organizações sociais desempenham tradicionalmente uma conexão com o Estado, dispendo de amplo acesso aos benefícios e assistências públicas e tendo direito a concorrer às triagens para elaboração de desdobramentos de projetos de trabalho. Há também uma análise por parte da sociedade sobre a legitimação da organização e de seu trabalho no tocante à democracia e consolidação do sentido de cidadania.

Muitas delas direcionam-se à assistência internacional como alternativa de rota e realizam essas práticas em parceria com seus governos, que acreditam em auxiliar internacionalmente com sustentação nos termos de cooperação entre países.

Esse modelo de colaboração entre governos por intermédio de convênios também existe no Brasil. As ONGs desempenham um trabalho de extrema relevância no sentido social, pois são uma reunião de pessoas que resolvem dedicar-se a questões humanitárias dentro da sociedade, que se mobilizam com a finalidade de tentar solucionar ou remediar desigualdades e dar sentidos novos de valor social.

As ações mobilizadoras das ONGs voltadas às formas de incentivar a educação e a cidadania são elementos essenciais para que o país desenvolva uma sociedade de indivíduos mais produtivos e críticos. O papel das ONGs é buscar articulações entre a educação e ações que visam ao desenvolvimento produtivo, por meio de políticas pedagógicas para tentar responder aos sujeitos sociais em conjunto com movimentos sociais que desempenham marcante presença em lugares onde a ação da violência e os confrontos diários influenciam na condição de segregação.

O Projeto Recriando Raízes (Figura 13) oferece diversos cursos profissionalizantes gratuitos, que visam preparar e orientar todos os que os procuram a encontrar novos horizontes, além do quadro que os cerca de violência e descaso da sociedade. Os cursos são: refrigeração, informática, inglês, espanhol, *design* de sobancelhas, tranças Nagô e penteados



afro – para valorizar a cultura negra e incentivar todos os jovens a produzirem sua renda a partir dessa arte –, artesanato de *biscuit* e recicláveis. Assim que cheguei ao local, presenciei uma mãe tentando vaga para seu filho na educação infantil, pois o projeto também tem uma abordagem pedagógica direcionada aos pequenos para reforçar as atividades desenvolvidas na escola. Os serviços prestados pelo projeto não param por aí, pois há uma grande preocupação com os moradores de partes mais carentes dentro do bairro. No entanto, para fazerem parte do projeto, as crianças precisam estar regularmente matriculadas na escola, e para se manterem nele, elas devem frequentar as aulas.

Figura 23 - Projeto Recriando Raízes.



Fonte: a autora, 2017.

Com relação aos jovens e adultos, as atividades são realizadas de segunda a sábado, dependendo da disponibilidade de cada professor, pois o corpo de apoio da unidade é todo composto por voluntários. Mesmo com dificuldades para conseguir voluntários com os órgãos governamentais, o projeto vem recebendo ajuda por meio de doações; inclusive, o prédio onde funciona o projeto, na Rua Cândido Macedo Junior, nº 13, é alugado pelo valor de mil reais mensais. Esse projeto conta exclusivamente com doações de entidades empresariais, entre elas a fábrica de biscoitos Piraquê e o Metrô Rio. Aos poucos, a ONG tem superado os obstáculos que surgem.

Tia Ilma Rocha contou que tudo começou em um verão de 2007, quando, em um breve momento no corre-corre de seu cotidiano de cabeleireira e artista de tranças nagô, reparou nas crianças que estavam brincando próximo ao salão que mantinha com uma amiga.

A cena que presenciou naquele momento chamou sua atenção: crianças brincavam de serem bandidos defendendo a favela e, em sua inocência, carregavam pedaços de canos e paus fingindo serem armas. A situação a deixou muito triste e causou um incomodo tão grande, que ela começou a conversar com um dos meninos e perguntou: “Por que vocês não brincam de outra coisa?”. Ele prontamente respondeu: “Vamos brincar de quê? Estamos de férias e não temos para onde ir.”

Boa parte das informações foram recolhidas nos lares dos moradores de Costa Barros. A entrevista de tia Ilma ocorreu no espaço do projeto Recriando Raízes. Após realizar algumas incursões ao campo e entrevistar alguns moradores e o pessoal da ONG, resolvi transcrever com todo o cuidado possível, pois nenhum dos entrevistados se dispôs a assinar qualquer documento que pudesse me resguardar de um futuro processo. Os moradores só aceitaram me ceder as informações se eu garantisse que trocaria seus nomes e que não escreveria sobre nenhuma questão relacionada à violência do local. Após ouvir tantos argumentos, não pude insistir na assinatura da tal carta de cessão sugerida pelo professor da disciplina de verão.

### 3.4 A intervenção das ONGS nas políticas públicas e sociais direcionadas aos sujeitos

Segundo Maria Alice Rezende Gonçalves (2003), autora do livro *A Vila Olímpica da Verde-e-Rosa*, a população jovem brasileira forma um conjunto de pessoas que requer políticas públicas referentes à geração de empregos, educação, saúde, previdência e segurança. Os diversos programas em andamento no país que supostamente dirigem-se à juventude encontram-se inseridos em programas que não atendem especificamente a ela. O panorama atual dos programas governamentais na área apresenta os mesmos problemas frequentemente observados nas políticas públicas brasileiras e nas políticas sociais: a falta de políticas destinadas à parcela jovem da população.

“O surgimento das ONGs é talvez o sintoma mais claro, na América Latina, das tendências que nos levam a pensar num "terceiro setor".<sup>6</sup> Não passam de um pequeno segmento, mas as suas características resumem-se com nitidez na ideia do "privado com funções públicas".  
(Fernandes, 2002: 65)

Tendo início nas duas últimas décadas do século XX, no cenário das políticas de cunho social voltadas à resolução dos problemas relativos à diminuição da pobreza de modo geral, os projetos desenvolvidos na área encontram-se direcionados à adoção de parcerias

feitas com a sociedade civil. Defensores dessa estruturação acreditam que há nessa esfera uma grande quantidade de experiências e conhecimento prático acerca dos processos verificados no âmbito social, de relação entre os indivíduos e entre as instituições formadas por eles e os órgãos governamentais. Argumentam que, em substituição a um modelo marcado por um caráter assistencialista, o Estado deve desempenhar um papel de incentivo a novas propostas de articulação de recursos, tanto da área pública quanto da privada, criando um quadro flexível de suporte aos inúmeros projetos desenvolvidos e voltados a muitas áreas de atuação, faixas etárias e recortes sociais assistidos.

O processo de minimização da influência das políticas universalistas possibilitou a emergência de entidades representativas da sociedade civil (sindicatos, associações, ONGs e fundações) que gerenciam a captação de recursos despendidos aos projetos sociais.

Nas comunidades atendidas, onde em sua maioria a população se enquadra nos parâmetros de baixa renda, esses grupos podem tender ao favorecimento de certos elementos do local, restringindo o número de pessoas beneficiadas, causando prejuízo ao fator social de abrangência da população à qual os recursos deveriam ser destinados. Se, por outro lado, é dado destaque à ação de orientadores externos dos mesmos recursos, como ONGs, por outro, existe a possibilidade de se criar uma insensibilidade em relação às demandas locais de assistência. “Essas várias experiências presentes em todo o território nacional, dirigidas por diferentes entidades, possuem o princípio básico de redistribuição de bens, serviços e recursos sociais à população pobre do país, que constitui o móvel de todas as políticas de ajuda e desenvolvimento voltadas ao âmbito social”. (GONÇALVES, 2003).

Figura 24 – Lateral da estação de trem, e entrada da rua que dá acesso à ONG Recriando Raízes, localizada na Rua Cândido Macedo Júnior,13 em Costa Barros, autoria própria.



Fonte: A autora, 2017.

**Pessoas entrevistadas no campo de pesquisa: 6**

**Mulheres = 2**

**Homens = 4**

Essa entrevista da pesquisa no campo ocorreu de uma forma meio súbita. Eu estava conversando com um colega do tempo em que morava no bairro de Costa Barros, que tem um trabalho de cunho social junto aos jovens, com aulas de artes marciais, pelo whatsapp e comentei que estava escrevendo um trabalho de pesquisa do curso de mestrado e que meu tema era sobre o bairro e as dificuldades e problemas no desenvolvimento da estrutura urbana do mesmo.

No decorrer da conversa, ele me perguntou se o líder comunitário do morro da Lagartixa, que fica dentro do bairro e próximo à linha férrea da Estação de Costa Barros, poderia servir como interlocutor. Por meio do whatsapp do meu colega Jeová Damasceno Jr. (mestre Stallone), conheci o rapaz e ele disse que poderia falar comigo no dia 14 de março de 2018 e como já estava bastante frustrada com relação ao desenrolar da minha dissertação, que ficou empacada por conta de diversos fatores, como a dificuldade em conseguir encontrar

peessoas dispostas a conversar comigo sobre os processos urbanos realizados no bairro e os impactos ou influencias no andamento de suas vidas cotidianas, fui até lá no dia seguinte.

Por conta disso fui ao encontro deles no morro da Lagartixa, no espaço onde funciona a associação de moradores daquela parte do bairro, fato que eu desconhecia, pois não sabia sobre sua organização interna e que ao longo dele houve subdivisões. Resolvi não perder esta oportunidade.

E lá fui com meu filho caçula e adolescente, reclamando do ambiente do trem, pois devido ao horário marcado pelo rapaz (pegamos o momento mais complexo, hora do rush) a entrevista ficou marcada para acontecer às 17:00 horas. Para não perdermos tempo fomos de trem, e fizemos o itinerário que sempre faço para ir ao campo de pesquisa Costa Barros, só que meu filho nunca tinha andado no ramal Belfort Roxo, que digamos, é bem diferente no quesito antropológico. Podemos para fazer pesquisas variadas somente indo do início do ramal na Central do Brasil até o final em Belford Roxo. Sendo assim, foi realmente uma aventura para ele, no entanto fiquei meio apreensiva com relação ao horário da volta, devido à violência urbana que é grande no bairro, mas seguimos ao encontro em busca do que poderia servir como um elemento conectivo das questões nebulosas da pesquisa.

Ao desembarcarmos do segundo vagão do trem da linha Central x Belford Roxo, fomos adentrando o bairro pela Estrada de Botafogo e seguindo até a rua Jornalista Darwin Brandão, e fomos perguntando aos moradores onde ficava a associação de moradores e muita gente não sabia explicar ou não queriam se comprometer em prestar essa informação.

Com medo de alguma abordagem do comando do local, resolvi perguntar sobre o rapaz do projeto social esportivo de Karatê para facilitar nossa entrada no lugar.

Então parei em uma barraca e perguntei:

-- “O senhor conhece um rapaz chamado Junior, que é casado com uma moça chamada Juliana e trabalha com um projeto social esportivo de Karatê com jovens daqui do bairro?”

A princípio o homem ficou meio desconfiado, mas na medida em que eu falava descrevendo o rapaz e sua esposa e do projeto, o senhor que tinha uma faixa etária circundante dos 50 anos de idade, logo me disse:

- “Ah, deve ser o rapaz que passa aqui com um monte de garotos com roupa de Karatê!”

Nesse momento apareceu um menino, do qual não guardei o nome e me indicou o endereço e então fui andando por ruas pelas quais não passava desde minha adolescência, e por conta de tantas mudanças estruturais no local, nos perdemos por alguns momentos e nessa

hora meu filho se amedrontou um pouco, principalmente por estarmos transitando em uma das áreas mais perigosas do Rio de Janeiro.

Mas não demorou muito para acharmos o local. Usei a mesma tática, fui perguntando sobre o projeto e tudo ficou mais fácil. Ao chegarmos, o rapaz que havia marcado comigo já estava, então me apresentei para ele pessoalmente e comecei relatando a respeito da minha pesquisa sobre o bairro e logo ele me indagou:

-- “Você não vai me perguntar nada dos meninos que foram assassinados no bairro não né? Porque disso eu não quero falar mais, durante um bom tempo meu celular não parava de tocar, para me perguntarem sobre o acontecido, mas ninguém ajudou em nada, só especulações e divulgações negativas sobre a situação no bairro. Disso eu já estou saturado”.

Expliquei que minha pesquisa é direcionada aos impactos das mudanças estruturais realizadas no bairro de Costa Barros e as influências dessas transformações urbanísticas no cotidiano dos moradores, e que estava em busca de pessoas que exercem papéis importantes no local, e que produzem ações pertinentes à mudança nas perspectivas de jovens e adultos do bairro.

No começo da conversa, falamos sobre várias coisas que não poderiam entrar no texto, como o movimento do tráfico no lugar e as questões sobre violência, tanto da polícia quanto do comando que ordena o bairro. Então fui fazendo passo a passo mesmo, como uma conversa informal, mas antes de começar perguntei se poderia gravar, com meu celular, só que no meu o áudio não estava funcionando, por isso levei meu filho para gravar com o dele.

Durante a conversa, houve diversos fatores simultâneos que podemos chamar de “ruídos” externos, pelo fato da entrevista ter sido realizada no meio de uma praça onde ficamos divididos entre a falação de pessoas que paravam para escutar o que estávamos falando, crianças correndo, uma enorme sensação incômoda de estarmos sendo vigiados e uma grande preocupação com nossa segurança, pois o bairro vive em um constante estado de conflito com as forças do Estado armadas entrando a qualquer hora do dia.

Dentro desse contexto de guerra iminente, nos encontrávamos totalmente expostos à qualquer acontecimento e confesso que era muita adrenalina, mas eu tinha que me manter serena, principalmente pelo meu filho que só tinha 17 anos de idade e erámos dois estranhos nesse ambiente. Mas por conta do projeto de Karatê estar acontecendo naquele horário das 18:00 horas, sendo o local usado como estrutura de uso para associação de moradores, não tínhamos outra opção.

Mesmo com todas as circunstâncias, a entrevista aconteceu e achei que foi muito proveitosa, no sentido de aprender mais sobre a organização interna do bairro, como o fato

dos sub-bairros que estão inseridos em Costa Barros, possuírem um tipo de vida própria e se auxiliarem em prol do bem estar dos moradores.

Como exemplo dessa organização, está o líder comunitário do local há quatro anos Jota, de 37 anos, técnico em Química e morador do bairro desde seus dois anos de idade, quando chegou com sua família vindo do Rio Grande Norte, e desde então não morou em outro lugar. Por conta da sua sensação de pertencimento ao lugar, resolveu assumir essa responsabilidade de liderança para buscar melhorias dentro do bairro com relação à estrutura de saneamento básico e suporte às necessidades básicas da população, como pavimentação de ruas, troca de manilhamento, iluminação pública, entre outros.

Ao longo da conversa, ele coloca que não depende financeiramente do seu cargo na associação de moradores, visto que a taxa a ser paga por estes tem um valor fixo de R\$ 10,00 por mês, mas que a maioria não paga e no final de fevereiro só arrecadou R\$ 160,00, ou seja, apenas 16 moradores pagaram a taxa, sendo que este valor não cobre nem mesmo as despesas da manutenção do espaço utilizado. O líder comunitário relata a falta de conscientização, compreensão e comprometimento dos moradores com as questões relacionadas ao arrecadamento de subsídios direcionados a resolução dos diversos problemas encontrados no bairro, nas esferas social, estrutural e ambiental.

Além de possuir formação técnica em Química, Jota cursa pós-graduação em Gestão Ambiental na Instituição de Ensino Superior Estácio, em Madureira, e trabalha prestando serviços de consultoria na área, de onde provém sua fonte de renda. Ela expõe sua posição enquanto líder da comunidade, relatando o excesso de cobranças feitas pelos moradores, a falta de apoio financeiro do Estado, principalmente por conta da crise no cenário atual, e das restrições impostas às suas ações pelo chamado “comando”, que articula uma forma de domínio que se estende a quase todas as esferas da vida cotidiana. Por exemplo, a simples entrada de uma ambulância para socorrer um morador depende da autorização dada por eles, muitas vezes sendo necessária a presença do líder comunitário para o seu deslocamento.

Neste relato, ele também nos fala sobre outras atividades que exerce no bairro, como a formação de caravanas para o programa “Encontro”, de Fátima Bernardes na rede Globo de televisão, recebendo por conta disto, críticas de alguns moradores, que consideram que ele deveria permanecer no local 24 horas por dia. Procura também, promover a instalação de empresas no bairro, visando a geração de empregos e renda para os jovens do lugar, o que é seriamente prejudicado pela presença da constante criminalidade, principalmente no que se refere à questão do roubo de cargas, o que traz uma configuração negativa perante a sociedade



e ao aspecto empresarial, causando uma consequente desvalorização à possíveis investimentos na área comercial.

Uma de suas principais metas relacionadas às suas atribuições é da propagação da conscientização dos moradores acerca da poluição e da destinação do lixo produzido a locais de coleta, no intuito de melhoria do ambiente no bairro, visto que o rio Acari que se encontra nas proximidades, recebe parte do esgoto da localidade.

Dentre todas essas atividades, também encontra fôlego para acompanhar e apoiar, na medida do possível, projetos sociais como a coleta de óleo nas casas para o descarte e o projeto esportivo destinado ao ensino de Karatê aos jovens, coordenado por mestre Stallone, também morador do bairro há 45 anos.

Figura 25 – Trecho da Estrada de Botafogo, um dos principais acessos ao bairro de Costa Barros.



Fonte: A autora, 2017.



Figura 26 – Conjunto habitacional Minha Casa Minha Vida, localizado na Estrada de Botafogo, em Costa Barros.



.Fonte: A autora, 2017.

No capítulo 3 trouxe o relato de alguns moradores mais antigos do bairro de Costa Barros, que afirmaram que a falta de investimento em equipamentos culturais e a pouca assistência do Estado com relação ao combate à violência e à pobreza do bairro são fatores que promovem o crescimento da situação de insegurança no território carioca e, no transcorrer dos projetos urbanísticos, não conseguiram resolver todas as lacunas em questão. Autores como (Gonçalves, 2003) apontam para os significados do trabalho das ONG's no sentido de direcionar o futuro do país e que supostamente dirigem-se à juventude encontram-se inseridos em programas que não atendem especificamente a ela.

O cenário urbano da sociedade carioca sofreu profundas transformações na virada do século XIX para o XX e ao longo de todo o século XX, tanto no que diz respeito ao quesito espacial e estrutural, quanto no âmbito social, referente às diferentes populações que o compuseram. Os autores Maurício Abreu e Lícia Valladeres, dialogam nos primeiros capítulos acerca do fenômeno urbano das mudanças sofridas pelos espaços territoriais da cidade do Rio de Janeiro e das consequências enfrentadas pela população pobre da época, que terminou por ser deslocada para regiões distantes do grande centro pelas elites (que procuravam se apropriar

dos melhores territórios, destinados ao desenvolvimento do comércio e da indústria), em uma forma clara de segregação social, o que culminou com o surgimento das favelas. Tal atitude, ao longo do tempo, intensificou o problema da falta de oportunidades de emprego ao trabalhador residente das áreas carentes de desenvolvimento econômico (sempre indivíduos de baixa renda), gerando miséria e facilitando a prática de atividades criminosas, que vieram a ser ainda mais frequentes com o aumento do tráfico de drogas e sua área de influência, nas vidas e no cotidiano dos moradores dessas áreas. A situação de insegurança e coação da liberdade individual, presente nesses locais, contribuiu para o não prosseguimento de minha pesquisa de campo na localidade de Costa Barros, pois esta dependia sempre da autorização dos chefes da favela, o que também não me protegia dos constantes tiroteios com as autoridades policiais, nos quais eu poderia correr sério risco de vida.

## CONCLUSÃO

O cenário urbano carioca apresenta em seu contexto, distintas situações de desenvolvimento, seja estrutural, cultural ou comercialmente falando, dados os diferentes projetos urbanísticos implementados ao longo da história da cidade do Rio de Janeiro. As áreas de subúrbio sempre estiveram relegadas a um plano secundário nesse sentido, por conterem a composição subalterna de sujeitos menosprezados pela sociedade, principalmente pela condição de pobreza. No decorrer do século XX, com as modificações ocorridas por conta da chegada da Família Real Portuguesa e sua corte, que condicionaram as divisões territoriais que vemos hoje, temos as fragmentações da população carioca, que após dois séculos ainda conserva aspectos do preconceito escravista que moldou boa parte desse sistema organizacional do espaço dos indivíduos na metrópole do Rio de Janeiro. O bairro de Costa Barros é a expressão dessa ordenação, que conduz à uma invisibilidade relacionada aos problemas que estão englobados no cerne dos subúrbios, como o crescimento populacional e o pouco investimento em segurança pública direcionado à estas áreas.

De acordo com os autores citados nesta dissertação, as caracterizações demonstradas no terreno urbano da cidade do Rio de Janeiro foram precursoras da situação de divisão social de classes presente na atualidade. As abordagens dos autores também desenvolvem a questão dos conceitos de subúrbio, favela e cidade no seu sentido de produção cultural na sociedade e os elementos que são usados para esses apontamentos são: a massificação de pessoas pobres em determinadas áreas da cidade pelo Estado (em decorrência de diversas obras estruturais); dados fornecidos por órgãos governamentais que trazem indicadores pertinentes do pouco investimento do Estado a essas áreas da cidade e a conseqüente situação de violência gerada a partir dessa carência.

“Os subúrbios, sem dúvida, foram criados sob a pressão das circunstâncias a fim de responder o impulso cego (ainda que motivado e orientado) da industrialização, responder à chegada maciça dos camponeses levados aos centros urbanos pelo “êxodo rural”. Nem por isso o processo deixou de ser orientado por uma estratégia (Lefebvre, 1991, p. 16-8)”.

De acordo com o autor Rubens César Fernandes, em seu livro *Privado porém público*, existe a necessidade de que o Terceiro Setor elabore formas de estruturar “interações positivas” com o Estado, para que haja o financiamento de atividades que produzam o bem

estar social, afirmando que tais recursos podem ocasionar o surgimento de novos aspectos de produção de renda, dando origem à outras constituições privadas, como parcerias com empresas internacionais, bancos estrangeiros ou nacionais, doações de pessoas físicas, entre outras.

(...) a atividade associativa ganha impulso nos anos 70 e acelera nos 80 para cá. Isto é notório para alguns movimentos, como os de mulheres, de indígenas, de minorias étnicas, de ecologia, de consumidores. Uma nova forma institucional ganha corpo no período e introduz em estranho neologismo reconhecido hoje nas mais diversas línguas nacionais - "Organizações Não Governamentais 'as ONGs' (...). Mas o fenómeno é ainda mais amplo e recobre potencialmente cada vínculo diferenciador de interesses, identidades ou valores. Para cada fim com significância coletiva, seja ele maior ou menor, perene ou circunstancial, para todos ou para uns poucos, utilitário ou gratuito, cabe em princípio uma associação. (Fernandes, 2002: passim).

Durante a Era Vargas, o Estado centralizador incorpora em sua política de cunho populista, o papel de desenvolvimento da função assistencialista em relação às entidades sem fins lucrativos, legitimando-as em vista de seu aspecto filantrópico, por intermédio da promulgação da lei de 1935 que as tornou de utilidade pública. No entanto, durante a década de 1970, o regime ditatorial deste momento histórico, reduziu sua área de atuação à questões de abrangência apenas local, relacionadas às organizações comunitárias. Com o início da redemocratização na década de 80 e a desarticulação do chamado “Estado de bem-estar social” nos anos 90, o terceiro setor adquire um novo nível de representatividade junto às camadas sociais, tanto no sentido qualitativo quanto quantitativo, apresentando um crescimento de sua visibilidade e importância em relação às atividades desenvolvidas em projetos, que visam a melhoria da qualidade de vida da população menos assistida.

## REFERÊNCIAS

- ABONG. *Sustentabilidade das ONGs no Brasil: acesso a recursos privados*. Rio de Janeiro: Abong, 2010. 92 p. Disponível em: [http://idis.org.br/wp-content/uploads/2014/05/sustentabilidade\\_ongs.pdf](http://idis.org.br/wp-content/uploads/2014/05/sustentabilidade_ongs.pdf). Acesso em: 31 maio 2017. O site em questão trata do papel das organizações não governamentais (ONGs) e seus desdobramentos na geração de sustentabilidade em favor dos beneficiários.
- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2013 [1987]. 156 p.
- ARMAZÉM DE DADOS – Portal do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2016. Neste site é possível obter os caminhos de parte desta pesquisa referente ao quantitativo de dados.
- BARBOSA, Jorge Luiz. A mobilidade urbana no processo e metropolização: um ensaio crítico sobre as condições da produção social do espaço urbano no contemporâneo. In: LIMONAD, E. et al. *Um novo planejamento para um novo Brasil?* 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. v. 1, p. 187-201.
- BAKHTHIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BENEVOLO, Leonardo. *Storia della città* [ História da cidade]. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- BOURDIEU, P., PASSERON, J.C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1975.
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Mobilidade e política urbana: subsídios para uma gestão integrada*. Coordenação de Lia Bergman e Nidia Inês Albesa de Rabi. – Rio de Janeiro: IBAM; Ministério das Cidades, 2005.
- BRUM, Mário Sergio. Favelado é ‘o outro’: aportes sobre estigmas e identidades em sala de aula. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 13, n. 34, 2016.
- COELHO NETO: Memórias de um Bairro. Site que contém detalhes e curiosidades a respeito de um dos bairros do subúrbio do Rio de Janeiro, Coelho Neto. Disponível em: <https://coelhoneto.wordpress.com>. Acesso em: 6 nov. 2016. .
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: Juarez Tarcísio Dayrell (Org.). *Múltiplos Olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996, v. , p. 136-161.
- DIÁRIO DO RIO. Site faz a apresentação de curiosidades sobre o bairro de Anchieta. Disponível em: <http://diariodorio.com/curiosidades-sobre-anchieta>. Acesso em: 6 nov. 2016.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Uma História dos Costumes*. Tradução brasileira de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. v. 1.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. Traz detalhes sobre o surgimento e a expansão dos bairros de subúrbio, ao longo das estações ferroviárias. Disponível em: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb\\_rj\\_auxiliar/costa.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_auxiliar/costa.htm). Acesso em: 6 nov. 2016.

FAVELAS na cidade do Rio de Janeiro. *Portal Geo Rio*. Listagem de favelas no território carioca e suas complexidades, de cunho humano e estrutural. Disponível em: <http://www.favelasdoriodejaneiro.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2016. .

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro (1858-1945)*. 1995. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGG-UFRJ, Rio de Janeiro: 1995.

FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

FERREIRA, Alvaro; MATTOS, Regina Célia; RUA, João (orgs.). *Desafios da metropolização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2005.

FOI UM RIO QUE PASSOU. Traz detalhes sobre a formação do bairro de Guadalupe, que obteve esse nome em homenagem à Nossa Senhora de Guadalupe. Disponível em: <http://www.rioquepassou.com.br/2008/11/06/av-das-bandeiras-hoje-av-brasil-no-bairro-de-guadalupe-decada-de-50>. Acesso em: 6 nov. 2016.

FORTUNA, Carlos. *Velhas Cidades, Novíssimas Metrôpoles: Um outro cânone urbano*. XII CONLAB – Lisboa, 1-5 de Fevereiro de 2015.

FORTUNA, Carlos. Leite Rogério Proença. *Plural de cidade; Novos tópicos urbanos. Cidades e urbanidades*. Coimbra; Almedina / CES, (pg 86) 2009.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Cap. 1, p. 13-41.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008 [1926]. 323 p.

G1- O portal de notícias da Globo – Globo.com. Portal de notícias de alcance nacional, onde foi possível coletar parte das informações sobre acontecimentos no bairro de Costa Barros. Disponível em: <http://www.g1.globo.com>. Acesso em: 09 jul. 2015.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende. *A Vila Olímpica da Verde-e-Rosa*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 268 p.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

HIERARQUIA da violência no Chapadão. Disponível em: [https://odia.ig.com.br/\\_conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2015-05-03/na-hierarquia-da-violencia-chapadao-e-o-novo-alemao.html](https://odia.ig.com.br/_conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2015-05-03/na-hierarquia-da-violencia-chapadao-e-o-novo-alemao.html). Acesso em: 22 out. 2017. Trata do desenvolvimento da criminalidade no bairro de Costa Barros.

HISTÓRIA sem Limites: História dos bairros do município do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.historiasemlimites.com.br/index.php/19-geral/curiosidades-/14-ggj>. Acesso em: 6 nov. 2016. Curiosidade sobre a formação e os limites dos bairros de subúrbio da cidade do Rio de Janeiro.

HOLANDA, Aurélio Buarque (coord.) *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Site que contém dados específicos acerca dos índices de desenvolvimento humano em âmbito nacional. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 jul. 2015. .

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Local de pesquisa sobre informações relacionadas ao desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/ipp>. Acesso em: 26 set. 2016. .

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Local de pesquisa sobre informações relacionadas ao desenvolvimento da cidade do Rio do Janeiro. Disponível em: <http://www.portalgeo.pcrj.opendata.arcgis.com>. Acesso em: 02 de nov. 2017. .

KOSTOF, Spiro. *The city assembled: the elements of urban form through history*. Boston: Little, Brown and Company, 1992.

LEFEBVRE, Henri. A ilusão urbanística. In: \_\_\_\_\_. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. (2000. P 34-40)

LIMA BARRETO, Afonso Henriques. Meditem a respeito. *Revista Suburbana*, Rio de Janeiro, 26 set. 1922a.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Editora Abril, 1984.

MAPA Bairro Barros Filho Rio de Janeiro. Site com imagens e informações detalhadas sobre a formação do bairro. Disponível em: [http://www.agrogemeos.com.br/bairro\\_rio\\_janeiro\\_barros\\_filho.html](http://www.agrogemeos.com.br/bairro_rio_janeiro_barros_filho.html). Acesso em: 6 nov. 2016. .

MAPA Bairro Coelho Neto Rio de Janeiro. Site com imagens e informações detalhadas sobre a formação do bairro. Disponível em: [http://www.agrogemeos.com.br/bairro\\_rio\\_janeiro\\_coelho\\_netto.html](http://www.agrogemeos.com.br/bairro_rio_janeiro_coelho_netto.html). Acesso em: 6 nov. 2016.

MERLIN, Pierre; CHOAY, Françoise. *Dictionnaire de L'architecture*. Paris: Presses Universitaire de France, 1988.

MILLS, Charles Wright. *Sobre o Artesanato Intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 9-29.

NOVAES, Regina. Subúrbios e identidades. *Caderno Globo Universidade*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, mar. 2013.

PEDRAL, SAMPAIO LINS, Antônio José. *Paisagem segregada: a ferrovia no subúrbio de Quintino Bocaiuva*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU- Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

PINGADEIRA. Resenha do Livro "Evolução Urbana do Brasil". Disponível em: <http://www.pingadeira.blogspot.com/2007/10/resenha-do-livro-evolucao-urbana-do.html>. Acesso em: 25 mar. 2016. Site que reúne material para pesquisas, como textos, resenhas, artigos, entre outros.

PINÕN, Marcio de Oliveira, FERNANDES, Nelson da Nobrega (orgs.) *150 anos de subúrbio carioca*. Lamparina editora; Editora da Universidade Federal Fluminense - UFF, 2010.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Site oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro, onde é possível encontrar dados atuais a respeito da formação e desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.prefeituradoriodejaneiro.gov.br>>. Acesso em: 30 set. 2016.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana do Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira Ed., 1968. Ilustrada, 235 pgs.

RIBEIRO, Ana Paula Pereira da Gama Alves. Novas conexões, velhos associativismos: projetos sociais em escolas de samba mirins/ Ana Paula Pereira da Gama Alves Ribeiro. – 2009. 199 f.

RIO DE JANEIRO HERE. Site com informações turísticas do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.riohere.com/tourist-maps.html>. Acesso em: nov. 2017.

RUA, João. Paisagem, Espaço e Sustentabilidade: Uma perspectiva Multidimensional da Geografia, organização João Rua. Ed. PUC – RIO. 2007

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4ªed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Rafael Fernandes. *Situação atual e perspectivas de desenvolvimento da Área de Planejamento 3 da Cidade do Rio de Janeiro*. 103p. 2012. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Engenharia Civil, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 26 ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.



VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela - do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

VELHO, Gilberto. Observando O Familiar. In: NUNES. E. de O. (Org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.123-129

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobre, 1998.

VISTA do alto da passarela do metrô Pavuna / domínio público. In: Wikipédia, 2016.  
Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pavuna#/media/File:Vista\\_da\\_Pavuna.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pavuna#/media/File:Vista_da_Pavuna.jpg).  
Acesso em: 6 nov. 2016. Site de busca de imagens e outros conteúdos.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005 [1943]. 390 p.